

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

OLGA FOGAÇA BALBONI CUNHA GEREMIAS

Considerações acerca do processo de modernização em São Miguel
Arcanjo-SP

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Considerações acerca do processo de modernização em São Miguel
Arcanjo - SP**

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL EM GEOGRAFIA

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de
Geografia da FFLCH USP para obtenção
do título de Bacharel em Geografia sob a
orientação da Prof. Dra. Marta Inez
Marquez

São Paulo
2017

Ao querido Zinho
Alfredo Antonio de Oliveira
(1961-2016)
in memoriam

*aos meus antepassados,
em especial a Vó Quinha (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de uma paixão grande pela minha cidade natal, que se traduz de maneiras diversas na vida e nas relações que cultivo. É fruto de muita prosa e de várias andanças e agradeço a todas e todos que me apoiaram direta ou indiretamente. Simboliza o fim de alguns ciclos e ao mesmo tempo início de outros.

Agradeço aos que pacientemente e de maneira calorosa acolheram as entrevistas que solicitei, que foram diversas ao longo destes anos, sendo que nem todas consegui inserir neste trabalho. Agradeço a Seu Dito, que foi figura central em me fazer olhar para as práticas agrícolas e culturais ainda vinculadas ao índio e ao caipira antigo; agradeço o pessoal da Cooperativa, ao Tony, a Francisco, a Celso de Souza, ao Seu Aligio, a João Miguel Barbosa, ao Ciappina...

Agradeço a querida orientadora professora Dra. Marta Inez Medeiro Marques, que me acompanha desde o início desta pesquisa em 2013. Agradeço por sua paciência e presença firme, por ter me acolhido em todas as minhas idas e vindas e por ser compreensiva frente as questões que a vida traz e que tantas vezes me levaram para longe da pesquisa. Agradeço por ter acolhido de maneira tão generosa minha busca por outros caminhos e linhas de pesquisa, que me possibilitaram encaminhar parte da busca que tinha até então realizado, desta maneira permitindo a fertilidade do debate de ideias e caminhos. Sua doçura e também sua firmeza, assim como sua reflexão aguçada, viva e coerente, me inspiram e fortalecem.

Agradeço ao professor Dr. Carlos de Almeida Toledo, que de maneira também generosa acolheu minhas buscas e me auxiliou muito a enfrentar os desafios a que me propus. Foi a partir de sua disciplina de pós-graduação em 2016 que pude ter contato com sua linha de pesquisa e assim organizar melhor o que até então havia levantado, a partir da perspectiva teórica que propõe. Assim pude traçar um eixo, da maneira como consegui, enquanto graduanda, que vinculasse exercícios de pesquisa aparentemente tão distantes quanto o estudo da colonização até o século XVIII e a pesquisa acerca da silvicultura de eucalipto para fins industriais nos séculos XX e XXI. Agradeço-o também por compor a banca de análise do trabalho final.

Agradeço também ao querido Eweton Talpo, que foi tão gentil ao aceitar integrar a banca e analisar este trabalho de graduação.

Aos professores e professoras que me auxiliaram a refletir sobre o processo de pesquisa em SMA, em especial o professor Anselmo Alfredo em 2010. Os mergulhos reflexivos propostos por Anselmo, junto com o momento de vida em que eu estava, me colocaram a estudar como poucas vezes fiz e ampliaram minha noção de mundo e vida – das concordâncias e discordâncias com seu caminho reflexivo, ou do que pude apreender dele, muito nasceu e morreu dentro de mim.

Agradeço também aos amigos e amigas que me ajudaram no processo de pesquisa e na reflexão acerca do estudado, em particular e lá no início, Allan Cob; e já em 2012, o querido Raoni

Aratana, que me levou pelas mãos São Miguel adentro ao pensar junto, lembrar junto, fazer trabalho de campo junto, gestar *práxis poiesis* junto. E por me aproximar de seu pai, o Zinho, a quem este trabalho é dedicado, que do seu jeito mágico me conectou com pessoas importantes para entender um pouco mais SMA no viés do trabalhador e do morador antigo de bairro. Um agradecimento eterno assim como eterna será sua memória.

Agradeço as queridas e queridos da Cidade Escola, especialmente Elaine, Luiz, Marcos, Cidinha e Rodrigo, que me apoiaram sempre e ajudaram seja com entrevistas, com o pensar conjuntamente, com levantamento de dados e, talvez principalmente, com a inspiração através de sua luta cotidiana, que renovam a esperança a cada passo dado na vida e em São Miguel.

Agradeço aos caminhantes da Geografia com quem tive o prazer de encontrar e assim transformar minha vida e buscar concretizar os sonhos... Desde lá atrás no Grupo de Estudos de Geograficidade Paulistana, passando pelas aulas no Jardim Pantanal junto ao MULP, pela organização do Seminário “Terra, Alimento e Liberdade: o que você alimenta quando se alimenta?” e contando com a turma do GEOAMOR 2008 tão querida e incrivelmente divertida. Também agradeço aos parceiros e parceiras da ComerAtivaMente e a nossa trupe permacultora e agroecológica: Fernanda Gonçalves, Paquê, Fabi, Ricardo Scaléa, Filó, Mariah, Ana, Lucimara, Manu, Gá Mazzamati, Julia Spelta, Tica, galera do Alpendre... por aí vai.

Agradeço ao Julio, que me apoiou em diversos momentos da pesquisa e a minha querida amiga Julia Bruce por ser esta parceira incrível.

Agradeço ao Chico, amor que a vida me presenteou, que me inspira e apoia e a quem devo a concentração final para a escrita deste TGI.

Agradeço minha família, minha mãe, meu pai e a Jussara e agradeço a José Ignácio, meu filho amado.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Observações acerca do processo de pesquisa.....	15
Capítulo 1 – Colonização até o século XIX.....	18
1.1. O início da colonização: preamento indígena e bandeirantismo.....	21
1.2. Mineração.....	27
1.3. Caminhos do Sul – comércio dos muares.....	32
1.4. A fundação de São Miguel Arcanjo.....	43
Capítulo 2 – São Miguel Arcanjo no século XX.....	56
2.1. Fumo e palmito.....	65
2.2. Carvão.....	67
2.3. Trigo.....	70
Capítulo 3. Monocultivo de eucalipto e produção de celulose em SMA.....	73
3.1. Caracterização da RM de Sorocaba com foco na silvicultura.....	77
3.2. A chegada do eucalipto em São Miguel Arcanjo.....	82
3.3. Territorialização da Suzano Papel e Celulose.....	83
3.3.1 <i>Localização dos plantios.....</i>	86
3.3.2 <i>Estrutura produtiva da Suzano a partir das entrevistas.....</i>	90
3.4. Dados sobre SMA e sobre o monocultivo do eucalipto em SMA.....	93
3.5. Impactos ambientais.....	95
Considerações finais.....	105
I. Bibliografia.....	109
II. Anexos.....	114

FIGURAS

Figura 1. Divisão Regional do Estado de São Paulo.

Figura 2 – Mapa mostrando a Rota do Peabiru

Figura 3 – Itinerário do Caminho Viamão-Sorocaba em 1797

Figura 4 – Total de mares que chegavam em Sorocaba 1830-1880

Figura 5 – Trecho paulista do Caminho Real de Viamão

Figura 6 – População de Itapetininga do final do século XVIII ao início do século XIX

Figura 7 – Contorno da Fazenda Velha de Tenente Urias no bairro São Miguel do Turvo.

Figura 8 – Mapa de distribuição dos Núcleos de Produção da Suzano no Estado de São Paulo

Figura 9 – Bacias hidrográficas de produção da Suzano e Papel e Celulose no Estado de São Paulo

Figura 10 – Fazendas da Suzano em São Miguel Arcanjo/SP

Figura 11 – Mapa da área ocupada por monocultivo de eucalipto de São Miguel Arcanjo/SP – 2010

Figura 12 – Relative relevance of regional impacts, by municipality

TABELAS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 - Principais Pólos de Reflorestamento no Estado de São Paulo em 1999 – 2000

Tabela 2 - Eucalipto, por Município, Estado de São Paulo, 2007/08

Quadros

Quadro 1 – Hidrologia das plantações de eucalipto

Quadro 2 – Solo e eucalipto

Quadro 3 – Flora, fauna e eucalipto

Introdução

Esta pesquisa buscou compreender o processo de formação e consolidação do município de São Miguel Arcanjo-SP, localizado na Região Metropolitana de Sorocaba e limítrofe a Itapetininga, Capão Bonito, Sete Barras, Tapiraí e Pilar do Sul. O estudo se deu de forma ampla, entendendo a fundação ocorrida em fins do século XIX como fruto de um longo processo de ocupação e formação do território colonial, não tendo se atentado a fundação política propriamente dita, mas sim ao processo de colonização que gerou as condições para que um município como tal fosse fundado. Buscamos dar sequência na análise ao trazer alguns elementos do município no século XX, com atenção a chegada da silvicultura de eucalipto para fins industriais, no intuito de expor o aprofundamento da modernização, ou seja, o aprofundamento e estruturação da sociedade baseada em relações capitalistas.

Algumas das perguntas que direcionaram e direcionam esta pesquisa muitas vezes surgiram de observações da paisagem e do registro de experiências vividas naquele canto do mundo, e muitas vezes se esboçaram nas lembranças dos tempos de criança. Surgiram também do choque gerado ao observar a paisagem que “de repente” se apresenta à jovem geógrafa – já estrangeira em sua própria terra. O “deserto verde” tomando conta dos campos. Um mar de eucalipto, monoculturas extensas. Quando e como este rincão se tornou um campo de monocultura para fins industriais?

Buscamos uma análise histórico-geográfica dos processos de formação territorial, encontrando nexos que vinculam o local a processos que acontecem em outras escalas - entendendo que, olhada de maneira ampla, a formação desse município é também a territorialização da sociedade moderna, do capital, o que ocorre de maneira conflituosa e contraditória.

De acordo com Moraes (2000, p. 18), o “território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga”. Este é qualificado pelo seu uso social, e o uso pressupõe apropriação e domínio. Para o autor:

todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post-festum*. (*Ibidem*, p. 21)

Neste sentido, a busca é por compreender os processos de territorialização da sociedade capitalista naquele local, para que se possa olhar de maneira mais contextualizada para o que se vive hoje nesse sertão que já foi caipira e caboclo, e ainda guarda “reminiscências”, ao mesmo tempo em que colhe *comoditties* e dança música eletrônica, rap e pop nos rincões. O hoje que se vive em São Miguel Arcanjo se deu e se dá em relação a outros países, outras cidades e regiões, mas de maneira local e particular. Assim, se o esforço inicial de pesquisa¹ foi no sentido de entender e localizar a territorialização do cultivo de eucalipto em grande escala que ocorreu no município, não nos foi possível seguir a reflexão sem vasculhar de onde este desenho surgiu, também para entender quais referências estão na mente e vida das pessoas.

Na geografia há extenso e diverso debate acerca dos conceitos de *território*, *territorialização* e *territorialidade*. Entretanto, nesta pesquisa de TGI buscamos não aprofundar no estudo teórico para poder conhecer com mais detalhes a história de formação daquele local, de modo que possamos em pesquisa posterior aprofundar questões e conceitos que se apresentaram como importantes – assim, consideramos o resultado final como um caderno de estudos.

A base metodológica que buscamos utilizar para a pesquisa é o materialismo histórico e dialético, o que nos coloca a buscar entender o real, o *concreto*, enquanto *síntese de múltiplas determinações*, e enquanto um processo. Com um esforço para entender que a gênese desse próprio concreto, que nos escapa e se realiza através de nós, não se dá a partir de formas estabelecidas pelo pensamento, e que geralmente pode ser compreendido *post-festum*:

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post-festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo. (MARX, 1985, Vol. 1, Cap. I, p. 73)

E na Introdução dos Grundrisse:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) enquanto que o método que consiste em elevar-se

¹ Foi realizada a pesquisa “Impactos socioeconômicos e ambientais da expansão da silvicultura de eucalipto no município de São Miguel Arcanjo-SP na primeira década do século XXI”, entre os anos de 2012-2013, sob financiamento do CNPq e com orientação da Prof. Dr. Marta Inez Medeiros Marques. Também integrei a equipe da professora em sua pesquisa “Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose”, onde realizamos um trabalho de campo em São Miguel Arcanjo em 2013, um dos municípios escolhidos para pesquisa.

do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas esta não é *de modo nenhum* o processo de gênese do próprio concreto. (MARX, 1982, p. 14) (...) não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (*ibidem*, p. 15)

Marx trata da “dialética do real, que produz efetivamente tendências opostas” (GRESPLAN, 2002, p. 24). Trata de abstrações reais que se formam historicamente e têm sua lógica intrínseca própria, condicionando o devir e recriando seus postos e pressupostos. Na introdução dos *Gründrisse* (Para a Crítica da Economia Política) Marx (1982) mostra como a abstração da categoria trabalho torna-se praticamente verdadeira². Praticamente, pois não é através de um movimento do pensamento que se torna real, mas a partir de relações materiais concretas. Assim, estas abstrações são produto das condições históricas e “não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas”³ (MARX, 1982, p.17).

Em essência, estamos falando de relações sociais que estruturam ao longo da história modos de viver e sociabilidades, embora muitas vezes aparentemente a relação seja apenas entre coisas (como a troca de uma mercadoria por outra, ou de dinheiro por mercadoria). Assim, entender o que acontece no chão leva a processos e fatores constitutivos, a relações sociais. Também falamos daquilo que é objetivo (externo ao sujeito), e do que os sujeitos produzem e reproduzem ao serem produzidos e reproduzidos – enquanto sujeitos objetificados que nascemos e nos mantemos, em todos os nossos limites. Assim, como já apontado acima a partir de Marx, a própria *forma* da consciência no mundo capitalista se torna determinada e limitada por este.

Marx identifica, não apenas através da análise do processo ocorrido na Inglaterra de acumulação originária/primitiva, mas da análise da colonização empreendida pós-Revolução Industrial, que uma das chaves de funcionamento do sistema é a *expropriação* (MARX, 1985,

² “A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso, o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. (...) a abstração da categoria “trabalho” (...) torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira” (MARX, 1982, p. 17)

³ “Esse exemplo mostra de maneira muito clara como até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, **igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas**”. (MARX, 1985, p. 17) (grifo nosso)

Vol.1, Cap. XXIV). Usando os termos propostos por HEIDEMANN *et al.* (2014), expropriação feita por meio da violência extra-econômica: a expropriação dos meios de produção, do acesso à terra, com a própria criação da figura social e histórica do trabalhador e do trabalho. É o que gera condições para se dar a violência econômica (exploração da mais-valia do trabalhador) e estes processos são a base estrutural da reprodução ampliada do capital.

Os séculos XVI e XVII se caracterizam em parte do continente europeu pela estrutura social do Antigo Regime, onde se configura o capitalismo comercial, o regime absolutista e a implantação de Colônias a partir das grandes navegações. A expansão dos territórios dos Estados que ainda estavam em formação para as colônias permitiu intensa acumulação originária de capital, o que foi essencial para estruturação do sistema capitalista. E isto se deu, através da expropriação, exploração e do fornecimento de mercadorias pelas colônias. Este é o pano de fundo que direciona a territorialização de Portugal e Espanha nas Américas.

Podemos dizer que este processo de territorialização colonial se fez base para formação do moderno e do sistema capitalista e a particularidade ocorrida no Brasil aconteceu de modo diferente e complementar em relação à Europa. E se deu necessariamente com a formação de relações de trabalho, na figura do trabalhador assalariado ou do escravo, e na formação do exército de reserva (líquido, latente e/ou estagnado) – “vale dizer, o sentido do processo estudado com atenção à escala da totalidade é a acumulação do capital, enquanto nas regiões realiza-se em processos particulares de expropriação (HEIDEMANN *et.al.*, 2014, p. 60).” Moraes (2002, p. 50) atenta para a qualidade da visão totalizadora no processo de pesquisa, que permite “buscar a explicação do específico, sem isolá-lo. Isto remete a apreensões angulares da realidade, justificando recortes analíticos que não esgotam a temática tratada, mas contribuem para a explicitação da teia de mediações responsáveis por seu movimento”.

A *colonização* é central neste processo de expropriação e acumulação e, ao tratarmos da questão da colônia e colonização, buscamos atentar para as formações territoriais específicas que são gestadas neste processo. A colonização é aqui compreendida nos termos da *Teoria da Moderna Colonização* de Marx e do *ajuste espacial* de Harvey, que nos auxiliam a compreender a inserir o estudado na dinâmica mundial que se constitui com o Moderno. De acordo com Moraes (2000, p. 23):

Pode-se considerar que os processos de formação territorial envolvem sempre, em algum nível e em algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política (com a conquista de ‘novas’ terras).

Ao tratar da Teoria da Moderna Colonização, Marx demonstra que, apesar de cada processo particular nas diferentes colônias, a expropriação do camponês/indígena/trabalhador dos meios de produção, para que se tornem livres de sua terra e ofício, e livres para vender sua força de trabalho, é que se torna central para legitimar a sociedade que se dá a partir da reprodução do capital. Assim, em cada local onde o capital se territorializa, cria estratégias para garantir a expropriação, criação e manutenção da *força de trabalho*. Esta questão se mostra nos EUA por meio das tentativas de colonização sistemática; no Brasil, a escravidão foi uma saída, de modo a garantir a existência de mão de obra para ser explorada num contexto de abundância de terras, onde é possível o trabalhador livre se torna proprietário de terra. Neste processo, a violência para mobilizar o trabalho é central (HEIDEMANN *et.al.*, 2014). As colônias em formação, territórios pertencentes à metrópole, provêm insumos, abastecem a metrópole. Também são base para expansão do capital “desejoso de exploração e necessitado de abstinência” (MARX, 1985, Vol1, p. 387).

Acumulação originária do capital se dá através da obtenção de matéria-prima (e outras mercadorias), da formação do trabalhador, da monopolização de territórios e territorialização da colônia, num primeiro momento, e em seguida do Estado – o que podemos compreender como a formação da propriedade privada. Podemos dizer que este processo de ocupação territorial feito com a colonização, no qual buscamos situar a área de estudo, já é em si um processo de mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977), ao escravizar, catequizar e expropriar as populações autóctones. A reprodução ampliada do capital necessita da disponibilidade da *força de trabalho* (seja ativa ou enquanto exército de reserva) e ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a torna crescentemente dispensável com o necessário e, fruto da concorrência, desenvolvimento das *forças produtivas*. A criação das necessidades humanas gera movimento e impulso para atender estas demandas, que depois de criadas tornam-se naturais, e atuam na produção, circulação e realização do valor.

A reflexão de Harvey (2001) acerca do que chama de *ajuste espacial* busca tratar do papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo do século XIX, onde havia não apenas excesso de capital, como também de trabalhadores livres. Para ele, ancorado em outros autores que se debruçaram sobre a questão, a colonização ali foi também uma resposta histórica às contradições internas de uma sociedade cuja base de reprodução é sua crise. A crescente mão-de-obra disponível (liberada através de processos violentos de expropriação e reprodução ampliada) e os desenvolvimentos

tecnológicos impulsionados pela competição, e que tornam menos necessário o uso desta mesma mão-de-obra, geram um descompasso. Através da linha reflexiva gerada por Marx e elaborada por Lênin e outros, entende-se que a exportação de capital (e também de pessoas), que se deu também através da colonização, e o recurso à destruição massiva através da guerra são caminhos trilhados historicamente para enfrentar esta contradição.

Marx (1985, Vol 3), no capítulo 68 intitulado “A fórmula trinitária”, expõe a naturalização das relações histórico-sociais que estruturam o capitalismo, e nos demonstra que, apesar de os componentes da fórmula trinitária aparecerem como díspares entre si, na realidade provêm do valor, e em última instância, da existência do trabalho e estão vinculadas visceralmente de maneira sócio-histórica. O autor chama de *autonomização* o processo histórico em que são reificadas as relações sociais e onde aparentemente terra, trabalho e capital e suas *personas* (proprietário de terra, trabalhador assalariado, capitalista) ganham autonomia entre si.

Assim buscamos olhar a formação do município de São Miguel Arcanjo e identificar o processo histórico-geográfico de formação destes pressupostos, que no século XX já se encontram praticamente autonomizados. Quais sejam os pressupostos, de forma breve e não desenvolvida, e como já dito anteriormente: a expropriação - formação da propriedade privada e formação da força de trabalho.

Isto posto, olharemos para o processo de territorialização colonial ali empreendido – que gerou o que Caio Prado chama de “economia cíclica” e que gerou diferentes conflitos de territorialização ao longo do processo. As relações sociais que ali se dão ao longo dos séculos, são norteadas pelo “sentido da colonização” (PRADO, 1999), ou seja, pelo mercado, que se torna “a forma central de mediação das relações sociais, [e] engendra uma territorialidade que lhe é própria (TOLEDO, 2001, p. 5) ”.

De acordo com MORAES (2000, p. 27),

Para entender este resultado de três séculos de ocupação – o território colonial brasileiro – é necessário captar a lógica de valorização colonial do espaço. Isto é, apreender as determinações básicas que comandaram este processo de produção do espaço no Brasil, o que remete à discussão do próprio caráter da situação colonial. É necessário também conhecer os desígnios próprios da geopolítica da Coroa portuguesa e dos diferentes atores que atuaram no processo colonizador, assim como os estímulos e limites postos pelas conjunturas internacionais.

O capítulo 1 recorre à história para compreender o processo de territorialização colonialista na área onde se insere o município, e assim partimos do território dos indígenas Kaingang e Guarani e das primeiras incursões ligadas a escravização de índios, com o

desbravamento de seu território e a busca por minérios. Em seguida olhamos com mais atenção à mineração, praticada próxima ao município que estudamos, e para a fundação de arraiais a ela relacionados. A partir do viés da ocupação e formação dos caminhos para o Sul, que tinham importante função geopolítica e econômica, e do ciclo do tropeirismo, atentamos para a formação e importância crescente da Vila de Sorocaba. Na sequência tratamos brevemente da fundação da Vila de Itapetininga, de onde surge o bairro São Miguel do Turvo e de onde ocorre a emancipação política do município que estudamos.

No capítulo 2 buscamos olhar para o município de São Miguel Arcanjo no século XX, com atenção às mudanças ocorridas na estrutura produtiva e na ocupação de sua área ao longo do século. Fizemos um estudo amplo, baseado principalmente em entrevistas e trabalhos de campo, pois são escassas as fontes bibliográficas acerca do estudado, e não tivemos condições de buscar dados dos censos realizados antes da década de 1970, que são díspares em metodologia e dados levantados. Assim, demos um olhar especial para a produção de fumo e algodão até a década de 30, e é neste período que acontece a imigração sírio-libanesa; em seguida analisamos o ciclo do carvão e a produção de trigo. Também brevemente comentamos acerca da influência da imigração japonesa no município, e atentamos para a modernização ocorrida e seu impacto na vida caipira.

No capítulo 3 buscamos atentar para a especialização ocorrida com a chegada da empresa Suzano na década de 1960, que até o início do século XXI havia ocupado aproximadamente 10.000 hectares do município com monocultivo de eucalipto para fins industriais. Ali traçamos um breve panorama do setor da celulose e papel no país e particularmente no Estado e Região Administrativa de Sorocaba, onde pudemos localizar o município numa das mais importantes e antigas áreas do país especializadas na produção de mercadoria para abastecimento deste setor.

Assim, buscamos estudar o *processo de modernização* ocorrido neste município.

Observações acerca do processo de pesquisa

Esta pesquisa se iniciou enquanto uma iniciação científica em 2012, sob orientação da prof. Marta Marques e financiamento pelo CNPq, com o título “Impactos socioeconômicos e ambientais da expansão da silvicultura de eucalipto no município de São Miguel Arcanjo-SP”. Ali buscamos contextualizar a chegada e expansão da silvicultura de eucalipto para produção

de celulose em SMA, em relação com a estruturação do setor no Brasil e no Estado de SP e identificar alguns impactos socioeconômicos e ambientais. Elaboramos mapas e foram levantadas uma série de informações. A partir dos trabalhos de campo e entrevistas nos deparamos com a história da ocupação territorial do município, e busquei aprofundar questões que surgiam.

A história da fundação do município de São Miguel Arcanjo geralmente é contada a partir da vinda do Tenente Urias, já no Brasil Império, e com especial atenção aos anos próximos a emancipação política, que aconteceu no mesmo ano da criação da República. Mas efetivamente a ocupação deste território remete diretamente ao período colonial, e, não apenas, remete ao século XVI e o início da colonização e invasão sobre o território indígena.

Não tivemos a oportunidade de aprofundar o estudo com a pesquisa e leitura de documentos primários acerca do início da ocupação de SMA. Pudemos localizar autores e arquivos que nos ofereceriam informações mais precisas e também algumas pistas, algumas fontes que surgiram e pouco pude acessar: Aluísio de Almeida (este seu pseudônimo, o nome é Luiz Castanho de Almeida) e outros historiadores da história paulista, que muito publicaram nas primeiras décadas do século XX em pequenos artigos e afins em revistas de Institutos Histórico e Geográfico e outros; o Arquivo do Estado de SP - onde na seção Histórica pode-se encontrar livros de registros de terras de Itapetininga em 1854, Maços de População, que são levantamentos de população, e há também registros de vigários; cartórios; arquivos de genealogistas, como do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, e também nas próprias genealogias de famílias locais; entre outros arquivos, pesquisadores e instituições. Esses são alguns exemplos.

Para estudar um pouco de Itapetininga no século XVII e XVIII, onde SMA estava inserido enquanto sertão e depois bairro, encontramos Oracy Nogueira, sociólogo, em sua pesquisa e livro: “Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga”, publicada em 1998 pela EDUSP, onde o autor “examina os padrões de relações entre pretos e brancos vigentes neste município de SP ao longo de três séculos, combinando dados históricos e estatísticos com etnografia e observação direta (CAVALCANTI, 1998, p. 9). Também outros livros, como “Um adeus a cada esquina”, sobre a história de Itapetininga, escrito por Hehil Abuázar e publicado em 1974.

Para a história de SMA temos o seguinte: o estudo de Manoel Valente Barbas, intitulado “Da Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo - A saga do Tenente Urias”, publicado em 1998. O prefácio escrito por Judas Isgorogota para o “Livro de minha Mãe”, de poesias escritas por Vital

Fogaça de Almeida, onde Judas conta os trâmites para o processo de emancipação política do município. Também o livro “A saga dos libaneses em sírios em São Miguel Arcanjo e região”, de Farid Salomão José (2003) nos dá algumas pistas, assim como “Resgate” de Ariosto Salvador Araújo (2003).

Outra fonte muito valiosa, embora desorganizada em seu acervo, é a Casa Sertanista, que guarda muitos arquivos e memórias de SMA. Este é um projeto fundado por Dona Perpétua e Luiza Válio, que tem pouco apoio da prefeitura ou algum outro financiador para que possam estruturar o que elas fizeram por iniciativa privada. A partir de conversas com Dona Perpétua e pesquisa em seus arquivos pudemos obter pistas importantes acerca da ocupação territorial do município e produção agrícola a partir do século XIX. Elas mantêm o blog “Acheugas a história de São Miguel Arcanjo”, cuja manutenção e atualização é feita por Luiza Válio, e também o blog da própria tem muitas informações, o “Blog da Luiza Válio”.

Sobre o eucalipto houve pesquisa bibliográfica, tanto em produções acadêmicas como nas do próprio setor, do Estado e em produções jornalísticas, com a intenção de compreender o contexto em que se insere o município e traçar um panorama atual e histórico do SAG-Florestal e SAG-Madeira. Os dados utilizados são de fonte secundária, sendo retirados de órgãos estatais de pesquisa e de entidades privadas ligadas ao setor. Foram essenciais para confrontar com as informações retiradas da leitura da bibliografia, assim como para aprofundá-las, e também para traçar o perfil do município de São Miguel Arcanjo.

As entrevistas realizadas foram semidirigidas, onde elaboramos perguntas-guias abertas feitas de acordo com o encadeamento da entrevista, na busca de desvendar as hipóteses de trabalho e aprofundar o conhecimento obtido sobre o tema e sobre a história de SMA. Também foram realizados pré-campos e trabalhos de campo, embasados nas leituras e pesquisas prévias e em análise das imagens aéreas do local.

Capítulo 1 – Colonização até o século XIX

Ao analisar a formação do Brasil contemporâneo, Caio Prado Jr. faz um estudo amplo sobre os séculos que precedem a emancipação política e constituição do Brasil enquanto país independente, e atenta para a história da formação do território colonial a partir do povoamento e do que chama de “ciclos econômicos”. A reflexão proposta por Caio Prado foi aprofundada por autores como Fernando Novais e outros, entretanto optamos por ter como base apenas o livro “Formação do Brasil Contemporâneo” (1999), pois compreendemos que nos é suficiente para este TGI. O autor salienta que toda a produção de monta realizada no Brasil cumpriu sempre um sentido, já acima referido, o *sentido da colonização tropical*:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma resultante; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico quanto no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR. 1999, p. 31). (...) Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (*Ibidem*, p. 32)

Durante a análise que se propõe, Caio Prado identifica linhas gerais que determinam a produção colonial brasileira ao longo dos séculos, basicamente em termos de organização do trabalho e da propriedade:

O que procuro é apenas destacar os elementos fundamentais e característicos da organização econômica da colônia [a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo]. Elas são em todos os setores, como acabamos de ver, *a grande unidade produtora*, seja agrícola, mineradora ou extrativa.(...) grande unidade naquilo em que reúne - e é isto que mais interessa, - um número relativamente avultado de trabalhadores subordinados sob as ordens e no interesse do empresário. É isto que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial (*Ibidem*, p. 124).

Este objetivo final da ocupação da colônia, junto com o cerceamento realizado pela metrópole para que na colônia não se desenvolvessem atividades econômicas de monta no sentido de complexificar a produção e o mercado interno, geraram, de acordo com o autor, a enorme desigualdade social que nos caracteriza, citada acima, e uma economia que se dá “por arrancos”⁴. Aqui sabemos que a desigualdade social não é fruto da história linear, mas sim

⁴ O autor a chama de “economia cíclica” e coloca que ela acontece “por arrancos”. Optamos por utilizar o segundo termo pois sabemos que há extenso debate acerca dos ciclos na economia capitalista e não pretendemos nele adentrar.

estrutural no funcionamento desta sociedade, num movimento que é desigual e combinado. Para Caio Prado, nesta economia “por arrancos”

se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, [e] não tem outra origem que o caráter da economia brasileira analisado. (...) Para isto, imediatamente, se mobilizam os elementos necessários: povoa-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos, e trabalhadores escravos - verdadeira turma de trabalho - desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. (*Ibidem*, p. 128)

No geral, o estudo que fizemos se refere a um local situado numa área onde, desde o início da ocupação, as atividades foram de subsistência ou foram subsidiárias a outras que visavam o comércio de exportação, tendo tido uma importância estratégica na formação e manutenção do território colonial. Caio Prado reconhece a formação do mercado interno⁵ da colônia como um todo apenas a partir do ciclo de mineração nas Minas Gerais, entretanto sabemos que desde o início da ocupação a capitania vicentina e posteriormente paulista se organiza em torno da escravização de índios e produção agrícola para abastecimento interno de outras capitanias da colônia, especialmente o Rio de Janeiro.

Há estudos recentes⁶ que problematizam a pesquisa de Caio Prado e de outros autores da “escola paulista”, ressaltando e aprofundando pesquisas acerca da formação e importância do mercado e produção internos e não apenas dos empreendimentos voltados para o exterior, entretanto consideramos que o autor nos importa ao ressaltar a essência do processo de formação da Colônia, e que sua pesquisa permite um olhar amplo para o território colonial de modo a inseri-lo num processo, sendo que ao mesmo tempo se põe essencial que as pesquisas sejam feitas a partir da particularidade de cada local, revelando as suas idiosincrasias, onde as pessoas que lá se relacionam, num vínculo com o espaço material, condicionam soluções diferentes às questões colocadas pelo processo totalizador referido. De acordo com Moraes (2002, p. 56):

⁵ O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno, e com ele, de um setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. Este setor vai ganhando em importância, e tende a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulse, exprima alguma coisa. (PRADO JUNIOR, 1999, p.125)

⁶ Da “escola carioca”, com João Luís Fragoso e outros, os quais não tivemos oportunidade de estudar

A valorização do espaço articula e unifica tais fatores, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares – através das pessoas – se relacionam. Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso a *formação econômico-social* é vista, nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo ponto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

Uma série de fatores e contingências definiram a ocupação e exploração da área de estudo, os quais buscaremos apresentar. Em linhas gerais, a ocupação do território onde viria ser criado o município se vincula:

- às ações dos sertanistas/bandeirantes, que ocorrem entre o século XVI e XVIII: mineração e preamento de indígenas; e simultaneamente com as ações dos jesuítas, que atuavam a partir da catequização de indígenas;
- ao comércio de muares nos séculos XVIII e XIX, e também a produção de abastecimento interno visando prover as Minas Gerais, RJ e SP e o mercado interno que começava a se constituir. ‘

Vale colocar que, por ser uma área considerada “boca de sertão” até o século XIX, também foi área buscada por pretos fugidos e indígenas não totalmente incorporados, o que se pode ver pelos quilombos e aldeias no Vale do Ribeira e também na Região Metropolitana de Sorocaba. Entretanto, estudar a resistência ao processo histórico homogeneizador não foi nosso foco, principalmente por não termos encontrado (o que não quer dizer que não houve) esta de maneira acentuada no município de São Miguel Arcanjo.

A área onde o município de São Miguel Arcanjo foi criado está vinculada historicamente ao Vale do Ribeira, ao Alto Paranapanema (ou Zona de Paranapiacaba, como definido pelo CNG – Conselho Nacional de Geografia – ver figura 1) e ao planalto paulista. Podemos dizer que a história de ocupação e formação do município de São Miguel Arcanjo está vinculada a três *eixos de ocupação* principais durante o período colonial, que se imiscuem:

- Um é a exploração dos campos gerais da bacia do rio Paranapanema, cuja nascente está bem próxima de SMA – para mineração, preamento de indígenas, exploração e ocupação do território e consolidação das rotas para o Sul
- Outro é o do Planalto Paulista, que parte da Vila de Piratininga e que vai fundando vilas ao longo dos séculos, vilas que se estruturam em torno da mineração, do comércio de muares e do abastecimento interno.

fechavam ao norte com o Rio Tietê e a oeste com o Rio Paraguai, tendo tido relevância estratégica na formação do território colonial:

Com os europeus, os territórios guarani tornaram-se palco de disputas; tratava-se de região de importância estratégica e relevância geopolítica para aquela situação histórica. Para os espanhóis eram via de acesso entre Assunção e Europa; seu controle, além disso, propiciaria defesa contra o avanço paulista. Para portugueses representava área de expansão ao interior da colônia e acesso a supostas riquezas minerais. Delimitada por um incipiente Tratado de Tordesilhas, permitia interpretações variadas sobre limites de fronteiras. Vale dizer, por outro lado, que o espaço entre Assunção e São Paulo/São Vicente não oferecia as riquezas minerais idealizadas pelos ibéricos no mito do Eldorado; a única riqueza nessa parte da América era a força de trabalho indígena guarani. (...) Já no segundo quartel do século XVII os paulistas “inquietavam-se com os *encomienderos* que chegavam às proximidades da vila (de São Paulo) para se servirem de índios” (Belmonte, 1948: 151), e se estruturaram em expedições – as *bandeiras* – com o intuito de avançar para oeste em busca de índios guarani para preação, mister no qual foram involuntariamente auxiliados pelas reduções jesuítas que serviram como depositários de indígenas facilitando seu trabalho. (ALMEIDA *et alli*, 2003)

Os Guayanás, de acordo com Teschauer (1927, *apud* Tommasino *et ali*. 2001), viviam na costa atlântica entre Angra dos Reis (RJ) e Cananéia e seriam ascendentes dos Kaingangs, sendo o nome Guayaná utilizado até meados do XIX e a denominação Kaikang introduzida por Telêmaco Borba no final do XIX. Outros ascendentes dos indígenas que vieram a ser chamados de Kaingangs foram encontrados continente adentro:

No século XVII foram registradas suas presenças no curso superior do rio Uruguai e no século XVIII ocupavam as extensas florestas do alto Uruguai, numa área que vai do rio Piratini (extremo Oeste) até a bacia do rio Caí, a leste. Constituíam territórios kaingang o Oeste de São Paulo, terras do segundo e terceiro planaltos do Paraná e Santa Catarina e toda a faixa acima das bacias dos rios Piratini, Jacuí e Caí no Rio Grande do Sul. (TOMMASINO *et alli*. 2001)

De acordo com Martins e Francisco (2011):

Os Kaingang⁸ foram os principais personagens da resistência contra a penetração dos novos ocupantes nas terras do Paraná (Campos de Guarapuava e sertão do Tibagi/Cinzas), desde o final do século XVIII até o início do século XX. De língua Jê, foram ocupando paulatinamente o

⁸ “No século XIX, os territórios dos principais caciques evidenciavam a sua presença nos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também na Argentina, na região da Província de Misiones. Todos os grupos kaingang e caciques que viviam no Sul do Brasil foram praticamente conquistados e aldeados no século XIX, à exceção dos Kaingang da bacia do Tietê-SP e os grupos que viviam nos territórios entre os rios Laranjinha e Cinzas, no Paraná. Os de São Paulo foram conquistados em 1912 e os do Paraná em 1930. Em todas as expedições foram utilizados alguns Kaingang pacificados de São Jerônimo.

Os Kaingang no Estado de São Paulo passaram a ter seus territórios invadidos pelo governo do Estado e pelas colonizadoras que, de forma articulada, iam construindo a estrada de ferro rumo ao sertão que era na verdade território kaingang. Os ataques dos Kaingang aos trabalhadores da construção da ferrovia foram responsáveis pela criação do SPI e da organização de expedições de pacificação. As primeiras tentativas de conquista e ocupação efetiva dos campos e florestas pertencentes aos Kaingang se iniciam na província do Paraná (que incluía a maior parte do Estado de Santa Catarina), na segunda metade do século XVIII, com a organização de expedições de conquista. Foram onze expedições organizadas entre 1768 e 1774, pelo Tenente-coronel Afonso Botelho com o objetivo de reconhecer e tomar posse das pastagens naturais existentes no interior da Província. (TOMMASINO *et alli*. 2001)”

espaço que antes era dos Guarani, instalando-se nas bacias dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Iguaçu. A conquista de suas terras iniciou-se com a expedição de Afonso Botelho, em 1768 e terminou em 1930, quando os últimos representantes desse povo foram alojados em reservas (TOMAZI, 1997, p.86-87).

A escravização e genocídio indígena foram temas conflituosos entre jesuítas e bandeirantes ao longo dos séculos, tendo gerado a chamada “questão indígena”, e que se refletem em legislação acerca das práticas permitidas ou proibidas contra o indígena. Não teremos condição de expor e trazer estas questões e conflitos, mas ficam aqui apontadas.

O litoral paulista foi um dos primeiros pontos de ocupação portuguesa no início do século XVI, e em seguida os Campos de Piratininga. Nos interessa pontualmente sua história pois a partir destes pontos de ocupação explora-se e ocupa-se o território onde hoje se insere o município e já ali encontra-se o embrião de famílias que iriam se fixar em Itapetininga alguns séculos depois. Não pudemos também deixar de estudá-los porque sua memória apresenta-se no imaginário de seus habitantes.

Já nos primeiros anos de 1500 povoados não oficiais no litoral paulista foram iniciados como fruto de expedições, que objetivavam o mapeamento e reconhecimento do território. A ocupação, de pequena monta, realizada nos primeiros 30 anos foi principalmente feita por degredados portugueses, traficantes franceses e naufragos espanhóis (BUENO, 1998).

A primeira expedição oficial enviada pelo reino de Portugal, com função de povoamento e não apenas militar, foi a de Martim Afonso, que aportou no início de 1531 no Nordeste e em agosto do mesmo ano ancorou em frente a Ilha de Cananéia, situada no litoral sul, inserida no Vale do Ribeira, e que se tornou um dos locais mais importantes da primeira metade do século XVI. Esta expedição foi enviada com alguns objetivos, baseados em relatos enviados por exploradores que já haviam passado por alguns pontos do recém-descoberto território. Sendo eles: explorar o Rio Amazonas, expulsar os franceses que traficavam pau-brasil a partir do Rio de Janeiro, construir um forte em São Vicente e explorar o Rio da Prata. Visavam a defesa do território de “invasões estrangeiras” e a busca por minérios. Martim Afonso de Sá havia recebido a Capitania Hereditária São Vicente e podia doar sesmarias, nomear oficiais de justiça e tinha o poder de vida e morte de sua tripulação, com exceção aos fidalgos, que respondiam diretamente à corte portuguesa. (BUENO, 1998, p. 167)

Duas figuras históricas, sobre as quais não se tem muita informação e cuja presença se deu antes das expedições oficiais, principiaram a ocupação e o contato com os indígenas no que viria a se tornar a capitania de São Vicente. Estas figuras, sobre as quais falaremos brevemente

abaixo, cumpriram função importante para a colonização, tanto enquanto mobilizadores de mão de obra quanto com conhecimento do território e conhecimento de práticas culturais adequadas a vida na floresta tropical.

Uma dessas figuras foi o Bacharel de Cananéia e a ele se relaciona a escravização de índios carijós e o início da mineração no Vale do Ribeira. Conjectura-se ser sua identidade a de um judeu degredado chamado Cosme Fernandes Pessoa, e teve grande importância nos primeiros 30 anos da colonização, tendo sido apoio para outros europeus (não apenas portugueses) que viessem dar naquelas paragens, apadrinhando-os e casando-os com nativas ou comercializando escravos e orientando caminhos. O primeiro relato que se tem dele foi feito por Diego Garcia, piloto português, que aporta em Cananéia em 15 de janeiro de 1528. De acordo com Bueno:

se tornara uma espécie de rei branco vivendo entre os índios; (...) tinha mais de 200 escravos e mais de mil guerreiros dispostos a lutar por ele; era temido e respeitado por todas as tribos costeiras desde São Paulo até Laguna. (1998, p. 157) (...) Ele se tornou o primeiro e um dos maiores traficantes do sul do Brasil - capaz de negociar cerca de mil cativos por vez. Foi o Bacharel quem inaugurou, em grande escala, a prática que se tornaria a principal atividade dos futuros colonos de São Vicente e a primeira fonte de renda da cidade de São Paulo: a escravização dos índios carijós. (*Ibidem*, p. 158)

Outra figura central nestes primeiros anos de colonização, cujos descendentes se espalharam pelo planalto paulista foi João Ramalho. Foi central para ocupação do planalto pelos portugueses e jesuítas. De acordo com Bueno, São Vicente:

Além de ser considerado ‘a porta de entrada para o sertão’ e o caminho natural para a serra da Prata, o local já era conhecido como ‘porto dos Escravos’ - sede de um incipiente tráfico de cativos indígenas. Quem dera início, ali, a essa lucrativa atividade fora uma figura insólita que atendia pelo nome de João Ramalho. (*Ibidem*, p. 177)

Sua principal concubina era guaianá, a índia Bartira, filha do maior líder indígena da região. Os inúmeros filhos mestiços de João Ramalho “iriam compor o grosso do contingente das bandeiras paulistas e que revelariam uma violência inigualável na escravização dos indígenas do sertão” (*Ibidem*, p. 179) Quando Ramalho e Martim Afonso se encontram, aquele não mais vivia no litoral e havia se instalado no topo do planalto onde hoje está localizado Santo André⁹. Sua relação com os indígenas guaianazes, dos campos de Piratininga, foi importante para a fundação da Vila de São Vicente, em 1532, e para a fundação da Vila de São Paulo em

⁹ http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/040213002a.pdf, acesso em 10/01/2017

1554, e sua mediação com os indígenas foi importante tanto para o estabelecimento no planalto paulista dos jesuítas, como para Martins Afonso e a coroa portuguesa.

A ocupação da área insular do litoral vicentino provém também de um “processo de colonização que pontilhava as costas de feitorias, ou quaisquer outras formas iniciais de expansão”, tendo sido “cabeça-de-ponte” para expansão interior (PETRONE, 1964, p. 2). São Vicente tinha função estratégica para a coroa portuguesa, pois estava próxima do território espanhol e também do Rio de Janeiro, onde os franceses haviam se instalado, além de integrar a zona de passagem para o Rio da Prata. Sobre a ocupação pré-afonsina, PETRONE (*Ibidem*, p. 3) afirma que:

o produto objeto de comércio em São Vicente pré-afonsino deve ter sido o próprio indígena e São Vicente deveria ser, portanto, uma feitoria de escravos. Seria uma versão americana, modesta embora, de uma situação que se tornaria comum nas costas do continente africano.

Com a chegada de Martim Afonso de Souza na Ilha tentou-se estabelecer o sistema colonial a que Petrone chama de “plantage”, o plantio de cana-de-açúcar, donde tentou-se criar uma empresa colonial. Iniciativa que fracassou sem conseguir competir com a produtividade do Nordeste e sua proximidade com os mercados europeus.

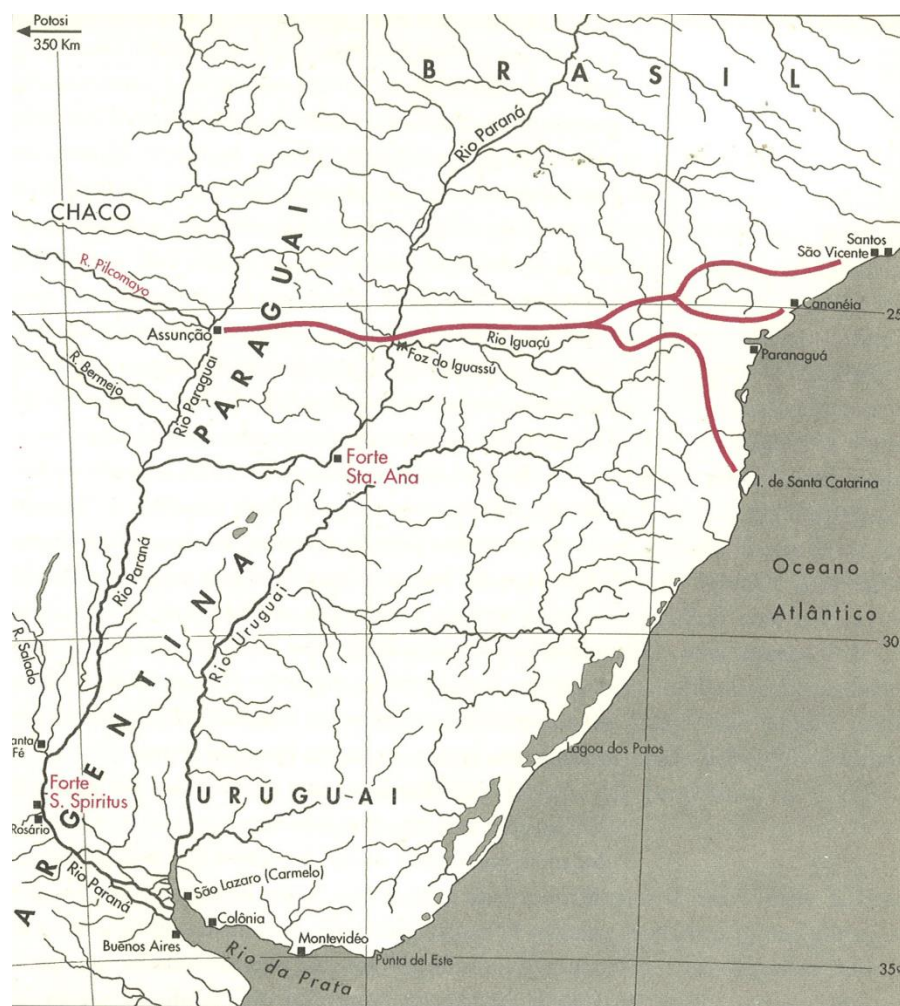
Caio Prado (1999) aponta o desequilíbrio entre o povoamento das áreas litorâneas e do interior, donde as áreas litorâneas – que no nordeste do Brasil apresentava terras férteis e baixadas quentes e úmidas, propícias a ocupação – foram a preferência do colonizador. Ao descrever o litoral paulista, muito próximo da Serra do Mar, abrupta em muitos pontos, coloca que este não foi tão propício a ocupação em suas características particulares e em sua relação com o planalto. O autor reconhece como efetivas ocupações no interior do país durante os séculos XVI e XVII “o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, (...) a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica (*ibidem*, p.39)”, e não considera as incursões das bandeiras como povoamento, por estas explorarem mais do que se fixarem.

Petrone (1964, p. 9) aponta alguns pontos da particular penetração realizada na capitania vicentina, e dentre eles, além das questões geomorfológicas e climáticas, considera o “sentido continental do povoamento pré-cabralino”. De acordo com o autor (*Ibidem*, p. 13):

O sentido continental do povoamento indígena nessa parte do país vê-se marcado de forma mais significativa pelas relações que, segundo tudo parece indicar, verificar-se-iam entre os Campos do Piratininga e as mesopotâmia paraguaia. O instrumento mais importante dessas relações teria sido uma longa estrada, tronco de um primitivo sistema de viação geral, ‘pondo em ligação as tribos da nação Guarany da bacia do Paraguay com a tribu dos Patos do litoral de Santa Catarina, com os carijós de Iguape e Cananéia, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo’ (40).

Este último constituía, na prática, ‘o caminho transcontinental mais importante da época anterior ao descobrimento da América.’ Denominado Peabirú pelos indígenas, ‘dirigia-se do atual litoral paulista, em São Vicente, ... para o sul, rumo ao rio Paranapanema e de lá uma das principais nascentes do rio Ribeira acima até os campos de Castro’... (41). Segundo Washington Luiz, teria sido um caminho ‘muito batido, com uma largura de 8 palmos, estendendo-se por mais de 200 léguas desde a capitania de S. Vicente, da Costa do Brasil, até as margens do Rio Paraná, passando pelos rios Tibagi, Ivaí e Pequeri’ (42).

De acordo com FILHO (2012, p. 114) “o Peabiru tinha várias ramificações, que foram aproveitadas pelos bandeirantes no apresamento de índios e na prospecção de pedras preciosas. As monções seguiam os rios caudalosos em direção ao centro da Colônia”. Na figura 1 pode-se ver um dos possíveis traçados do Caminho de Peabiru a partir das saídas de Sao Vicente e de Cananéia.



Mapa da bacia do rio da Prata, mostrando os fortes construídos por Caboto e a rota do Peabiru.

Figura 2 – Mapa mostrando a Rota do Peabiru. Fonte: BUENO, 1998, p. 153

Caio Prado ressalta a importância do Planalto Paulista enquanto centro de vasta área, que articula ao longo dos séculos importantes regiões da colonização:

Geograficamente, trata-se de uma região de transição entre as altas serranias do Centro (Minas Gerais), e os campos do Sul que acabamos de ver. Forma além disto um patamar entre aqueles altos territórios e o litoral; deste último até aquele Centro elevado, ascende-se por dois imensos degraus sucessivos: a Serra do Mar e a Mantiqueira. Espremido entre essas duas está São Paulo. Foi por isso o caminho de penetração por ele escolhido. Ainda há mais: na altura do território paulista os grandes rios invertem seu curso e ao invés de afluírem para a vertente marítima, procuram o interior e a depressão central do continente sul-americano formado pela bacia do sistema Paraná-Paraguai. (...)

Todas estas circunstâncias fazem de São Paulo o centro natural de vasta área ponto de contato e articulação de regiões várias. Donde, para o Homem, nó de comunicações. Será por aí, sobretudo, a saída do continente interior para o litoral, e o acesso deste para aquele. O primeiro sentido, do Centro para a costa, será imemorialmente o de um ramo dos tupis-guaranis (os *guaranis* propriamente), que partindo do seu foco original e centro de dispersão, a região entre o Paraná e o Paraguai, alcançará a costa passando por São Paulo; via que ficará marcada neste caminho utilizado pelos índios e aproveitado algo pelos colonos europeus, que une o litoral, através do planalto paulista, com o Paraguai. Iniciada a colonização, é por São Paulo que se farão as primeiras penetrações do continente (bacia do Paraguai), para os campos do Sul. Penetração exploradora e predadora de índios, a princípio; prospectora de minas e povoadora afinal. (1999, p. 66)

A colonização do território paulista se desenvolve por estrias que acompanham as vias de comunicação que levam do litoral para o interior do continente: para Minas Gerais, através das gargantas da Mantiqueira; para Goiás, pelas planuras que bordam a ocidente o maciço central brasileiro; para Mato Grosso, pelo vale do Tietê, aproveitando o curso dele; para o Sul, pelos campos que se alargam até o prata. (*Ibidem*, p. 67)

A bandeiras e entradas foram em muito estimuladas pela coroa inspirada pela descoberta de minérios pela Espanha. Apesar de não inicialmente povoarem, no sentido de Caio Prado, elas expandiam o território colonial e estabilizavam as áreas ocupadas, possibilitando a construção de arraiais e plantio de roças, muitas vezes com duração curta e rotativa, e realizados, como veremos, muitas vezes próximos a pontos de mineração. Como dito anteriormente, esta expansão e estabilização se dava com o ataque e tomada do território indígena, genocídio e sua escravização e incorporação. A prática dos jesuítas se dava a partir da catequização e criação de aldeamentos e fazendas.

Sobre a presença dos jesuítas, Petrone (1964, p. 67), coloca que, mesmo com as distintas práticas dos bandeirantes e sertanistas:

Ela se constituiu em importantíssimo instrumento do próprio processo de colonização, na medida em que, utilizando o motivo da cristianização para justificar a fixação e aldeamento do indígena, permitiu organizar as bases do fenômeno.

1.2. Mineração

Ao longo dos séculos XVI e XVII foram encontrados ouro e outros minérios no Vale do Ribeira e no Jaraguá, as primeiras minas de ouro descobertas no Brasil, sendo que os

primeiros registros oficiais sobre a descoberta do minério datam da fundação de São Vicente, em 1532. As incursões pela floresta atlântica eram feitas em muito através dos rios, fossem os que partiam dos Campos de Piratininga e seus arredores, ou os da bacia do Ribeira.

No vale do Ribeira¹⁰ os achados, ao longo de dois séculos, foram de Cananéia ao litoral paranaense, chegando ao Alto Ribeira em Apiaí-Iporanga. Os povoados criados, principalmente no litoral, serviam de apoio aos colonizadores, servindo-os de ferramentas, embarcações e escravos indígenas e muitos povoados surgiram a partir de arraiais de pouso feitos por mineradores.

Parte do ouro encontrado era fundido em Iguape, povoação fundada em 1538, que por volta de 1600 se torna Vila e em 1653 ganha a Casa de Fundição. Outra parte era fundida em Paranaguá, criada a vila em 1648. A fundição em Paranaguá ocorreu ao longo de meados do XVII até o início de XVIII e depois foi abolida. Minas importantes exploradas na capitania de São Vicente, que no início do século XVIII se desmembra em outras capitanias, foram as Minas de Apiaí e Minas do Paranapanema.

De acordo com PETRONE, as jazidas do Médio Ribeira (inclusive Xiririca, atual Eldorado, e Sete Barras) foram encontradas no século XVII, quando o garimpo de ouro começa a ser importante economicamente:

A procura de jazimentos auríferos levou os intrantes Ribeira acima, penetrando a montante de muitos de seus afluentes e sub-afluentes. Atingiram, desse modo, a região de Xiririca, onde o metal parece ter sido encontrado em quantidade relativamente apreciável. Aí disseminaram-se os mineradores, criando, pouco a pouco, condições para que se definisse o povoado de Xiririca, o primeiro nódulo de cristalização do povoamento da retro-terra, possivelmente com base na presença do primitivo aldeamento indígena. (1966, p. 74)

O ouro era lavado e garimpado no Médio e Alto Ribeira e transportado por canoas pelo Rio Ribeira de Iguape até a fiscalização realizada no Porto de Registro do Ouro (atual cidade de Registro) e seguia até o Porto de Cananéia. Para PETRONE,

¹⁰ O histórico construído acerca da mineração no Ribeira foi feito a partir da leitura de sites de prefeituras municipais, blogs de estudiosos sobre a história de suas cidades natais, que baseiam - se em estudos historiográficos e entrevistas com moradores locais, site da Receita Federal (que trata de quintos e casas de fundição). Não tive a oportunidade de ler diretamente estudos acadêmicos, entretanto consideramos as fontes suficientes para os objetivos deste TGI. Os sites estão descritos na bibliografia, aqui alguns dos sites que utilizamos:

http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrac/casadefundicao.htm, acessado em 15/01/2017

http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm, acessado em 28/12/2016

<http://minasdoparanapanema.blogspot.com.br/2014/03/primeiros-povoados.html>, acessado em 10/10/2016

<https://freguesiavelha.wordpress.com/2013/08/12/freguesia-velha-de-capao-bonito-e-a-exploracao-desenfreada-do-ouro/>, acessado em 10/10/2016

A penetração do povoamento para o interior, justificada apenas pelo ouro de lavagem, se fez somente ao longo do Ribeira, e sempre de forma muito rala e descontínua. Caracterizou-se, como sempre nesses casos, pela instabilidade de fixação, com a mobilidade do povoador. A atividade de bateação foi ancilarmente acompanhada pela presença de roças fugáces para subsistência, sempre marginalmente ao rio. (1966, p. 75)

Petrone (1966) elenca quatro consequências principais que a atividade da mineração gerou no Vale do Ribeira:

- Certa vitalidade econômica a região;
- Definição de Iguape como central na região devido à instalação da Casa de Fundição e devido ao porto. Com valorização econômica da retro-terra servida pelo Ribeira;
- Formou embriões de cidades. Cananéia, Iguape e Xiririca no séc XVIII e ainda com pouco contato com o planalto. Em seguida Registro, Apiaí e Iporanga. Em Registro, junto ao Ribeira e na confluência com o Juquiá, foi criado o Porto de Registro, “que conforme o próprio nome indica, era local destinado ao controle da produção de rio acima, para efeito do pagamento dos Quintos Reais” (*Ibdem*, p.77). Em 1829 é criado o povoamento de Juquiá, e nesta época o povoado de Botujurú, um possível aldeamento, se torna Jacupiranga;
- Permitiu que as terras ribeirinhas se tornassem conhecidas, não significando estabilidade na ocupação e manutenção de práticas agrícolas que gerassem enraizamento da população. A relação com as jazidas de Iporanga e Apiaí “permitiu que se esboçassem os primeiros contatos de relativa frequência em direção ao planalto. Tais contatos se fizeram principalmente por Apiaí, a partir de Iguape, articulando-se com o caminho que de São Paulo buscava o Rio Grande do Sul (*Ibdem*, p.77).” Entretanto, este caminho direto para São Paulo não era incentivado para que se passasse pelo controle no Ribeira.

É por volta de 1600 a data a que se referem os primeiros registros da ocupação do viriam a se tornar as Minas Apiaí, situadas no Alto Ribeira, ocupação esta que esteve ligada inicialmente à mineração de ouro por habitantes do Ribeira (LUZ, 1996). Saint Adolphe, historiador francês que percorreu diversas províncias, apresenta sua descrição acerca da Vila de santo Antônio do Apiaí, fundada em 1770:

APIAHY - Villa pobre e pouco povoada da província de São Paulo, na quarta comarca, e sobre a estrada de Curitiba, aos 24 graus e 22 minutos de latitude. No ano de 1600, alguns indivíduos assentaram vivenda nas nascentes do Iguape, nas margens do rio Apiahy, para extrair ouro em minas que foram mais ou menos rendosas no decurso dum século; porém, à propósito que o ouro

ia diminuindo, diminuía também a povoação deste lugar.; assim foi em vão que se deu o título de paróquia à igreja dedicada a Santo Antonio de Lisboa, com o fim de ali se reter os habitantes; continuaram as emigrações mesmo em 1770, quando esta população foi elevada à categoria de Villa pelo governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho. (ADOLPHE *apud* LUZ, 1996, p.24, sendo que Luz não dá descrições maiores sobre a obra da qual tirou este excerto)

O nome de Minas do Paranapanema foi definido a partir de algumas faisqueiras de ouro localizadas nas cabeceiras do Rio São José de Guapiara, onde hoje é o município de Apiaí, e da comunicação da descoberta e intenção de uso, feita por moradores de Sorocaba, ao Rei de Portugal Dom João V, em 1717. O governo colonial distribuiu datas (porções de terra) aos requerentes conforme número de agregados e escravos (indígenas e negros), que exaustivamente garimpavam os aluviões.

Sobre a fundação de Apiaí, no site do IBGE:

A primitiva vila que deu origem à cidade de Apiaí, localizou-se em três lugares diferentes. A mais antiga, hoje conhecido como Vila Velha dos Peões, distantes alguns quilômetros de Apiaí atual, compunha-se de escravos e aventureiros (...) Foi assim que à procura de ouro, muitos foram estabelecer-se junto ao Morro do Ouro (localizado no centro do município), dando origem a outra povoação. Mais tarde, ocorrendo ali um desmoroamento (...) muitos abandonaram o lugar e outros embrenharam-se nas matas vizinhas dedicando-se a lavoura.

Tais núcleos de povoação foram elevados, por Portaria de Morgado de Mateus e sancionada pelo governador de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho de Moura, à categoria de município, no ano de 1771. Constitui-se então o município dos atuais territórios, que hoje são os municípios de Ribeira, Iporanga e parte do Paraná (cidades estas que hoje fazem parte do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira - PETAR).

E daquele primeiro núcleo, mineradores saíram também para fundar a Freguesia Velha de Paranapanema, numa mudança para a margem direita do Rio das Almas - local conhecido como Sumidouro por conta de uma gruta. Ali foi a sede do povoado de Paranapanema até 1850, quando houve transferência da paróquia para as paragens de Capão Bonito, ponto de parada dos tropeiros, e onde está localizada a cidade do município de Capão Bonito, que é limítrofe com São Miguel Arcanjo.

LUZ (1996, p. 27) traz um relato que trata da concessão de sesmarias, surgimento das minas, limite entre vilas e criação de freguesias:

Por derradeiro, relata o insigne Monsenhor Luis Castanho de Almeida, as fls. 9 do extraordinário livro “A Diocese de Sorocaba e seu Primeiro Bispo”, editado em 1.974:

...Esses Monges Beneditinos em 1.693 obtiveram a primeira sesmaria além do rio Sarapuí, ‘no caminho de Curitiba’ aberto a pata de gado, ladeado por imensas sesmarias que iam sendo concedidas, até que em 1.721 o Ouvidor Rafael Pires Pardini determinou ficasse o rio Itararé por limite das duas vilas (municípios) de Sorocaba e Curitiba. Até este rio havia algum gado e o fazendeiro, então sinônimo de curraleiro, para vigiar. Eis que na mesma época em que lá longe os sorocabanos fundavam Cuiabá aparecerem em seu município mesmo, na beira ocidental do

Paranapiacaba, as minas de ouro de Apiaí e Paranapanema, logo povoadas por alguns brancos, que em 1.728 receberam sesmarias e muitos administrados Índios, caboclos e escravos africanos. Ambas as freguezias foram criadas em 1.746

Por volta de 1730 as Minas do Paranapanema começam a entrar em decadência, e alguns moradores das vilas de mineradores se tornam lavradores, outros se envolvem com comércio de muares, outros tantos se mudam. Sobre este processo o engenheiro Carlos Rath comenta em seu Memorial Descritivo da Villa de Apiahy, elaborado a pedido do governo da província entre 1845 e 1856. De acordo com Carlos Rath (*apud* LUZ, 1996, p. 39), se referindo ao terceiro local ocupado por mineradores, já num momento de decadência das minas, núcleo de onde hoje se localiza a cidade de Apiaí:

Os habitantes do valo devastado foram em parte habitar o terceiro lugar 3-6 léguas em redor, estabelecendo plantações nos matos virgens. Eles experimentaram a criação de gado, de cavalos, etc., porém no espaço de um ano a dois morreram todas as suas criações da peste (garrotinho). Aqueles que se retiraram para a ribeira plantam arroz e cana e todos os viveres deles usados como o milho, mandioca, banana, feijão; eles criam porcos, galinhas, etc, e ainda tem a vantagem de poderem ter sempre peixe fresco.

Os aluviões eram garimpados por bandeirantes utilizando o trabalho de escravos negros e indígenas, e além do ouro buscava-se o ferro. Até 1759 havia lavras feitas também por jesuítas. E o trabalho indígena era pago com utensílios. Uma referência para conhecer melhor este momento nos parece ser o livro de Jorge Caldeira intitulado “O banqueiro do Sertão”, que não tivemos a oportunidade de estudar.

Como apontado acima, a mineração mobilizou a fundação de alguns arraiais e freguesias, assim como estruturação da presença do poder colonial a partir da cobrança de impostos. Com a decadência das minas citadas, a população envolvida nos povoados dedicou-se a lavoura e a outra atividade econômica que começava a se firmar, o trânsito de tropas de muares vindos do Sul até Sorocaba. No final do século XVIII é que são elevadas a categoria de Vilas áreas cujo povoamento inicial esteve vinculado a mineração, e algumas paragens foram ganhando importância em relação ao crescente comércio de muares.

Havia outra rota para o ouro explorado, além da que seguia pelo rio Ribeira até o Porto de Iguape, a qual nos interessa pela proximidade a São Miguel Arcanjo, onde, pelo que dizem seus moradores, podem ser encontradas ainda valas de garimpo e faiscação em locais em que a Mata Atlântica segue preservada. Era a rota via terrestre que passava pela estrada que levava

até Itapetininga, onde em 1721 foi criado um registro para cobrança do quinto e do pedágio sobre os muares que vinham da região sul transportados para Sorocaba¹¹.

Sobre o Registro de Itapetininga, encontramos no site da Receita Federal:

Localizado na cidade paulista do mesmo nome, é mencionado em 1765, 1769, 1775 e 1780. Data, porém, de 1721, pelo menos; em 1724 foi arrematado por Miguel Sutil de Oliveira, por três anos. Fazia parte do sistema de arrecadação da contribuição "sobre as bestas que vem do Sul", também conhecida por "Meios Direitos da Casa Doadada", cujo produto era dividido entre a Coroa e Cristóvão Pereira de Abreu (este sucedido depois por Tomé Joaquim Corte Real). Também cobrava "entradas". Segundo Aluísio de Almeida, "O Registro - Itapetininga nunca acabou, transformando-se em barreira". Só teria sido extinto em 1892, quando as barreiras foram abolidas. Saint-Hilaire refere-se a um "Registro Velho" nas proximidades de Itapetininga, em sua "Viagem à Província de São Paulo. (FONTES: ALMEIDA, *Os Caminhos do Sul e a Feira de Sorocaba*, 186:96 e 16 - ELLIS, *Contribuição ao Estudo*, 21 - MOREIRA, *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*, 3:982 - DHBN, 2:458, - RIHGB/AHU/SP, 6:255).

1.3. Caminhos do Sul - Comércio de muares

Como dito anteriormente, a conquista do território colonial se deu inicialmente em busca de minérios e frentes mercantis, sendo que a descoberta de Potosí em 1545 incentivou o estabelecimento de caminhos para o sul, tanto no sentido de expandir a fronteira, definida pelo impreciso Tratado de Tordesilhas, como de conquistar a bacia do Prata.

A Vila de São Paulo do Piratininga é fundada em 1554 e no final do século XVII aumenta a quantidade de povoados em seu entorno, onde se estabelece a Vila de Nossa Senhora da Ponte (hoje Sorocaba), em 1661, um povoado pelo qual passavam muitos caminhos indígenas, conhecidos como "apés" (caminho em tupi), que interligavam outras partes de seu território. De acordo com BACELLAR (2001, p. 22):

O pequeno povoado de Sorocaba surgiu, ainda no século XVII, como ponto de aglutinação rarefeita de anônimos povoadores, embrenhados no sertão da capitania vicentina. Sabe-se que a área era conhecida desde os primórdios da presença lusa no planalto de Piratininga, pois ali passava o então famoso caminho do Peabiru ou Piabiju, que rumava do litoral para o Paraguai e o Guairá. (...) Esse acesso facilitado permitiu que se identificassem, já na década de 1590, as jazidas de ferro no morro do Araçoiaba. (...) Embora a exploração mineral e o [primeiro] projeto de vila não tenham vingado, há razoáveis pistas de que a presença de povoadores, efetivos ou temporários, tornou-se constante desde então. (...)

O progressivo incremento da exploração do sertão promoveu, embora em ritmo evidentemente lento, a expansão da frente de colonização informal e anônima durante toda a primeira metade do século XVII.

Neste item buscaremos atentar para os fatores geopolíticos e econômicos ligados a fundação da Vila de Nossa Senhora da Ponte (hoje Sorocaba) no século XVII, da qual se

¹¹ <https://freguesiavelha.wordpress.com/>, acesso em 09/01/2017

desmembra no século XVIII a Vila de Itapetininga, sendo desta que, no final do século XIX, se emancipa o município de São Miguel Arcanjo.

De acordo com FILHO (2012, p.112): “No caminho até o extremo sul, pelo litoral, foram fundadas as povoações de Paranaguá (1648), São Francisco (1658), Desterro (1675) e Laguna (1676), que serviam de fortificações e bases para novas expedições em direção ao sul ou ao interior”. Também houve a fundação da Colônia de Sacramento em 1680. Esse movimento de ocupação se deu sempre a partir de SP, a ocupação mais estável de Portugal na parte Sul. Caminhos, ainda que precários e baseados em muito nos caminhos indígenas, foram construídos por terra para chegar até a Colônia de Sacramento.

A efetiva criação da vila de Sorocaba, em março de 1661, de acordo com BACELLAR, vinha ao encontro dos grandes projetos da Coroa Portuguesa para a bacia do Prata. Tornava-se cada vez mais premente a necessidade de acessar, por via terrestre, os imensos territórios existentes entre São Paulo e as terras de Castela, ao sul. Num primeiro momento, buscou-se incorporar aos domínios lusos os chamados Campos Gerais, no atual Estado do Paraná, que, desde princípios do século XVII, vinham se estruturando como fornecedores de gado. (2001, p.22)

Coincidentemente, o início do povoamento da região de Curitiba, nas décadas de 1650 e 1660, foi praticamente simultâneo à ereção de Sorocaba. Sesmarias foram concedidas às duas áreas, buscando consolidar o povoamento e garantir que o gado fosse convenientemente explorado. O sul paulista principiava a tornar-se atrativo, e Sorocaba ser alvo de migrantes em busca de novas oportunidades. Por outro lado, a jovem povoação passaria a servir, desde então, como nova e importante base logística da atividade do apresamento do índio e de penetração do sertão, a que se dedicaria profundamente até quase meados do século XVIII. (*Ibidem*, p. 23)

O Tratado de Madrid estabelecido entre Portugal e Espanha e assinado em 1750 definiu os principais marcos do atual território brasileiro, onde se acordou a entrega da Colônia de Sacramento à Coroa Espanhola em troca da incorporação dos Sete Povos das Missões pela Coroa Portuguesa (FILHO, 2012). Para o autor,

Com a incorporação dos Sete Povos, a expulsão dos jesuítas e o extermínio de milhares de indígenas abriram-se as possibilidades de se explorar a pecuária nos pampas gaúchos e no litoral, por meio da comercialização de couro e animais. Com a fundação de Rio Grande (1737), de Viamão (1741) e da Capitania de Rio Grande de São Pedro (1760), além da abertura dos primeiros caminhos em direção a São Paulo e da difusão de grandes estâncias de criação de gado, as atividades pecuárias tornaram-se mais relevantes para a Coroa e para a Colônia, que passam a proteger e a ocupar ainda mais o território.

De acordo com Caio Prado Jr, até o final do século XVIII a ocupação portuguesa do sul, chamado de “campos gerais”, se dava principalmente: nos Campos de Curitiba com gado e alguma agricultura, mais próxima à Serra, com extração da erva mate; no Sertão de Lajes, cuja ocupação colonial era escassa, servindo basicamente enquanto via passagem e comunicação para as tropas de bestas, estando mais a oeste o sertão ainda ocupado por indígenas não

catequizados; e nos Campos da Vacaria, mais ao sul, com povoamento exclusivamente pastoril. De acordo com o autor (1999, p. 65), o litoral do Sul foi pouco povoado, excêntrico ao eixo econômico orientado para Portugal, com um planalto que se isola do mar devido a uma barreira abrupta de grande elevação. O autor também, a partir das observações de Saint-Hilaire, nos aponta a presença marcante dos paulistas nesta ocupação:

Para o sul da capitania, o povoamento se estendia pelos *campos-gerais*, onde se iam abrindo fazendas de gado¹². Tratava-se de um território duramente castigado, - na sua margem ocidental, pela hostilidade do gentio. É de São Paulo que parte este movimento propulsor da colonização dos *campos*. A maior parte das fazendas da região pertence, como Saint-Hilaire observou, as pessoas residentes em São Paulo que conservavam nas suas propriedades apenas feitores, ou às vezes algum membro da família. (*Ibidem*, p. 82)

A presença jesuíta, particularmente de jesuítas espanhóis, foi marcante na ocupação da Bacia do Prata, campos paraguaios, se estendendo ao Mato Grosso e Paraná. Como já apontado acima, os jesuítas realizaram uma ocupação distinta da portuguesa e espanhola, com o objetivo central de catequização dos indígenas. SILVA (2005, p. 203) sugere compreendermos que importante estrutura urbana do Sul foi construída pelos jesuítas, ao tratar de seu “notável urbanismo missionário”. As estâncias e vacarias missioneiras despertaram o interesse de Portugal e Espanha a partir do XVIII, com o interesse, além no próprio território, na mão de obra indígena e nas vacarias¹³. De acordo com BACELLAR (2001, p. 26), “à questão militar e estratégica somava-se o profundo interesse pelo potencial econômico das manadas soltas pelos campos”. E Caio Prado (1999, p. 254): “enquanto para o Sul seguiam povoadores e soldados, vinham de volta as tropas de bestas que durante mais de um século se constituirão o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império dependente”.

De acordo com Bacellar (*Opus cit.*, p. 24), “Após as grandes incursões contra as Missões, chegaram à vila índios e mesmo castelhanos, aqueles trazidos como mão-de-obra, estes provavelmente trocando uma área arrasada, ou pelo menos continuamente ameaçada, por outra, mais atraente”. E, “assim, durante todo o século XVII, o apresamento do índio, a penetração territorial e, mais em suas últimas décadas, a comercialização incipiente do gado

¹² “Naquelas planícies eram criados, principalmente, os gados vacum, cavalar e muar. Do vacum eram extraídos o couro e a carne para a preparação do charque, ambos exportados; o cavalar, em boa medida, era aproveitado nas próprias estâncias locais para os afazeres diários; o muar (mula), um animal de carga que resiste a cavalgadas de longa distância e que passou a ser reproduzido nas estâncias, tornou-se uma das principais mercadorias gaúchas comercializadas nas feiras paulistas durante os séculos XVIII e XIX.” (FILHO, 2012, p. 113)

¹³ Não se tratava mais de escravizar índios ou vendê-los como escravos, mas sim de conquistar suas terras, primeiro as áreas de campos que podiam imediatamente servir como pastagens para os rebanhos que acompanhavam as expedições. (TOMMASINO *et alli*. 2001)

curitibano permitiram a Sorocaba não o crescimento, mas a manutenção de sua existência” (BACELLAR, 2001, p. 25).

A pesquisa a que vimos nos referindo do autor Carlos Bacellar foi publicada em livro intitulado “Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX”. O autor opta por estudar Sorocaba para desvendar

uma sociedade que, embora pujante, não estivesse ligada direta e profundamente vinculada à grande economia exportadora e escravista. Movimentada, principal centro do extenso circuito de comercialização de gado, era também, durante os séculos XVIII e XIX, importante núcleo da economia de abastecimento interno. (*Ibidem*, p. 13)

uma sociedade que, por mais de dois séculos, atuara como entroncamento de interesses diversos, provenientes de populações relacionadas à mineração, à produção do açúcar, à comercialização de gado e ao abastecimento da cada vez mais pujante cidade do Rio de Janeiro. Quase não exportara gêneros colhidos em suas terras, mas enriquecera atuando como pano de fundo para as economias da mineração, do açúcar e do café. (*Ibidem*, p. 17)

Bacellar coloca que houve pouca pesquisa acerca de Sorocaba devido ao fato de não haver tido influência significativa na economia de exportação e não auxiliar diretamente na compreensão da relação Colônia-Metrópole. Ao estudar a sociedade sorocabana, identifica o poder nas mãos de grandes senhores de engenho, de café e de negócios realizados em outras paragens. Em sua pesquisa também estuda a presença da mulher e das crianças abandonadas, em busca de desvendar os mecanismos de reprodução social envolvidos na gestão da economia sorocabana.

Estudou listas nominativas da Vila e outros documentos buscando referências quantitativas e qualitativas acerca do tamanho da população da Vila e de suas atividades nos séculos XVI e XVII. Identifica uma vila voltada para produção de gêneros de primeira necessidade, com agricultores rústicos, roceiros ou pequenos proprietários, onde a grande maioria de lavradores está desligada da agricultura de exportação. Um posto avançado do desbravamento do sertão.

No recenseamento feito para as listas nominativas, o autor nota que algumas atividades não aparecem devido ao interesse dos recenseadores e também devido a sazonalidade das práticas, como por exemplo a comercialização de animais que ali foi se tornando tão forte. Através de sua pesquisa Bacellar identifica, uma vila com núcleo urbano de pequenas dimensões e a população dispersa pelo território, sendo que a vila ganhava algum movimento apenas nos finais de semana. Aponta que Sorocaba,

em 1767, contava com 1.066 fogos, distribuídos pelos seguintes bairros, conforme a lista nominativa desse ano: *Vila, Rio Asima thé Itapeba, Morros, Campo Verde, Ahú ahiba, Rio*

abaixo da ponte, Ipanema, Itangoa, Birasoyaba, Iperó, Pirapora, Boa Vista thé Pirajubi, Alambary thé Sarapuhy, Itapetininga, e Freguezia das Minas de Paranapanema. P.

O crescimento de 1661 a 1772, de acordo com cálculos do autor, baseado no que há de dados disponíveis, teria sido de 17,7 vezes (aproximadamente 5.800 habitantes em 1772 e 327 em 1661) o número de habitantes e 18,3 vezes o número de domicílios. Porém o núcleo urbano pouco teria aumentado em um século, passando de aproximadamente 30 domicílios a 40. Os núcleos urbanos coloniais

tendiam a se manter estagnados, pouco crescendo ao longo das décadas, atuando tão-somente como local de comércio, festas, cerimônias religiosas e administração municipal em dias muito específicos. À exceção de poucas atividades de artesanato ou comércio, o grosso dos habitantes vivia de sua faina agrícola, internados em suas roças distantes até mesmo dezenas de léguas da vila. Conforme adverte Saint-Hilaire, ‘uma parte das casas de Sorocaba pertence a agricultores, que só as ocupam aos domingos...’ (1976:86)” (BACELLAR, 2001, p 30).

algumas villas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nelas se conservão são os que tem citio mais perto, porque os que os tem longe só acodem á Villa pelas festas do anno, ou em solemnidades mayores; fora destes cazos vão seguindo o mato virgem. (MORGADO DE MATEUS *apud* BACELLAR, *Ibdem.*, p. 30)

Ao longo dos séculos aumentava a população de índios baixados do sertão e batizados, chamados de administrados – escravos caçados muitas vezes em expedições patrocinadas. Entretanto, o autor coloca que a proporção da população cativa de Sorocaba nunca foi grande em relação a população livre. “Esta realidade é consequência direta da inexistência de um forte setor de economia de exportação, escravista, que tenderia a expandir a população cativa do município” (BACELLAR, 2001, p. 37).

A descoberta da “vacaria dos pinhais” foi importante para o incremento do comércio de muares. Foi um rebanho formado no século XVI por jesuítas espanhóis e encontrado por portugueses na abertura de estrada boiadeira que ligaria o Sul a SP, com vistas a intensificar o este comércio que se encontrava muito rentável já no século XVIII. Esta estrada foi aperfeiçoada e tornou-se o Real Caminho do Viamão¹⁴, que ligava Viamão - RS a Sorocaba.

¹⁴ De acordo com cartilha de Sorocaba (1992):

O caminho do Sul, considerado a partir do Rio Grande do Sul, se iniciaria por Viamão, origem da atual cidade de Porto Alegre; Cruz Alta, Passo Fundo, ainda no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que partiam de Cruz Alta, aqueles que estivessem trazendo os animais da região de Corrientes (Argentina); Lages, Mafra, em Santa Catarina (sendo esta cidade famosa por um tipo de estribo que liberava os pés do cavaleiro, em caso de acidente); Rio Negro, onde havia um Registro de Animais, e Lapa, famosa pelas suas facas e facões (a “lapeana”), São José dos Pinhais e Curitiba, todas no Estado do Paraná; poderia haver algumas variações, onde a partir de Lapa, encaminhava-se para oeste e passava-se por Guarapuava, cujos famosos cavalos eram bastante estimados, seguindo-se Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva; no Estado de São Paulo, passava-se por Itararé, Itapeva, Buri (ou pouso da Escaramuça), Itapetininga, Alambari (ou Pouso das Pederneiras), afamadas pelas pedras do mesmo nome e usadas em armas, Campo Largo (atual Araçoiaba da Serra), onde as tropas descansavam antes do início das vendas, e finalmente, Sorocaba.

Bacellar (2001, p. 25) ressalta que “Embora a historiografia tenha defendido que a primeira tropa vinda de Curitiba surgiu em Sorocaba somente em 1732, sob o comando de Cristovão Pereira de Abreu, sabe-se que havia, desde há algumas décadas, um afluxo irregular de gado curitibano para Sorocaba.” De acordo com FILHO (2012, p. 116):

Um novo caminho foi aberto pelo Coronel Cristovão Pereira de Abreu em 1733, que aproveitou parte do caminho de Farias, evitando a subida da serra em direção a leste Dos Conventos. Ele partiu de Viamão (atualmente, Santo Antônio da Patrulha), ganhou os Campos de Vacarias, cruzou o Rio Pelotas e chegou até o planalto serrano, uma vasta área de campos limpos, o que facilitava em muito as grandes cavalgadas. Depois, seguia em frente, passando por onde se situa hoje a cidade de Lages, alcançando o caminho aberto por Farias, cortando a mesma mata fechada até o Rio Negro (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1858). Ficou conhecido como o Caminho Viamão-Sorocaba, por onde transitou grande parte das tropas de muares que vinham das estâncias do extremo sul em direção às feiras de Sorocaba para serem vendidos, num primeiro momento, aos negociantes das atividades auríferas das Minas Gerais e, em seguida, ao complexo fluminense e paulista.

As feiras de muares de Sorocaba foram iniciadas por volta de 1733, e tornaram a vila no maior centro de comércio de animais da Colônia e, após a Independência, do Império. Em 1734 foi criado o Registro do Rio Negro de Curitiba, para taxaço de impostos das cargas. Os muares destinavam-se principalmente a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Em 1750, foi instalado um Registro de Animais ao lado da ponte sobre o Rio Sorocaba. Nesta feira eram negociadas também mercadorias provenientes do interior paulista, e Sorocaba era fundamentalmente entreposto comercial, e confluência de fazendeiros e comerciantes. (FILHO, 2012, p.114, se referenciando a ALMEIDA, 1945)

As tropas, compostas de centenas de animais, marchavam para o Norte em setembro e outubro, “quando os pastos do trajeto começavam, sob a ação das chuvas, a vicejar. Às vezes seguiam diretamente até Sorocaba, termo da viagem; doutras, invernavam em Lajes, para recomeçar a marchar no ano seguinte” (Caio Prado, 1999, p.254). As tropas eram registradas em Curitiba, chegavam xucras por volta de março em Sorocaba, e acampavam em Campo Largo de Sorocaba (Araçoiaba), sendo domadas e engordadas para a feira, que aconteciam durante dois a três meses, de abril a junho. (Cartilha da prefeitura de Sorocaba, 1992)

Os pousos dos tropeiros se definiam geralmente por serem região de bons pastos, boas aguadas e mais ou menos fechados (fundo de vale, por exemplo) para evitar dispersão dos animais, sendo o trajeto já conhecido antes do início da viagem. Nestes locais, com o tempo, foram surgindo roças e vendas para suprir os viajantes, com galpão ou telheiro para pouso. Ao longo do caminho das tropas:

foram erguidos registros para cobrança de impostos, pousos e fazendas para descanso de homens e animais, vilas que se tornaram cidades e novas estradas. Segundo Sergio Buarque de Holanda, 'o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro' (1994, p. 132-133). (FILHO, 2012, p. 117)

O itinerário do Caminho Real de Viamão em 1797 pode ser visto na Figura 3, logo abaixo:

Itinerário	Léguas	km atuais
Porto Alegre ao Rio Pelotas	30	145
Rio Pelotas ao mato do Espigão (passando por Lages)	47	227
Sertão (trecho da Estrada da Mata)	41	198
Fim do Sertão a Curitiba	6	29
Curitiba a Registro	3	14,5
Registro a Itapetininga	74	357,5
Itapetininga a São Paulo	34	164
Total	235	1.135

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1858.

Figura 3 – Itinerário do Caminho Viamão-Sorocaba em 1797.

Fonte: FILHO (2012, p. 116)

Ao longo do século XVIII o perfil econômico da Vila de Sorocaba se altera, deixando as práticas de apresamento de indígenas e da mineração para se basear na lavoura de abastecimento interno, comércio de animais, comércio de mercadorias diversas (que vinham com as tropas) e produção de cana-de-açúcar (o que inclusive aumenta o contingente de escravos negros). De acordo com Bacellar:

Sorocaba teve sua população bruscamente ampliada durante a passagem do século XVIII para o XIX, muito provavelmente como reflexo do empuxo econômico e demográfico pelo qual passava a região do oeste paulista, graças à lavoura da cana-de-açúcar. (...) a vila pode encontrar, nos florescentes engenhos, um mercado em expansão com elevada demanda por tropas. (...) Pela primeira vez surgem indícios de que o tráfico de muares estaria permitindo a formação de grandes fortunas, numa íntima ligação entre as elites locais e as do oeste paulista. (2001, p. 39) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, provocou uma verdadeira explosão no consumo do gado, levando mesmo à escassez de bestas e de carne, dando origem a uma verdadeira euforia entre os negociantes de tropas sorocabanos. (*Ibidem*, p. 32)

Alguns poderosos de Sorocaba enriqueceram com a arrematação de impostos, comercialização de muares e afins; praticavam também atividades equivalentes as de banqueiros, emprestando dinheiro, vendendo fiado etc. Mais da metade da população vivia de agricultura de subsistência e alguns destes conseguiram se estabelecer como lavradores bem-sucedidos, fornecendo itens agrícolas básicos.

Considera-se que o ciclo do tropeirismo se deu de 1733 até o final do século XIX. Foi uma atividade econômica cujos rendimentos ficavam principalmente na colônia, e, como dito acima, aos poucos estancieiros e comerciantes locais puderam acumular. O apogeu do comércio

de animais se deu de 1855 a 1860, depois começa a decair (vide figura 4). Com a implantação das ferrovias (1875), começou a definhar o comércio de tropas. A última grande feira realizada em Sorocaba foi em 1897. (cartilha da prefeitura de Sorocaba, 1992)

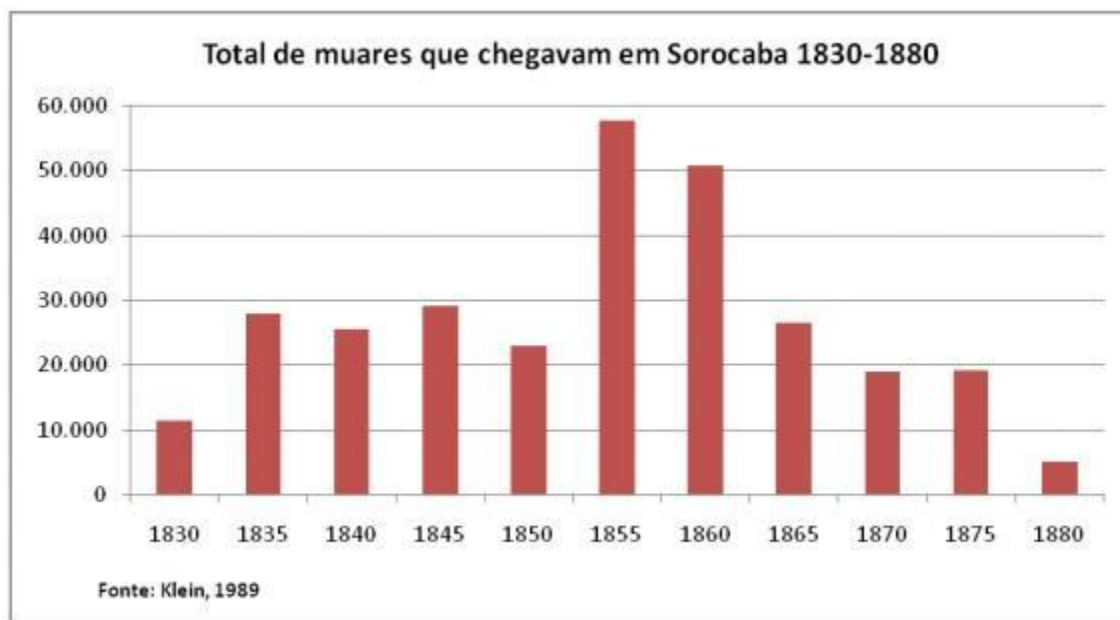


Figura 4. Total de muares que chegavam em Sorocaba 1830-1880. Fonte: FILHO, 2012, p. 122

Ao longo do século XVIII novas vilas se formaram na área de influência de Sorocaba e do caminho para o Sul, num movimento onde os moradores ficavam ao longo de ribeirões e se estabeleciam com agricultura de subsistência, organizavam-se em torno do incipiente comércio de muares, da pecuária e fumo. Muitos jesuítas ordenavam a territorialização de suas práticas sertão adentro, o que favoreceu a fundação de vilas.

Capão Bonito, cujos primeiros registros de ocupação datam de 1600, se torna Freguesia Velha em 1746, que mais tarde ganha o nome de Capão Bonito do Paranapanema. E se torna município em 1854, no período de maior movimentação do comércio de muares. A Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, que hoje é o município de Itapetininga, tem seu arraial erigido a Vila em 1770. Tornou-se cidade em 1852, e município em 1855. Em 1769 é erigida a vila Itapeva de Faxina, que em 1735 havia iniciado a atividade agropastoril, tendo sido antes aldeamento de índios catequizados e instalação de pouso de tropeiros do Caminho de Viamão. Ali no século XVIII havia conflitos de territorialização com indígenas, o que fez o povoado mudar do primeiro local de ocupação para onde hoje é o município. Em 1771 forma-

se a Vila de Santo Antonio das Minas de Apiaí. Em 1877 formou-se a de Vila de Pilar, tornando-se município em 1891.

O Caminha Real do Viamão, ligando o Sul da colônia ao Sudeste, seguia o seguinte traçado no trecho paulista: Itararé, Itapeva, Taquarivaí, Buri, Itapetininga, Alambari, Araçoiaba da Serra (chamada de Campo Largo) e Sorocaba. Existiam rotas alternativas e uma delas passava por São Miguel Arcanjo (ver figura 5).



Figura 5 – Trecho paulista do Caminho Real de Viamão. Fonte: MONTEIRO (2010)

O primeiro núcleo de tropeiros nas proximidades de Sorocaba é instalado em 1724, a exatas 12 léguas da vila – o que correspondia a uma jornada das tropas –, exatamente onde hoje é Itapetininga. Como dito anteriormente, onde viria ser a vila de Itapetininga foi criado, em 1721, um registro para cobrança do quinto e do pedágio sobre os muares que vinham da região sul transportados para Sorocaba. De acordo com SPOSATTI (1962, p. 253):

Itapetininga parece remontar ao final do século XVII ou começo do século XVIII, pois, nos primórdios de 1700, a vila de Sorocaba era o local para onde convergiam aqueles que negociavam com gado. Havia um "pouso" às margens do Rio Itapetininga, distando 12 léguas da então vila de Sorocaba, procurado por aqueles que demandavam ou provinham do Sul do Brasil. Esse "pouso" pode ser identificado no atual bairro Pôrto. Dentre as pessoas que ali estiveram inúmeras vezes, no decorrer do século XVIII, podemos citar Domingos José Vieira, natural de Braga (Portugal). Homem trabalhador e de espírito empreendedor, Domingos José Vieira resolveu, com alguns companheiros, fixar-se nas terras do "pouso" e ali iniciar algumas plantações. Em breve surgia um pequeno arraial. Decorridos alguns anos, as matas foram sendo dizimadas e a terra perdendo a fertilidade. Resolveu, então, José Vieira procurar um local onde as condições de vida fôssem mais favoráveis ao homem, idéia que encontrou eco entre outros moradores. Fundaram, então, em local não muito distante do antigo "pouso", um pequeno arraial. Por essa ocasião, novos povoadores, sob a direção de Pascoal Leite de Moraes, foram chegando e passaram a residir no local que havia sido abandonado por Domingos José Vieira.

Assim, Itapetininga surge como elo na estrada Sul, último pouso em terra de campo, e quando esta se torna vila, em 1770, “cerca de uma légua distante do rio e do antigo povoado, já os três tipos humanos lá se encontram: portugueses e descendentes na condição de dominadores; índios, negros e mestiços, seja na condição de escravos, seja na de míseros homens ‘livres’” (NOGUEIRA, 1998, p. 39). Praticava-se lavoura de subsistência, pecuária e comércio de animais. Até o primeiro cartel do século XIX, “as únicas atividades econômicas dos moradores na nova vila e das terras circunvizinhas, beneficiando-se esta última com o refluxo de população das pouco produtivas e logo exauridas minas de ouro de Paranapanema e de outros pontos mais ou menos próximos.” (*Ibidem*, p.40)

De acordo com Nogueira (*Ibidem*, p. 39):

A situação de “boca de sertão”, isto é, de posto avançado da fronteira econômica, que se estenderia por cerca de cem anos, do primeiro quartel do século XVIII ao primeiro do seguinte, faz que a história local do período escravocrata inclua, como que numa recapitulação abreviada da história do país, desde a fase de luta dizimação e preamento de índios à de substituição do trabalho indígena pelo escravo africano e, finalmente, à de abolição geral do sistema de trabalho servil.

Os primeiros escravos na região foram trazidos pelos mineradores de lavras de ouro do Paranapanema – em 1700 chegaram os primeiros escravos pretos em Sorocaba e em 1740 já eram em maior quantidade que os índios escravizados. Nogueira coloca que esta posição de “boca de sertão” e de fronteira exercia

uma atração especial sobre os mulatos livres ou fugidos, que aí buscavam novas oportunidades e aí se sentem fora do âmbito imediato de investida dos senhores e das autoridades de São Paulo e de outras localidades mais antigas e, portanto, mais policiadas. A pouca densidade da população, na zona de campos naturais e a extraordinária mobilidade que se associa aos comércios de animais e à pecuária de caráter extensivo tornarão a região altamente procurada por escravos em fuga, de São Paulo, Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Tietê e, mesmo do Sul, inclusive do Rio Grande, por todo o resto do período escravocrata. (*Ibidem.*, p. 40)

O conflito de territorialização com os indígenas ainda seguia. De acordo com o autor, de 1770 à segunda década do século XIX, “a faina de dizimação e sujeição do índio aumenta, à medida que cresce o afluxo de população branca, africana e mestiça e, principalmente, quando aos labores da pecuária e da lavoura de subsistência se somam os de uma agricultura lucrativa, como a cana-de-açúcar” (NOGUEIRA, 1998, p.42).

Em 14/04/1793 a câmara solicita ações contra os índios, notificando que estes atacavam a vila e as fazendas de Guareí, e indicando a formação de milícias anti-indígenas. Em 1809 ainda havia indígenas nas áreas menos povoadas, de Itapeva a Itapetininga (em seus sertões ao norte, onde fica Guareí, a oeste de Angatuba). Por volta de 1840 a quantidade de indígenas não incorporados é muito pequena e pouco investem contra a criação e fixação das fazendas naquele que fora seu território, depois de muito dizimados.

Em 1825 inicia-se em Itapetininga os plantios de cana e com isso há um aporte maior de escravos, e é no período de 1835 a 1850 que este se intensifica. O comércio de animais estava em alta de 1855 a 1860, seu apogeu, e depois começa a decair. De acordo com Nogueira (1998, p. 49), “em 1886, no município de Itapetininga (que sofreu uma série de desdobramentos), para 11.362 habitantes, há 6,7% de escravos, dos quais 91,3% tem domicílio rural e, os restantes, 8,7% domicílios urbanos”. No último cartel do século XIX é quando desponta com relevância econômica o plantio de algodão herbáceo, muito relacionado com a guerra de secessão dos EUA. Organizamos uma tabela (figura 6) com a população de Itapetininga de 1776 a 1835 a partir de dados coletados por Nogueira, dispostos nas páginas 41 e 42 de seu livro.

Ano	Pop (hab)
1776	1045
1782/83	1617
1793	2739
1799	2860
1806	4665
1815	5392
1832	6562

Figura 6 – população de Itapetininga do final do século XVIII ao início do século XIX

Fonte: NOGUEIRA, 1998, pgs 41 e 42

1.4. A fundação de São Miguel Arcanjo

São Miguel Arcanjo localiza-se bem próximo às nascentes do Rio Paranapanema, próximo de Sorocaba, e está vinculado a esta frente de ocupação antiga. Suas terras foram transpassadas, desde o século XVI, por jesuítas em missões, bandeirantes, aventureiros, exploradores, mineradores das minas de Apiaí e Paranapanema e do ouro de aluvião das redondezas, e, a partir do final do século XVIII e do XIX, por tropeiros, agricultores, fazendeiros, caixeiros viajantes etc.

A efetiva ocupação e formação do bairro itapetiningano São Miguel do Turvo se dá no século XIX e está relacionada em linhas gerais ao aumento de população na província e a estruturação do mercado interno, relacionada a rota dos tropeiros e a vinda dos mineiros do Sul de Minas para as terras paulistas.

Entretanto, vimos que desde o século XVIII aquelas paragens já eram ocupadas por esparsos agricultores que viviam da subsistência (com sabida produção de fumo¹⁵) e do incipiente comércio de muare. Enquanto “boca de sertão” deve ter abrigado uma população que buscava distanciar-se de áreas centrais, como pretos fugidos ou alforriados, bugres e outros, assim como foi rota de tropeiros que também buscavam desviar dos fiscos. Assim, São Miguel Arcanjo começa a surgir enquanto bairro já no fim da colônia, se estrutura durante a formação do Império e se emancipa enquanto município junto com a criação da república, em 1889.

Na colônia, o século XVIII foi marcado pela interiorização da ocupação do território, com as descobertas de ouro nas Minas Gerais e com a consolidação das rotas dos tropeiros. Foi um século de intensas movimentações populacionais pelo território, onde, de acordo com Caio Prado (1999, p. 71): “ocupavam-se novos territórios até então desertos, abandonavam-se outros já devassados; a população refluía de um para outro ponto, adensando-se nalguns, reduzindo-se em outros.”

De acordo com MEDICCI (2005, p. 2):

Também para a então Capitania de São Paulo, o século XVIII traria grandes transformações. Em 1709, a Capitania de São Paulo abrangia um imenso território, correspondente à quase totalidade das atuais regiões sul e sudeste, à exceção da então Capitania do Rio de Janeiro. Até 1748, sucessivos desmembramentos formaram as regiões das Minas Gerais (1720), de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (1738), de Goiás e do Mato Grosso (1748). Neste mesmo ano, São Paulo perdeu sua autonomia administrativa e passou a comarca do Rio de Janeiro. Em 1765, quando da restauração da Capitania, seus limites reuniam, aproximadamente, os atuais

¹⁵ Encontramos indicação do historiador Almeida, em texto inserido no TGI como Anexo 2, de que nas paragens de SMA já era produzido fumo ituano em meados do século XVIII.

estados de São Paulo e do Paraná. O novo capitão general, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi instruído diretamente pelo Marquês de Pombal, para que ocupasse a fronteira oeste ameaçada pela presença espanhola e fomentasse a produção de gêneros exportáveis na Capitania.

A passagem do século XVIII para o século XIX foi marcada na Capitania de São Paulo “pelo florescimento da lavoura canavieira e dos engenhos de açúcar em seu território, decorrente da revolução de escravos ocorrida em um dos principais fornecedores de açúcar, a (ex)colônia francesa do Haiti” (CUNHA, 2010, p. 4) e que viria a formar o Quadrilátero Canavieiro. Ao longo do XIX inicia-se a formação do Vale do Paraíba cafeicultor. Também a exportação de algodão seria impulsionada pela Guerra de Independência dos EUA, para o fornecimento de matéria-prima às fábricas inglesas, fornecimento realizado no norte e nordeste, principalmente pela capitania do Maranhão. Junto a isto houve a transferência da Corte em 1808 para o Rio de Janeiro. Estes e outros fatores contribuíram para a formação de um mercado interno com demanda cada vez mais complexa e assim a produção de gêneros para abastecimento deste mercado se estruturava e ampliava (CUNHA, 2010).

Também há grande aumento demográfico ao longo dos séculos XVIII e XIX, com expressivo aumento da população negra escravizada, utilizada como principal mão-de-obra na mineração e agricultura para exportação. De acordo com CUNHA (*Ibidem*, p.6),

A população paulista, que em 1772 era de pouco mais de 100.000 habitantes, passou para 169.544 em 1800. No ano da Independência do Brasil (1822), esse território contava com 244.405 habitantes e em 1836, sua população chegou a 326.902. Também a participação da população de São Paulo no total da população do Brasil elevou-se no período considerado, passando de 3,92% em 1772 a 5,51% em 1836. (...) É importante destacar que não somente a população da Capitania de São Paulo cresceu como também a do Brasil passou por significativo acréscimo. Em 1800, teria o Brasil 3.569.000 habitantes e 5.867.000 em 1836 (MARCÍLIO, 2000)

O Sul de Minas Gerais se constituiu no século XVIII enquanto região provedora de alimentos e outras mercadorias básicas para as regiões mineradoras. Ali os mineiros tinham prática enquanto agricultores e pecuaristas. Com o esgotamento das Minas Gerais muitos destes mineiros refluíram para São Paulo no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Em grande parte direcionaram-se para o norte paulista, na região do “Sertão do Rio Pardo”, onde hoje encontram-se os municípios de Franca, Batatais, Ituverava, Patrocínio Paulista etc. (CUNHA, 2010). Ali também se encontra o município de Casa Branca, destino de muitos mineiros, o qual nos interessa por ter sido o destino da família do Tenente Urias ao sair de Baependi e Aiuruoca (MG), em busca de suplantar a crise econômica que se apresentava em

sua terra natal. Lá trabalharam como agricultores e pecuaristas, tiveram também parte em mineração. Família ilustrada e aristocrática, logo se tornaram figuras importantes em Casa Branca (BARBAS, 1998, p. 48). Tenente Urias posteriormente se tornaria figura chave no crescimento do bairro São Miguel do Turvo em Itapetininga.

Tenente Urias estabeleceu-se em Casa Branca a partir de 1824, e lá é onde nascem suas filhas Maximina Ubaldina e Tereza, que teriam participação na estruturação de São Miguel Arcanjo enquanto município emancipado, através de doação de terras para a capela matriz. Urias tinha posição política importante em Casa Branca, e estabeleceu contratos com o governo da Província para construção de obras como pontes, cadeia e etc. Além disto era agricultor e tinha criação.

Cunha (2010) busca analisar a presença dos mineiros em terras paulistas a partir da formação do município de Franca, que se tornou fornecedor de animais e alimentos para os mercados gerados pelas agriculturas de exportação de cana e café e pelo contexto acima apontado. De acordo com a autora (*Ibidem*, p. 4):

Os migrantes mineiros que se dirigiram a Franca e áreas circunvizinhas (que deram origem a Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista, Ituverava, entre outras) vinham tanto de regiões do sul de Minas, especializadas no abastecimento interno, assim como de regiões de mineração decadente. Esse movimento de mineiros em direção ao Sertão do Rio Pardo, portanto, situava-se no contexto de ampliação da fronteira de pecuária e agricultura de abastecimento de Minas Gerais em direção a São Paulo, e na busca por novas faisqueiras, impulsionada pela decadência da mineração aurífera nessa capitania desde 1780. Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis.

A autora aponta a contribuição dos mineiros na expansão da fronteira agrícola, com vistas a produção de abastecimento interno, dando assim continuidade as atividades que já praticavam e contribuindo para o crescimento demográfico e para a criação de vilas e freguesias. O mesmo identificamos com a chegada do mineiro Urias em terras do sul de SP.

De acordo com BARBAS (1998, p. 101),

Urias muito viajara em sua longa vida. Quando jovem percorrera boa parte das Províncias de Minas e de São Paulo e, conforme a tradição, as do Sul, indo até o Rio Grande, em busca de tropas de cavalos e muares que trazia para Sorocaba para revender. Hábito, aliás, muito divulgado na época entre os sertanistas. Há mesmo uma hipótese que parece viável sobre sua familiarização com Itapetininga e seus arredores. As tropas ao virem dos pampas rio-grandenses para São Paulo, muito se esfalfavam, devido à longa caminhada. Não era político chegar-se à Sorocaba diretamente, sem um descanso que recuperasse a animália, em uma pastagem rica, ampla, confortante. E quem conhece as paragens de Itapetininga logo percebe que aqueles campos são ideais para o mister: amplos, belos, repousantes, de vegetação sadia.

A amizade de Tenente Urias com João da Silva Machado, o Barão de Antonina, pode ter-lhe aproximado das terras do sul. Barão de Antonina quando jovem foi feitor de fazenda e fez sua fortuna enquanto tropeiro e, a partir dos 40 anos, vinculou-se a política, tendo cumprido alguns cargos executivos, tendo tido participação central no século XIX pelo avanço do território colonial sobre as terras Kaingang no sentido sul. Entre seus cargos executivos, foi encarregado pela abertura da estrada de Apiaí até Curitiba; em 1822 teve a seu cargo a conservação da Estrada da Mata entre SP e RS, e teve parte importante na criação da Capitania do Paraná. E deu a Urias suporte político para muitas ações. (BARBAS, 1998, p. 68). Ambos fizeram parceria em frustrada busca de ouro, e assim teria Urias chegado nas primeiras décadas do século XIX nas terras de São Miguel Arcanjo, próximas aos caminhos do Sul, num momento que já há grande movimentação do comércio de muares, que encontra seu apogeu na década de 1850.

Ao longo do XIX os moradores do bairro de São Miguel do Turvo plantavam para consumo próprio e plantavam para comercialização fumo, algodão, trigo, além de praticar pecuária. Outros mineiros vieram ao longo do século reforçando as atividades de produção agropecuária para abastecimento do mercado interno, em muito para oferecer serviços e mercadorias para as tropas que ali passavam. Sabemos que o fumo era vendido nas cidades próximas, e que também era comercializado a partir do porto de Iguape. Talvez tenha sido a primeira cultura de produção em maior escala, mas provavelmente não extensiva.

A vinda do Tenente Urias trouxe a primeira referência ali de latifúndio num momento em que as terras começavam a ser valorizadas e comercializadas, trouxe também a presença de escravos, e deu maior importância para o bairro devido ao contrato de abertura da estrada que ligaria Itapetininga a Juquiá partindo dali, contando também que sua figura atuava ali não apenas enquanto rico proprietário de terras e escravos, mas como enquanto representante do poder do Estado a partir de sua patente da Guarda Nacional.

De acordo com BARBAS (*Ibidem*, p. 61):

O valor de Tte. Urias em todo esse episódio que narramos foi o de ter primeiramente a visão quanto ao valor das terras em termos de produtividade e de clima propício à agricultura. Em segundo lugar, de adquiri-las, juntando-as, formando um latifúndio sob um único proprietário. Em terceiro lugar, o de exercer as atividades que promoveram o bom nome da região, tais como a abertura da Estrada Itapetininga-Litoral e o seu triunfo no plantio do trigo e na mineração do ouro. Em quarto lugar, o seu rico manancial humano e o da sua família.

Em 1837 o Tenente Urias compra a primeira propriedade no Bairro do Rincão. O regime de sesmarias havia sido abolido com a Independência em 1822, e ainda não havia uma regulação

clara para as terras, que começavam a ser valorizadas e compreendidas como propriedades passíveis de se tirar renda. As posses já eram compradas e vendidas nesta época, e as melhores terras em termos de localização e fertilidade se tornaram propriedade de ricos fazendeiros da região. Após a criação da Lei de Terras em 1850, muitas terras ocupadas pela população pobre e livre, mas não inserida com alto status na sociedade, foram taxadas como terras devolutas e incorporadas pelos fazendeiros.

Ao mesmo tempo em que parte das terras era comprada e vendida, com possibilidade de legalização das posses e grilagem a partir da Lei de Terras de 1850, havia ainda terras que eram de uso comum. MONTEIRO (2010), ao se perguntar acerca da territorialidade tropeira e sua proximidade com a formação dos faxinais, indica a possível presença no Estado de SP do *uso comum* das terras nos moldes dos faxinais paranaenses. Em suas reflexões remete-se ao bairro sãomiguelense Faxinal dos Almeidas, e a bairros com o nome de faxinal em Angatuba, Porto Feliz e Boituva.

Ao mesmo tempo que havia áreas com terras mais valorizadas, a terra ainda era abundante. BOECHAT (2009, p. 299) ao estudar a região do colonato em sua dissertação de mestrado, identifica na formação do município de Olímpia que a “a constituição de uma estrutura fundiária diversificada passou pela partilha das melhores terras pelos coronéis locais”. Em SMA este processo não deixou de ocorrer.

Tivemos acesso às memórias de Vital Fogaça de Almeida¹⁶, neto do Capitão Leme Brizola – que fora importante figura de Itapetininga no século XIX e nascido no início do mesmo século. O Capitão fora chefe do Partido Republicano de Itapetininga, amigo próximo de Coronel Fernando Prestes e outros. Nestas memórias seu neto conta acerca de um sítio comprado no bairro da Fazenda Velha por seu avô quando jovem, sem dar mais detalhes acerca da localização ou tamanho da propriedade. O caso envolvido é que todos tinham medo de comprar a propriedade pois havia um homem que ameaçava quem o fizesse. O capitão não temeu este homem e lhe deu uma surra; anos depois o homem volta para o capitão para pedir-lhe desculpas e contar que na verdade ele queria comprar o sítio mas não tinha condições para fazê-lo, e por isto ameaçava as pessoas que se interessavam por aquelas terras. Com este caso ilustra-se que já estava consagrado o acesso a terra via compra de áreas mais valorizadas que outras, o que nos faz pensar que a forma da propriedade privada já havia sido em muito incorporada.

¹⁶ Pai de Francisca Áurea Fogaça Balboni, avó desta que vos escreve.

A mudança definitiva do Tenente Urias para a Fazenda Velha é relacionada ao referido plano de abertura de estrada de Itapetininga a Juquiá, feito em alto contrato com o governo, no valor de 16 contos de réis. De acordo com Ricardo Gumbleton Daunt (*apud* BARBAS, 1998, p. 78), o Tenente Urias “perscrutou palmo a palmo as terras cobertas por densas florestas, nos contrafortes da Serra do Mar, orientando-se pela trilha deixada pelos jesuítas” e deu início a construção da estrada em 1844. Ao mudar-se para a Fazenda Velha, Urias trouxe consigo 10 escravos africanos, sendo o primeiro morador local a possuir escravos. De acordo com BARBAS (1998, p.61):

Escrituras particulares datadas de 1836 e 1837, documentos do arquivo particular do já aqui largamente citado Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, formalizam a compra, por parte do Tte. Urias, de terras situadas hoje no município de São Miguel Arcanjo, mas então pertencentes ao distrito da Vila de Itapetininga de Nossa Senhora dos Prazeres, comarca de Itu. Era o sítio denominado São Miguel do Turvo, ‘compreendendo campos faxinais, matas virgens e capoeiras’. Entenda-se por ‘campos faxinais’, campos de pastagem entremeados de arvoredos esguios; e por ‘capoeiras’ mato fino que cresceu no lugar da vegetação virgem, depois desta cortada. Ficavam tais terras junto à barra (desembocadura) do Ribeirão da Laranja Azeda (hoje próxima à divisa oeste de São Miguel Arcanjo) e à Fazenda Velha que então possuía outros proprietários.

Muitos nomes aparecem nas escrituras de compra da Fazenda Velha, famílias que já habitavam o local antes da chegada do Tenente - Miguel de Araujo Leme, João de Oliveira Souto, José Nunes Nogueira, Bento Vaz, Domingos Florão, Pedro Gomes, Manoel Nunes Nogueira, Joaquim Pimenta e Angela de Oliveira. Conta a tradição que vem vendeu a fazenda para o Tte. fora o Coronel Nogueirinha. Havia outras propriedades na região, sabe-se pelas que se vê nas escrituras: fazendas do Retiro, do Pinhal, do Rincão etc. O “grande latifúndio construído pelo Tte. Urias Emygdio Nogueira de Barros que começando em São Miguel Arcanjo despejou-se Serra abaixo, passando por Tapiraí indo até Juquiá. Nestes domínios viveu o Tte. os últimos quarenta anos de sua existência” (*Ibidem*, p. 66). Abaixo a descrição elaborada pelo autor acerca da área Fazenda Velha e em seguida a figura 7 que a ilustra:

Ocupava a Fazenda Velha uma área que poderia ser descrita da seguinte maneira, sem se querer ser minucioso, somente se querendo dar idéia da ordem de grandeza de seus 8 a 10.000 alqueires, sua situação geográfica e localização relativa aos acidentes do terreno: Um imenso retângulo de 12 quilômetros de largura, na direção leste-oeste e de 20 km. De Norte a Sul, nas nascentes do Rio Paranapanema, sul do Estado de São Paulo. (...) Nas proximidades de sua nascente recebe águas de vários afluentes que por assim dizer ajudam-no a se formar. Um destes é o turvo que por sua vez é formado por vários afluentes, inclusive o Rio São Miguel Arcanjo ou Fazenda Velha. Neste região de confluência do Rio São Miguel Arcanjo com o Turvo estava instalada a Fazenda Velha. Conforme se pode ver em antigas escrituras de 1837, que foram registradas na Paróquia de Itapetininga, em 1856, a região ocupada por esta fazenda era em palavras gerais (nota 38): Começando pela região hoje ainda conhecida por Rincão, junto à Estrada Velha que vem de Itapetininga, seguindo por esta até alcançar o Rio São Miguel Arcanjo ou Fazenda Velha; descendo por este até a sua barra ou desembocadura no Rio Turvo. Subindo

por este Rio Turvo praticamente em todo seu percurso, somente o abandonando algumas vezes devido a estas incríveis descrições que fazem as velhas escrituras, a té a poucos quilometros da queda d'água onde hoje está a Usina Hidrelétrica de Lavrinhas, rumando para o norte em direção ao lugar chamado Retiro, continuando no rumo Norte, rumando a oeste para o lugar chamado Rincão, junto à Estrada Velha de Itapetininga, onde começamos o citado perímetro. (*Ibdem*, p. 63)

ANEXO X: Contorno presumível da Fazenda Velha, latifúndio do Tte Urias, em bairro distante de Itapetininga, SP, em relação aos acidentes geográficos atuais.

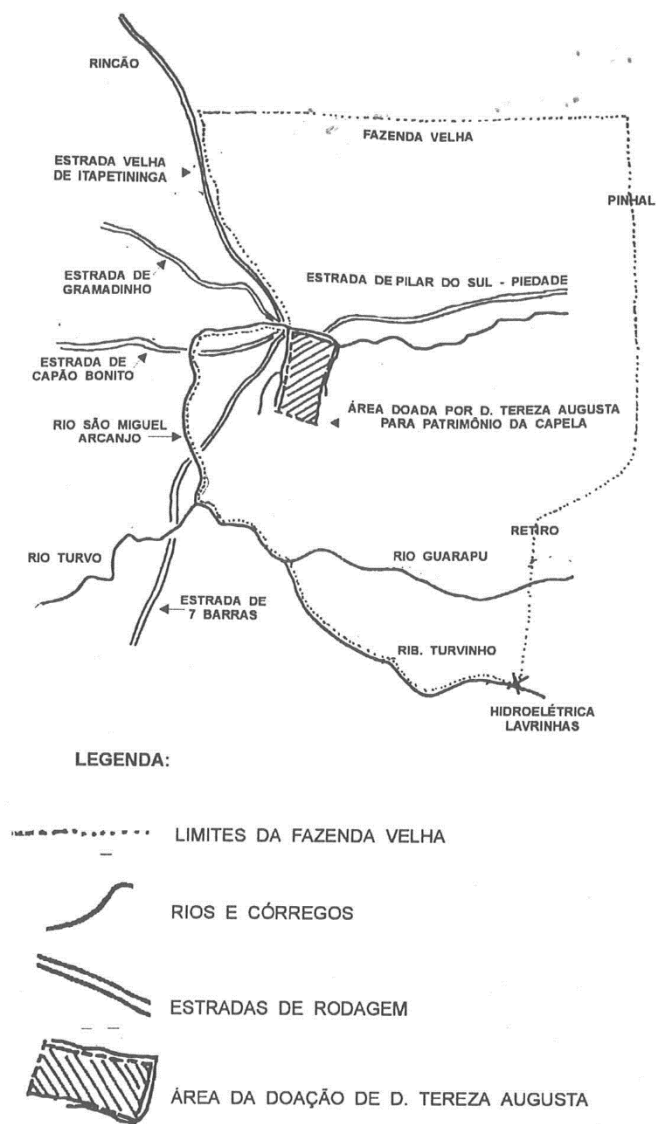


Figura 7 – Contorno da Fazenda Velha de Tenente Urias no bairro São Miguel do Turvo. Fonte: BARBAS, 1998, p. 148

Sobre a já referida abertura da estrada que ligaria Itapetininga a Juquiá, BARBAS aponta as dificuldades encontradas pelo Tenente e faz estudo intenso para buscar desvendar qual foi seu trajeto, pois a estrada não durou no tempo, apenas alguns trechos dela foram mantidos para uso local, enquanto outros trechos foram abandonados e se fecharam ao longo do tempo ou

ficam intransitáveis em alguma época do ano. Segundo BARBAS (1998, p. 79), documentos oficiais da época indicam que a estrada deveria “ligar a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga ao ponto de confluência dos rios Juquiá e Assungui”. Para o autor:

Era de se crer que Itapetininga e a região chamada Bairro da Fazenda Velha deveria haver trilhas já por demais percorridas, por ser região habitada há bastante tempo, inclusive em terreno do planalto, com acidentes mais fáceis de se vencer. Assim, este trecho deve ter sido de mais fácil abertura. Difícil é de precisar qual é este trecho atualmente; cremos que seja o caminho chamado de Estrada Velha de Itapetininga que liga esta cidade a S. Miguel Arcanjo, ainda existente no dia de hoje. (*Ibidem*, p. 79)

Em relação ao trecho mais difícil, que seria justamente a decida da Serra de Paranapiacaba, num desnível de 700 metros, há muita controvérsia sobre o traçado, mas o autor BARBAS afirma ter encontrado um mapa de 1837 que se aproxima mais dos indícios do que outros, levando em consideração o a localização das fazendas do Tenente Urias, documentos oficiais, história oral e etc. Sugere o seguinte traçado:

No início deste traçado no planalto está indicando o lugar chamado Pinhal. Depois encaminha-se o mesmo para o sul, cruza o Rio Paranapanema (ou um de seus afluentes), atravessa a Serra do Mar. Se dirige sempre para o sul, cruza o rio Assungui e pára simplesmente junto ao Rio Juquiá entre os rios Assungui e Quilombo. Pela determinação de traços com que está marcado este caminho no mapa em foco parece que o mesmo seja bem conhecido da época. Talvez seja a já citada trilha dos jesuítas que subia a Serra do mar, vinda de Juquiá, indo para o planalto. Isto faz-nos crer que Tenente Urias, sendo chamado a abrir uma estrada ente os mesmo locais, tivesse usado tal caminho como referência. (...) Outros documentos de igual espécie de anos posteriores, embora mais completos e cuidadosos, já não mostram tal estrada. (*Ibidem*, p. 80)

Um dos indícios deste trajeto são crônicas de um sãomiguelense chamado Narmi, que publica fatos antigos sobre a Fazenda Velha num jornal da cidade que não existe mais. De acordo com BARBAS (*Ibidem*, p. 82):

Ao descrever as peripécias sofridas pelo pessoal do Tenente Urias na abertura da dita estrada, no trecho entre a Fazenda Velha e a Serra Queiamada diz: ‘Um fato curioso daquela época viria marcar o presente: o preto Justino Clecêncio da Costa contraiu uma doença, não pode continuar no trabalho e construiu um rancho nas cabeceiras do Ribeirão Guarupu, esse rancho foi o marco do atual bairro da Justinada, pois foi iniciado pelo preto Justino e sua descendência.

O autor cita um trecho de carta de Tenente Urias, em 1846, ao Presidente da Província:

e comprei vários ferros que me era mister para o meu trabalho e recolhi-me a dar providência ao começo do meu trabalho a ver se ultimo no prazo que C. Excia. marcou nas condições do meu Contrato e para isso contratei uma légua de caminho com Manoel de Proença cujo entra no primeiro de março próximo futuro que foi que me faltou para alcançar o meio do sertão; eu e meus escravos vamos fazer o resto ou mais a fim de ultimar no presente ano. Eu já fiz ver a V. Excia. que o caminho vai sempre direito do picadão velho não só em direita como faz o meio porque pode desviar-me de tantas serras: e posso asseverar a V. Excia. que compus as pontes e aterrados nos matos que vão da Vila para o Sertão, que da Vila podem ir carros carregados até

o fim da estrada nova donde parou o trabalho o ano próximo passado. (...) [em] São Miguel do Turvo (*Ibidem*, p. 84)

Em março de 1850, depois de muita dificuldade, finaliza a obra. Em carta a seu filho, lança convite as principais pessoas de Itapetininga (Tenente Coronel Cavalheiro, Sargento-Mor Branco, Capitães Domingos Leonel Ferreira, Joaquim de Oliveira Lima, José Inocêncio e Capitão José Leme Brisola) para vistoriarem a obra, lançada pouco tempo depois em desuso.

O século XIX é marcado pela elaboração de Planos de Viação imperiais, onde intenso debate acerca dos traçados adequados e meios de transporte ideais foram travados (Fernandes, 2004). O governo imperial buscou traçar planos que envolviam a construção de estradas carroçáveis, navegação costeira, fluvial, em barcos a vapor e também mais ao final do século com a construção de ferrovias. Dos inúmeros planos traçados ao longo do XIX o Plano Rebelo (1838) é o que leva em consideração os caminhos em uso e lá podemos ver o caminho de Viamão sendo levado em consideração. As rodovias que viriam a se estruturar na área da qual falamos são apenas no século XX definidas, com o Plano Nacional de Viação que alterou a estrutura viária estadual e federal, e tiraram de SMA a relativa importância enquanto caminho que liga o Sul a SP, e disto falaremos mais adiante.

De acordo com TOLEDO & BOECHAT (2009, s/p), partindo do estudo de Emília Viotti da Costa (1998), havia muita dificuldade de transporte até a década de 1860, o que ocasionava prejuízos à lavoura:

As reclamações vinham de toda parte e não dispunham apenas sobre a escassez de estradas. Em muitas partes havia, pelo contrário, muitas estradas, abertas pelos próprios fazendeiros para escoar suas produções, o que dificultava a manutenção de todas elas. Em outras, de fato, não havia uma sequer em boas condições, e ‘toda circulação fica interrompida’ (Costa, 1998:202). Feitas para a passagem de tropas de muares, não se tratavam de estradas carroçáveis, e mesmo a passagem de mais de uma tropa era dificultada. (...) A situação não era ignorada pela administração provincial, que, vale lembrar, era basicamente formada pelos maiores fazendeiros da época. Durante todo o período, as medidas que se podiam tomar eram falhas porque improvisadas em torno de uma realidade de um aparelho estatal e um mercado de trabalho em formação, o que evidencia a dificuldade de medidas modernizadoras no contexto analisado. ‘Faltam engenheiros competentes, operários capazes, sem falar no problema de uma adequada repartição dos recursos financeiros’ (Costa, 1998, 212). (...) Se não havia quem projetasse as estradas, mesmo com oferta de salários tido por vantajosos, tampouco havia quem realizasse os projetos.

Ao longo do século XIX houve inúmeras tentativas de estruturar os caminhos de conexão entre o Planalto e o Vale do Ribeira. Entretanto, estes eram ainda precários nos séculos XVIII e XIX, embora houvesse intensa produção de arroz no Vale do Ribeira de 1800 a 1880,

que era destinada via porto de Iguape principalmente ao Rio de Janeiro (ver VALENTIM, 2006). De acordo com PETRONE (1966, p. 87),

Uma certa vida de relações, entretanto, já se havia estabelecido com o planalto, em bases mais estáveis que aquela iniciada com a mineração. Comprova o fato a presença no povoamento do vale do Jacupiranga, de alguns moradores oriundos do planalto, assim como a existência, entre os produtos exportados por Cananéia e Iguape, em 1836, da herva mate. O principal mercado de importação para a região era o Rio de Janeiro, enquanto que esse mesmo porto, e secundariamente Santos e Paranaguá, eram os de exportação. No conjunto a região voltava-se mais para o exterior, permanecendo ainda muito isolada do planalto. Para este, as comunicações continuavam insatisfatórias. Por volta de 1830 iniciou-se a abertura de um caminho que deveria unir a baixada a Itapetininga, mas que ficou interrompido tendo em vista as dificuldades para transpôr a serra Queimada. Em consequência, a viagem continuava sendo feita, em toda a Baixada, por rio, havendo necessidade de cinco dias de viagem fluvial e quatro por terra para unir Iguape a Itapetininga. Uma modificação importante, de qualquer forma, viria se verificar em meados do século, ou seja o início da navegação a vapor do Ribeira, entre Iguape e Xiririca, aquela já se aproveitando dos benefícios, precários, da abertura do Valo Grande a partir do Porto Velho. No conjunto as comunicações eram parcas e insuficientes.

Encontramos artigo¹⁷ do jornal A Província de São Paulo de 1877 intitulado “A estrada de Xiririca a Paranapanema”, onde está descrita a necessidade das populações dos municípios de Xiririca, Itapetininga, Faxina e outros vizinhos em ter uma estrada carroçável, que viabilize o transporte das mercadorias importadas e exportadas a partir do porto de Iguape, que à época transitavam pelo barco a vapor ao longo do rio Ribeira de Iguape e faziam o trajeto por picadões. No texto também estão descritas as dificuldades em encontrar técnicos que assumissem a empreitada, em muito devido a da falta de verba. O texto está disponível integralmente no anexo 1.

PETRONE (1966) aponta alguns caminhos do século XIX que buscavam aproximar o Vale ao planalto e este ao litoral, que eram conhecidos como *picadões*:

- De Juquiá até Sorocaba, passando por Tapiraí e Piedade;
- De Xiririca (Eldorado) para Capão (obstruído em 1872);
- O que ia para Iporanga e Itapeva (não permitia passagem de animais carregados);
- De Sete Barras passando por SMA, para Itapetininga (sabe-se que em 1880 já tinha o caminho);
- De SMA para Juquiá (Tne Urias, abriu mas não foi incorporado pela movimentação do Ribeira) – este aqui indicação de BARBAS (1998) e não de Petrone.

¹⁷ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18770802-739-nac-0001-999-1-not/busca/Itapetininga>, acesso em 28/12/2016

SMA tornara-se então importante bairro de Itapetininga, já no final do século XIX, como pudemos ver, uma das importantes passagens do Ribeira para o planalto vinha por Sete Barras e passava em suas terras. Em artigo de 1875 elaborado pelo jornal itapetiningano “O Município”, e enviado para o recém-fundado jornal A Província de São Paulo (hoje O Estado de São Paulo), há descrição do bairro que então já era chamado de Fazenda Velha, devido a influência e importância do Tenente Urias naquelas paragens. Artigo que aqui transcrevemos integralmente:

- Itapetininga - Temos o "Município" de 7 do corrente - Em editorial chama a atenção do governo para o importante Bairro da Fazenda Velha, cuja transcrição damos em seguida:

A FAZENDA VELHA é uma pequena povoação de 200 habitantes mais ou menos, e compreende 7 bairros ou quarteirões com o número de 5 a 6 mil habitantes¹⁸, obedientes à paróquia, distrito e comarca de Itapetininga, província de São Paulo.

Dista de Itapetininga 35 quilômetros, do Capão Bonito do Paranapanema 52, de Sete Barras (ponto de embarque para Iguape no Rio Ribeira) 72.

Existe ali uma capela de São Miguel, e esta foi feita por contribuição dos mesmos habitantes, mas dirigida e auxiliada pelo sr. Antonio Mariano de Oliveira Fróes, que continua a zelar da mesma, e já deu providências para a reconstrução e aumento, empregando o seu dinheiro para depois haver dos habitantes por meio de subscrição.

Há também um bom cemitério com 50 metros de extensão, o qual também foi construído por contribuição do povo, e auxiliado pelo sr. Domingos Trombetti (Italiano) que ainda acha-se no desembolso quase da metade da quantia dispendida além do adjutório que deu.

Há uma escola particular de instrução primária bem frequentada.

Existem duas casas de negócios de secos e molhados.

Há uma banda de música instrumental criada particularmente pelo sr. José Galvão Nogueira, e composta esta de pessoas de sua família, e dirigida por um hábil professor, o sr. Theodoro de Almeida Mello.

A exportação da FAZENDA VELHA é fumo da melhor qualidade que há no comércio e sobe anualmente de 5 a 6 mil arrobas, para mais, e com acréscimo de ano para ano.

É de grande necessidade criar-se uma agência de correio para assim saber-se do estado de comércio.

Para este fim, já reclamou-se por meio de representação popular, e repetidas vezes pelo "Município".

O aperfeiçoamento da estrada de Sete Barras aproveitava muito à FAZENDA VELHA, tornando as cidades de Itapetininga e Iguape muito mais importantes do que hoje são.

Quanto a escolas, o povo é bastante católico e reclama pela existência de um pároco na esperança de que o exmo. governo eleve este bairro a freguesia.

(13 de outubro de 1875, página 2)

Outro feito de Tenente Urias se deu com a produção tritícola. Em 1857, com lei regulamentada em 1860, houve um incentivo do governo imperial para a produção de trigo, através de um prêmio para o agricultor que produzisse cem alqueires da cultura, com colheita em boa qualidade. Onze lavradores no país requereram o benefício, dois do estado de SP, e um

¹⁸ Aqui temos dúvida deste número de habitantes, pois de acordo com NOGUEIRA (1998) Itapetininga na década de 1830 não tinha mais que 7 mil moradores.

deles foi Tenente Urias. Este, em relato ao governo imperial, afirma que o trigo tem ótimo rendimento naquelas paragens e faz o requerimento do prêmio, que lhe é concedido, embora com morosidade nos processos burocráticos. Além do trigo sabemos que Urias plantava fumo comercialmente. Tenente Urias falece em 8 de setembro de 1881, nas paragens da Fazenda Velha, com 89 anos. Deixou 13 escravos em seu inventário.

Em 12 de maio de 1877 a povoação de São Miguel do Turvo é levada à Freguesia, ou seja, poderia ter um padre permanente. Em abril de 1884, uma das filhas do Tenente, Dona Tereza Augusta Nogueira, doa uma área das terras que herdou, pertencentes à Fazenda Velha, em torno da Capela de São Miguel Arcanjo, para a Igreja - de acordo com BARBAS (1998) com 450 braças de fundo e 750 braças de alto -, em cujas terras boa parte da cidade de SMA se cresceu.

Manoel Fogaça de Almeida, “auxiliado pelos prestantes cidadãos João Alfredo Leme Brisola e Ernesto Arantes de Noronha, conseguiu (...) a emancipação política da Freguesia de São Miguel Arcanjo, através do deputado provincial republicano, dr. Manoel Ferraz de Campos Sales” (ISGOROGOTA, 1961, p. 14). Enquanto presidente da Câmara Municipal já no início do século XX, com apoio de seus filhos e outros, foi figura importante na configuração territorial do município, no trato com autoridades de Itapetininga, Pilar e Capão Bonito.

Acerca da emancipação política do município, escreve ISGOROGOTA¹⁹ (*Ibidem*, p. 16):

Tendo Manoel Fogaça, pai de nosso poeta, feito um requerimento à Câmara Municipal de Itapetininga solicitando que atestasse, de modo que fizesse fé, o número de casas da freguesia de São Miguel Arcanjo e se elas eram arruadas, pediu ao seu sogro [Capitão Leme Brisola] que fosse portador do requerimento, prestigiando-o com sua valiosa presença. O Capitão, que também se interessava pela elevação da freguesia a vila, acedeu ao pedido e entregou o requerimento aos vereadores, em plena sessão. A informação foi a pior possível, pois dizia que a freguesia de São Miguel Arcanjo era um amontoado de trinta casebres cobertos de sapé, sem arruamento algum. Não era verdade. As casas eram cobertas de telhas ou taboinhas, como se usava naquele tempo, e todas arruadas, sendo o largo da Matriz de hoje o mesmo daquela época. Diante da informação mentirosa, o Capitão José Leme Brisola, avô do nosso poeta, dirigiu-se aos vereadores, dizendo-lhes que não eram eles obrigados a fornecer as informações pedidas, mas que fornecendo-as, não poderiam faltar à verdade como faltaram no caso de São Miguel Arcanjo, cujas casa não eram cobertas de sapé, mas, ao contrário, bem cobertas de telhas e todas arruadas. E dizendo isso, rasgou o requerimento, jogando os pedaços de papel no rosto dos vereadores, que se conservaram de cabeças baixas!

¹⁹ Vital Fogaça de Almeida publica em 1961 um livro de poesias intitulado “O Livro de Minha Mãe”, cujo prefácio foi escrito pelo poeta e jornalista alagoano, radicado em São Paulo, Judas Isgorogota, pseudônimo de Agnelo Rodrigues de Melo. Judas trabalhou com Monteiro Lobato, foi correspondente do Jornal do Comércio, do Jornal A Gazeta, além de ter publicado uma série de livros. Neste prefácio Judas conta um pouco da história dos Fogaça de Almeida e trata da emancipação política de São Miguel Arcanjo.

Foi depois desse incidente, que Manoel Fogaça de Almeida se dirigiu ao deputado republicano Campos Salles, graças ao qual, por lei n. 28, de 1 de abril de 1889, a freguesia de São Miguel Arcanjo, foi, enfim, elevada a vila. A notícia oficial dessa auspiciosa decisão foi recebida com grande surpresa pela Câmara de vereadores de Itapetininga, e, muito particularmente, pelo deputado provincial Cel. Joaquim Leonel Ferreira, aliás, tio da esposa de Manoel Fogaça. Quero citar, ainda, os nomes de Jeremias Moreira Branco e José Leme de Moraes Brisola, os quais, ao lado de Manoel Fogaça de Almeida, eleito Presidente da Câmara, foram os três vereadores republicanos da primeira Câmara da vila recém-criada, sendo que os três vereadores monarquistas foram Ernesto Arantes de Noronha, Alfredo Olegário dos Santos Terra e João Alves Pereira.

Capítulo 2 – São Miguel Arcanjo no século XX

Neste capítulo buscamos traçar um panorama acerca da ocupação do território do município de SMA no século XX, aqui território sendo compreendido enquanto a área interna aos limites políticos do município definidos inicialmente em 1889, de modo a compreender o processo de aprofundamento da autonomização e da modernização referidas na Introdução. Não pudemos encontrar nenhuma produção escrita acerca deste tema, o que nos leva a um capítulo baseado principalmente em trabalhos de campo e entrevistas, e com algumas fragilidades. Pudemos descrever com um pouco mais de detalhe a produção de fumo, o ciclo do carvão e a produção do trigo, por conta de documentos encontrados e de entrevistas realizadas. O leitor ou leitora encontrará disparidade na quantidade e no tipo de informações acerca de cada tema, mas isto se deve as dificuldades encontradas para pesquisa. Ainda assim achamos importante construir este texto, que esperamos que possa ser desenvolvido e aprofundado em posterior pesquisa. De certa forma este capítulo se apresenta um tanto quanto um caderno de estudos.

Foram realizadas algumas entrevistas ao longo da pesquisa, e para construir este capítulo acerca do século XX usaremos quatro delas, que nos foram muito importantes: Seu Dito, entrevistado em 2012 e 2013, na época com 68 anos, nasceu e viveu a vida toda no Bairro do Turvinho, na parte Sul de SMA e ressalta seu prazer em ouvir e guardar a história dos antigos; Seu Aligio, entrevistado em janeiro de 2016, nascido em 1926, trabalhou transportando fumo para o Vale do Ribeira, e também como carvoeiro e como frentista de caminhão por muitos anos; Seu Celso de Souza, com seus 90 anos entrevistado em janeiro de 2016, foi empresário carvoeiro bem-sucedido durante todo o ciclo do carvão em SMA; e Francisco, nome fictício por seu pedido, entrevistado quatro vezes de 2013 a 2016, nascido em 1960, e funcionário da Suzano por mais de 30 anos, cuja história familiar ilustra bem os processos de expropriação e formação trabalhador assalariado no município.

O início do século XX foi marcado em São Miguel por sua consolidação enquanto município emancipado. Este processo de autonomia política, deve ser pensado enquanto autonomização:

pensamos essa autonomia, antes, como autonomização (Marx, 1986,III, t. 5, cap. 46) porque adquire aparência de autonomia política (não por isso menos real), enquanto o Estado nacional continua atrelado ao chamado território do capital, não podendo decidir se participa ou não da forma de mediação pautada pela produção de mercadoria e pela obtenção de lucro, que ocasiona uma acumulação de capital. (...) maneira como a base fundiária entra nas relações sociais capitalistas, como meio de produção não produzido, cujo sentido está na produção de mercadorias. (BOECHAT, 2009, p. 28)

A cidade se localiza principalmente em torno da capela destinada a São Miguel Arcanjo, erigida por moradores locais no século XIX e incorporada às terras de Tenente Urias quando este constrói seu latifúndio. Em 1884 as terras em torno da capela, pertencente a uma das herdeiras do Tenente, são doadas a Igreja e é nessas terras onde a vila se expande. Pelo relato apresentado em 1875 ali já havia em torno de 200 moradores, número que não deixa de aumentar ao longo das décadas que seguem. Já no final do século XIX chegam, além de migrantes brasileiros, imigrantes italianos, americanos e outros para ali morar, trazendo diferentes práticas e cultura.

A presença dos imigrantes no século XX foi central para o aprofundamento do processo de modernização que ali decorreu, pois estes, e principalmente os japoneses, trouxeram práticas, técnicas e concepções já voltadas para agricultura comercial e em escala. Trataremos brevemente da presença dos imigrantes sírio-libaneses e dos imigrantes japoneses, cuja presença foi a mais marcante. Também os italianos foram importantes na cidade, mas de maneira mais dissolvida no processo.

Os sírio-libaneses começaram a vir para o Brasil no final do século XIX, fruto de imigração feita com incentivo do Segundo Império. De acordo com JOSÉ (2003), a maioria dos migrantes libaneses e sírios que foram para SMA era cristã, perseguida pelos muçulmanos. As terras onde hoje estão Líbano e Síria pertenceram ao Império muçulmano Turco-Otomano de 1516 a 1919. ABUÁZAR (1974) ao tratar da vinda dos árabes para Itapetininga no começo do século XX, conta que muitos que vieram fugidos da perseguição vieram com capital para investir, segundo ele “não eram imigrantes”. Conta o caso das famílias Macruz e Nemtala:

Trouxeram consigo muito dinheiro, e a fazenda que adquiriram, a Monte Verde, em Rechã – que antes se chamava Herval – tornou-se logo a maior de toda região: possuía perto de oito mil alqueires, onde havia grandes plantações de cereais, algodão, café, criação de porcos, gados, enormes armazéns, máquinas de beneficiar café, criação de porcos, gados, enormes armazéns, máquinas de beneficiar algodão etc. (...) Meu tio ia buscar gado em Mato Grosso. (p.40.)

Em São Miguel a colônia sírio-libanesa começou a se formar na primeira década do século XX, instalaram-se em bairros como Turvinho, Gramadinho (que fica em Itapetininga, próximo a SMA), Gramadão, Guararema e também na cidade. Os árabes chegavam inicialmente para trabalhar na lavoura e com comércio, especialmente enquanto mascates. Conta-nos JOSÉ (2003) que em 1930 alguns italianos e sírio-libaneses se encontravam entre os mais abastados

habitantes do município, embora muitos tenham vindo pobres e enriquecido como mascates e no comércio, e que outros permaneceram sem grandes riquezas.

Geralmente, os sírio-libaneses estavam vinculados a elite comercial e a atividades semi industriais e artesanais (a eles pertenciam máquinas de descaroçar algodão, fornos de carvão, olarias) e com eles surgem ofícios de alfaiate, sapateiro, barbeiro. Muitos deles eram cultos, liam muito, e traziam de sua cultura e música para compartilhar com os brasileiros, sendo abertos a se envolverem com os moradores locais.

No livro “A saga dos libaneses e sírios em São Miguel Arcanjo e região”, publicado em 2003, Farid Salomão José conta como foi a vida de algumas famílias que para lá imigraram. Diz o autor que, enquanto mascates, levavam a civilização para os mais distantes rincões, “vendendo, a prestações, tecidos, armarinhos, roupas feitas, cartilhas escolares e até remédios”. Seu Aligio nos conta que na época do carvão encontrava com os mascates pelas estradas. Eles arrumavam o burro e iam caminhando ou montados, as vezes o mascate tinha um cavalo que ia puxando o burro. Os mascates cumpriram papel modernizador no campo, ao apresentar mercadorias que despertavam desejos e novas necessidades na população rural, que sentia maior necessidade de ter dinheiro para manutenção da vida que se apresentava.

Nestes primeiros 30 anos do século XX, a principal fonte de renda na agricultura eram as produções de algodão e fumo, e havia muita produção para subsistência. A produção de algodão nas primeiras duas décadas do século XX era forte, e decaiu devido a Inglaterra cessar a importação com a Primeira Guerra Mundial. Seu Dito conta que o plantio era feito mais pelo pequeno agricultor, com trabalho em mutirão. Havia alguns descaroçadores da cidade, um deles pertencentes a Narlir Miguel, imigrante sírio-libanês bem-sucedido. Não encontramos mais informações acerca deste produto, o que fica então para posterior pesquisa.

O século XX foi um século de muito desmatamento e da chegada cada vez maior da monocultura e da produção em larga escala, algumas vezes voltada para exportação, em outras já vinculada ao destino industrial, e é o período em que São Miguel deixa de ser *sertão*, ficando este restrito as áreas ao Sul, da Serra, de mais difícil trânsito e ocupação. Considerando que a dizimação, preamento e incorporação da população indígena aconteceram ali até meados do século XIX, o que ocorre já se dá no território que é o do capital, embora ainda houvesse muitas áreas improdutivas e as relações estabelecidas não estivessem completamente inseridas na lógica do assalariamento.

O desmatamento para o carvão vegetal gerou um intenso processo de ocupação do município, o que durou do final da década de 30 até a década de 80, o forte de 40 a 60. Com isso, muita terra foi desnudada, facilitando a chegada de fazendeiros e sitiantes. O carvão mobilizou muita gente para este trabalho, tanto nas carvoarias como no transporte, e acontecia em alguns momentos da produção do carvão a relação patrão-empregado, com salários, o que ainda não era comum no município.

A ocupação mais intensa do território realizada pela agricultura comercial, que um tanto veio no rastro do desmatamento para o carvão (tanto no sentido de ter sido instalada em áreas desmatadas como no sentido de ter sido financiada pelo capital acumulado no carvão), foi uma agricultura que trouxe consigo, entre outras coisas, a grilagem de terras e a expulsão do morador antigo, do caipira, ou sua incorporação enquanto meeiro, parceiro, colono nas terras do proprietário – o que já vinha acontecendo desde o século XIX.

Uma das contribuições importantes de Seu Dito a este trabalho é que com ele pudemos compreender que as mudanças que chegaram impactaram de maneiras distintas o caipira e os produtores e empresários que tinham mais condições de investimento e acesso a conhecimento técnico. Em sua fala pudemos sentir o descompasso entre a vida vivida pelo caipira e a vida trazida pelo consumo crescente, pela cerca, pelas máquinas e sementes desenvolvidas, pela produção organizada principalmente pelo mercado.

Seu Dito, ao tratar da primeira década do século XX, conta que “antes tinha muito o que comer, mas não tinha dinheiro”. Todos produziam e, portanto, não tinha para quem vender. Produzia-se de modo caseiro fumo, melado, sabão de cinza e também tinham a criação de animais: galinha, cabrito etc. Alguns poucos produtos eram comprados: querosene, açúcar branco, roupa, sapato, bacalhau, macarrão, ferramenta para trabalho. E que a partir de 1950 o estilo de vida vai se alterando.

Conta que em seu bairro a cerca chegou com um Dr. Evaristo, que começou a medição na década de 30. Diz ele que antigamente ninguém fazia conta de terra, e, quando aconteceu, isto mudou o sentido de convivência, e quem tinha criação teve que cercar. Seu avô chegou a fazer a medição, mas não podia pagar o registro. O avo nasceu no começo de 1900. A cerca da fazenda entrou aqui por volta dos anos 50. Acreditamos que esta medição pode ter a ver com os estudos do Estado acerca da colonização e da criação de Núcleos Coloniais e Reservas Florestais, da qual falaremos mais a diante.

Sobre o desmatamento, ele conta que em seu rastro ficava a quiçaca, um desmatado cheio de galho, toco, árvore queimada. Seu Dito diz que os moradores locais não tinham condição de investir nas áreas de quiçaca, pois trabalhavam na enxada, e isso só era possível fazer em mata recém-aberta, a terra boa. Destacar uma quiçaca não há quem aguento, diz.

Caio Prado (1999) considera que a agricultura de subsistência é aquela agricultura que ocorre para o consumo e manutenção da colônia, incluída nos domínios da grande lavoura, engenhos e fazendas. No caso de SMA, que se gesta longe dos grandes empreendimentos voltados para a exportação, a agricultura de subsistência acontecia em pequenas roças dispersas, dentro ou não de outras propriedades maiores, geralmente vinculadas aos eixos de maior movimentação comercial. Esta agricultura que inicia a fixar com o arrefecimento das práticas bandeirantes gera, não apenas uma econômica “complementar”, mas também uma sociabilidade e uma cultura particulares. E esse contexto de “boca de sertão” acentua práticas de subsistência. De acordo com CANDIDO (2010, p.43),

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas na incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. (...) Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vincentino se desdobram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de ‘cultura caipira’.

Assim, ao longo dos séculos, se gesta esta “cultura caipira”, que tem como prática a agricultura de subsistência, a sociabilidade de bairro, a produção de excedente e realização de trocas eventuais e, de acordo com o autor, pertence ao mesmo sistema fundamental de valores da cidade (CANDIDO, 2010). Cidade esta que durante o período colonial foi ponto de encontro da população rural, sendo o local de realização de práticas administrativas e religiosas, mais do que o local de moradia e reprodução da vida.

Antônio Candido estuda em “Parceiros do Rio Bonito” o caipira na década de 1940 e contrapõe a cultura rural centralizada pelos velhos padrões caipiras (junção do português e do índio), que vê em constante decomposição, à cultura rural centralizada pelos novos padrões urbanos (ocidental moderno), em avanço constante.

Em São Miguel vemos que as práticas e modo de vida do caipira antigo são transformadas pelas mudanças ocorridas na agricultura (onde se impõem a propriedade privada, trabalhador assalariado e diferentes formas de incorporação da renda da terra) e com o aprofundamento da divisão social do trabalho. Nesta pesquisa não daremos conta de trabalhar

as questões que envolvem a formação do camponês e a sua resistência, posto em oposição ao proprietário de terra capitalista.

Em SMA notamos que tanto os comércios de fazenda e bairro, como a presença do mascate no campo (nas primeiras décadas do século XX), representam e acentuam a chegada de hábitos de uma civilização urbana que se dá a partir do consumo e pressiona novas formas de vida. LEITE (2014) coloca que o armazém mobiliza para o trabalho, no sentido de que cria desejos e a necessidade de ter dinheiro. Assim também a chegada da cerca, como nos conta Seu Dito, e de tecnologias variadas, pressionam o caipira a transformar seus valores e práticas.

Pudemos observar que a década de 1940 foi central para o município, pois nela acontecem e são gestadas mudanças que se instalam com força nas décadas de 50 e 60. Um momento em que se intensifica a ocupação do território por meio do desmatamento para carvão e da chegada de fazendeiros que cultivam em larga escala, como o industrial italiano Dante Carraro, que ocupa na década de 40 ocupa uma área de mais de 500 hectares e investe na produção de trigo, articulado com políticas nacionais de incentivo a este produto. Em sua fazenda havia muitos morando, seja como colonos, meeiros, agregados. Ouvimos relatos de agricultores expulsos de sua terra e bairro por essa fazenda, tendo que mudar-se para outro local dentro do município.

Celso de Souza nos explica o que se entendia por colono em SMA: o colono era aquele que morava na fazenda e ficava com o que produzia, pagava uma pequena parte para o dono, quase como um arrendamento, e em seu tempo “livre” trabalhava para o fazendeiro. O meeiro era aquele que dividia os rendimentos ao meio com o dono da terra, seja em produto ou dinheiro.

A *fazenda* é compreendida por LEITE como uma relação social. Com a formação da fazenda cria-se a figura do agregado, e muitas vezes há mobilização do trabalho sem a expropriação. Nas fazendas há capelas, escolas, comércios. Leite aponta a crise de agregação quando chegam as florestadoras em sua área de estudo (Vale do Jequitinhonha-MG) e reconhece neste momento um aumento da busca pela apropriação da renda da terra autonomizada, chegando com elas o planejamento que é o capital que desestrutura as fazendas e promove a modernização.

A chegada da Suzano na década de 60, ocupando principalmente grandes fazendas e se espalhando pelos sítios ao redor, também cumpre esta função modernizadora e pela primeira vez impõe a propriedade privada da terra sem a presença de agregados, inclusive impedindo o

acesso a açudes, capelas e etc. existentes nas fazendas em que se instalou. Estudaremos com mais detalhe a presença da Suzano no município no próximo capítulo.

Ainda olhando a década de 1940, em 1941 foi instalado o “Núcleo Colonial Dr. Carlos Botelho”²⁰ na parte sul do município, com a vinda de imigrantes do leste europeu e outros, e, apesar de ter durado pouco tempo, algumas famílias estão até hoje no município. Este núcleo colonial foi criado a beira da rodovia SP-139 (conhecida no trecho como Rodovia Nequinho Fogaça), que liga Sete Barras a SMA, e se vincula a uma política de colonização mais ampla, que não nos coube pesquisar para este trabalho. Vale apenas ressaltar que esta colonização já é de caráter diferente da colonização vinculada a coroa portuguesa, e se assemelha mais a colonização sistemática proposta por Wakefield, que lida com questões internas ao Estado-Nação e a distribuição de terras e formação do trabalhador assalariado (ver BOECHAT, 2009 sobre o assunto).

No Vale do Ribeira foram criados alguns Núcleos Coloniais ao longo do século XIX e início do XX, inclusive importante colônia japonesa em Registro (ver PETRONE, 1966). O Núcleo em São Miguel localizava-se no bairro conhecido como Taquaral, mas teve curta duração oficial devido a Segunda Guerra Mundial, e foi então transformado em Reserva Florestal Carlos Botelho (vide anexo 4).

Encontramos no acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo uma série de registros fotográficos e cartográficos realizados no município nas décadas de 1930 e 1940. Os mapas mostram que o município e também os municípios vizinhos foram divididos em perímetros, e que houve planejamento do Núcleo Colonial e de Reservas Florestais (vide anexos 4 e 5). Não tivemos condições de analisar e aprofundar no estudo dos mapas disponíveis, que ficam como rico material para posterior pesquisa. Alguns dos registros de imagens inserimos no anexo citado, pois permitem termos uma referência de como eram os ranchos construídos na década de 40 e outros.

Até a década de 50 a rodovia SP-139 que passa pelo município tinha importância nacional pois era uma ligação muito utilizada entre os que vinham do Sul para SP e vice-versa. Havia movimentação comercial no município em torno dos viajantes e caminhoneiros, que estão vinculados ao que era antes a figura do tropeiro. Vindo do Sul, o trajeto para chegar a SP

²⁰ Carlos Botelho (1853-1947), como secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, foi o responsável pelo início da imigração japonesa no Brasil.
<http://somiguelarcanjo-suagentesuahistoria.blogspot.com.br/2012/06/o-nucleo-colonial-dr-carlos-botelho.html>, acesso em 18/01/2017

passava por SMA, Pilar do Sul, Piedade e SP. Quando em 1954 é inaugurada a Rodovia Raposo Tavares (SP-270), cujo trajeto saindo de SP passa por Sorocaba e Itapetininga, fez com que a rota para o sul se alterasse: SP-270, SP-127 passando por Capão Bonito, SP-250 passando por Guapiara, Apiaí etc e daí segue pela BR-476 até Curitiba. E em 1961 é inaugurada a Rodovia Regis Bittencourt (trecho paulista para a BR-116), que liga SP ao Sul passando pelo Vale do Ribeira. Esta mudança na organização dos eixos de circulação nacionais e estaduais mudou muito a dinâmica do município, e muitos comércios fecharam em razão disto, assim como houve desvalorização das terras. Vale dizer que é quando a Suzano chega no município e compra as fazendas localizadas nas melhores terras em termos de localização e solo.

Duas cooperativas tiveram grande influência na produção agrícola do município, especialmente a partir da década de 1950, a CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil. Também foi transformadora a vinda dos imigrantes japoneses²¹ para o município, que em entrevistas pudemos entender que foi iniciada não oficialmente com a vinda de japoneses que moravam nas colônias do Vale do Ribeira e decidiram subir o planalto, já na década de 40, mas que acontece oficialmente no final da década de 1950.

Em julho de 1957 tem início a vinda oficial dos imigrantes japoneses provenientes da Colônia Fukui, imigração organizada pela JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) e com apoio financeiro da Província Fukui (Japão). Em 1962 mudam-se as primeiras famílias, sendo que no total cerca de 54 famílias colonizaram o bairro hoje chamado de Colônia Pinhal. A imigração japonesa foi central para o município, pois sua prática agrícola norteou as ações de modernização da agricultura por décadas, tendo sido vinculada a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) e a Cooperativa Agrícola Sul-BR (em 1969 é fundada a Kumiai Cooperativa Sul-Agrícola de SMA com 37 associados). A produção de batata, uva e outros por meio da plasticultura são muito fortes, e por décadas SMA foi o maior produtor de uva Itália do Estado de SP, tendo produzido, em 2013, 40 mil toneladas (IBGE)²².

Ao longo do século XX o município se estrutura também enquanto integrante do expandido cinturão-verde da região metropolitana de SP, fornecendo legumes, frutas e outros. A produção agrícola dos municípios mais próximos da cidade de São Paulo é, em geral,

²¹ A vinda e presença dos imigrantes japoneses no município tem importância enorme para compreensão da realidade atual da produção agrícola, das condições do trabalhador rural e da questão fundiária municipal de SMA, entretanto não tivemos condições de aprofundar a pesquisa sobre esta presença.

²² <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/05/capitais-do-agronegocio.html>, acesso em 22/01/17

influenciada pela demanda de sua área metropolitana, tendo havido, de acordo com Couto (2008), um deslocamento da produção de hortifrútiis acompanhando a expansão da área urbana, e uma especialização de acordo com a proximidade:

O deslocamento do cinturão verde na década de 1980 esteve associado principalmente ao crescimento urbano da cidade de São Paulo, pois se, de um lado, fora aumentada a demanda por produtos hortícolas, de outro, esse processo empurrou para lugares mais distantes as atividades agrícolas (como foi o caso de Ibiúna) que antes eram realizadas nos arredores da região metropolitana. Os produtos com menor durabilidade afastaram-se menos, como é o caso da alface que, nos últimos anos, é um dos produtos mais cultivados em Ibiúna, enquanto os legumes como tomate e pimentão, foram para áreas mais distantes. (COUTO, 2008, p. 140)

A movimentação em torno da agricultura e do carvão fez com que muitos se tornassem caminhoneiros no município para transporte das mercadorias e para trazer insumos e outros que interessassem ao município.

A economia sãomiguelense hoje é principalmente agrícola e seu perfil produtivo é diversificado (aproximadamente 140 produtos) e diferenciado (com uso de sistema orgânico, em pequena quantidade, e hidropônico, além do convencional). Sua produção vai desde commodities a produtos de nicho de mercado. Os principais produtos em lavouras temporárias são a batata, o feijão, o milho transgênico e, em lavouras permanentes, as uvas finas de mesa, frutas cítricas, o chá verde, contando também com produção de leite de búfala e derivados e um laticínio, Yema, e com o beneficiamento da uva com produção de sucos e vinhos. A pecuária é muito forte, sendo os pastos a maior área total cultivada no município. O turismo vem sendo considerado importante desde a década de 1990, aliado à preservação da mata primária. Mais recentemente, já no início do século XXI, aumenta a produção dos cereais (culturas temporárias, geralmente transgênicas) e as pequenas propriedades investem mais em plasticultura.

Sua estrutura fundiária é relativamente pouco concentrada. A comercialização direta dos produtos é feita via feira livre, acontecendo duas feiras em locais diferentes por semana. Uma na quinta-feira, que acontece durante todo o dia e com a presença muito forte de agricultura familiar local, diversificada, de baixo investimento e renda; e uma no domingo, maior, com a presença mais forte de comerciantes de horti-frutis comprados nos CEASAs de SP e Sorocaba.

É interessante notar que, assim como as cooperativas agrícolas tiveram papel central na disseminação de culturas comerciais para abastecimento dos mercados consumidores urbanos, e na inserção de técnicas modernas para o cultivo, as casas agrícolas adquiriram um papel muito forte na assistência técnica e na introdução das tecnologias advindas da Revolução Verde, o que muitas vezes gera o endividamento de agricultores que investem nas caras tecnologias, não

tendo a proteção necessária para garantir sua inserção competitiva no mercado. Ambas as cooperativas agrícolas citadas acima (as maiores do Brasil) faliram em 1994, devido a uma dívida enorme contraída ao subsidiar os agricultores que muitas vezes não conseguiam nem pagar as anuidades como cooperados.

Assim, ao mesmo tempo em que cresciam as áreas de extensas monoculturas ao longo do século XX, também se consolidaram algumas áreas ocupadas por pequenos e médias propriedades. Em entrevista realizada em 2012 com um agente imobiliário do município, que tem prática de muitos anos no comércio de terras em SMA e na região, nos conta que o município tem duas dinâmicas imobiliárias principais: no bairro Taquaral e suas proximidades, localizado na parte sul do município, é onde há mais compras e vendas de sítios e chácaras (pequenas propriedades) e na área da Justinada (sudeste do município) é onde são vendidas as maiores propriedades. Também conta que hoje o valor da terra está mais alto e não compensa mais como compensou o plantio de eucaliptos, estando mais forte o plantio de cereais e de cítricos.

Ao analisar dados do IBGE identificamos que até os anos 2000 não é possível identificar o êxodo rural nos dados, pois mesmo que houvesse pessoas saindo do campo, ainda sim muitos iam morar na terra, vindo do Paraná, por exemplo. Entretanto, entre 2000 e 2010 pela primeira vez começa a diminuir a população no campo, com a saída do campo de 3.303 pessoas em 10 anos.

2.1. A produção de fumo e palmito

Sobre a produção de fumo, encontramos²³ um texto do dia 06/04/1947, publicado no jornal O Estado de São Paulo, de autoria do historiador Aluísio de Almeida. Neste texto, o autor coloca que povoadores provenientes do sul de Minas trouxeram, por volta de 1840, o fumo maependi, de Baependi (o município mineiro desde o século XVIII tinha a fama de produzir o melhor fumo, junto com São Sebastião). De acordo com o autor “São Miguel Arcanjo, e muito menos Itapetininga, não eram sertões desconhecidos há um século. E, pois, já conheciam outra

²³ Através do blog “Acheugas à história de São Miguel Arcanjo”: <http://somiguelarcanjo-suagentesuahistoria.blogspot.com.br/2012/06/o-fumo-de-sao-miguel-arcanjo-segundo.html>, acesso em 13/02/2017.

variedade de fumo, a que chamavam ituano”. Assim, o fumo ou era ituano (paulista) ou de maependi (mineiro)²⁴.

Conta-nos Seu Aligio que São Miguel produzia muito fumo ainda na década de 1940, e que era principalmente produzido no Taquaral Acima. O Fumo de rolo era transportado por burros que carregavam dois rolos de cada lado (4 rolos eram sua carga, eram pesados) em picadão até Sete Barras, onde lá embarcavam num barco à vapor pelo Ribeira, que ia até Registro e depois até o litoral. Seu Aligio chegou a “puxar” mercadoria para os produtores, e também já fez o picadão de mochila a pé até Sete Barras. De acordo com Almeida, a quantidade produzida pelo município no final da década de 40, era de 500 arrobas por ano, sendo outrora mais de mil.

Seu Dito nos conta que o fumo ia melhor em terra virgem, onde fora recém-derrubada a mata original, pois assim a planta crescia mais resistente à pragas. Disse que em muito se fazia roça de capuava (matuto) antigamente, onde a área desmatada e queimada era usada por cinco anos e depois abandonada.

Almeida, nos apresenta a técnica de preparo do fumo:

Começaremos, porém, a descrever rapidamente as técnicas observadas atualmente pelos sitiantes de São Miguel Arcanjo, e que representam, lá, um século e, no Brasil, talvez dois ou três, de tradições e "ne varietur".

Em agosto e setembro, após as queimadas e as primeiras chuvas, faz-se a sementeira em canteiros frescos.

Qualquer terra dá fumo; a melhor é a vermelha, contanto que as chuvas ajudem, pois é muito seca.

Dois meses depois de semeadura, faz-se o transplante para as covas.

Preferem terra nova, recém-queimada e roçada; ainda não estão usando o arado, nem mesmo o enxadão para revolvê-la.

As covas de uma mesma fila ou carreira, feitas a enxada, distam quatro palmos uma da outra, e cada fila observa o intervalo de cinco palmos para com as vizinhas.

Para facilitar as limpas e a colheita.

Dois meses depois do plantio em covas, o fumo atingiu a altura necessária e faz-se a capação, que lá se diz mais, "despontar" e imediatamente é preciso "desolhar".

Despontar é tirar as pontas onde viriam as flores, o que tira a força às folhas; naturalmente, reservando alguns pés para semente.

Desolhar é tirar os olhos ou brotinhos no vão das folhas, os quais os prejudicariam tanto como os "ladrões" a outros vegetais.

Tudo à mão, muito moles os talos.

Um mês depois, completou-se a formação da planta, que amarela ou amadurece.

Faz-se a colheita, mas então, o serviço é apurado, faz-se o pequeno muxirão com os vizinhos oficiais do mesmo ofício, ou pagam-se trabalhadores de jornal, mocinhas, meninos, o que não é lá muito contraditório.

²⁴ Aqui o autor indica também que ali onde está SMA já era um sertão conhecido, inclusive com produção de fumo, há um século antes de 1840, o que nos indica a ocupação daquelas paragens já no século XVIII.

Num rancho coberto de sapé, faz-se o estaleiro ou prateleira, em volta das paredes e no meio a bolandeira, e espaço para trabalhadores em comum.

As folhas colhidas ficam penduradas nas taquaras, com uma ponta menor firme entre elas e as prateleiras também de bambus, ou melhor, entre duas taquaras, e prateleiras do chão ao teto, para secarem.

Antes de pendurá-las, é preciso "destalar", tirar os talos, à mão.

Toda a família e vizinhos trabalham até tarde da noite.

Esses talos vão imediatamente (ou iam) para o forno do tabaco.

O cambito é uma tábua chata com dois furos nas pontas para receberem dois pauzinhos, um destes com um gancho para prender as folhas.

Com a ajuda dele, formam-se as cordas de fumo, ligando as folhas entre si. Estas cordas, alcançando aí um metro de comprimento são cochadas entre si em três cordas e enroladas na bolandeira. Esta é um pau girando por dois braços exteriores, entre dois esteios. Nele se adapta o pau de fumo.

Os rolos de fumo ficam quarenta dias ao sol, sempre enrolando-os e desenrolando-os todos os dias o fumeiro.

Enrolar de modo que uma camada não coincida na mesma direção da anterior, mas quase em diagonal e com espaço maior para entrar o ar e, assim, curar o fumo e gradear, e isso se faz nesses dias até o enrolamento definitivo.

Cobre-se, então, o rolo com folha de bananeira, palha de milho amarrada em embiras e vai para a cangalha do burro ou o caminhão.

(ALMEIDA, 06/04/1947, jornal A Província de São Paulo, acessado em:

<http://somiguelarcanjo-suagentesuahistoria.blogspot.com.br/2012/06/o-fumo-de-sao-miguel-arcanjo-segundo.html>, acesso em 13/02/2017.)

Seu Dito também nos disse que o palmito foi um dos primeiros produtos de quem lá habitava, e que era uma prática que descia até o Ribeira. Havia no bairro da Justinada na década de 30 uma feira dos palmitos, que acontecia aos domingos, o que pudemos comprovar ao avaliar documento datado de 1937, disponível no Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), página 30²⁵, que aponta como práticas da cultura tradicional a feira dos palmitos realizada aos domingos no bairro da Justinada e a fabricação de fumo de corda.

2.2. Carvão

Houve um processo intenso de ocupação do território com o desmatamento para o carvão vegetal, que alimentava siderúrgicas, fogões de SP e também era utilizado para carros a gasogênio. De acordo com JOSÉ (2003, p. 22): “Na época da guerra, o consumo do carvão era grande, utilizado nos fogões, em razão do racionamento de energia elétrica, nos veículos movidos a gasogênio, em face da escassez de gasolina”.

²⁵ <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>, acessado em 08/01/2016

O ciclo do carvão em SMA durou do final da década de 30 até a década de 80, o forte de 40 a 60. Com isso, muita terra foi desnudada, facilitando a chegada de fazendeiros e sitiantes. Considerando que a dizimação, preamento e incorporação da população indígena se deu até meados do século XIX. O carvão mobilizou muita gente para este trabalho, tanto nas carvoarias como no transporte, e alguns tornaram-se “empresários do mato queimado”, como diz Seu Dito.

De acordo com seu Aligio, antes mesmo da Segunda Guerra, na época da revolução de 32, já havia tido racionamento de gasolina e o incentivo ao uso de gasogênio. Ele trabalhou com carvão principalmente na década de 40 e tinha dois caminhões em sociedade com seu irmão. Tinha uma carvoaria com aproximadamente 40 fornos (em Taquaral Abaixo, Turvo da Lagoa, Capela do Alto, Turvinho, e Mato Limpo em Capão).

Comprava o carvão, fazia o transporte e entregava em SP. Fornecia para os proprietários de mato o material para construção, tijolo etc. e eles pagavam em carvão. A viagem até São Paulo durava 8 horas na década de 40, a estrada era de terra e ia a 20,30 km/h, escolhendo onde andar para não derrubar a carga e tem calos nos dedos até hoje, aos 90 e tantos anos, por segurar com força o volante. Cada carro deles ia cinco vezes por semana levando carvão. Voltava com o caminhão cheio de adubo, com 200 sacos.

Trabalhou até o final da Segunda Guerra, por volta de 1946. Diz que os hábitos foram mudando, começou a ser utilizado o fogão a gás, voltou o uso da gasolina... assim foi acabando serviço nessa área.

Comenta que Jânio Quadros fez a reserva florestal Carlos Botelho e proibiu de tirar a floresta, que tinha gente com mais de 2 mil alqueires de mato para cortar e foram desapropriados e indenizados por pouco. (Aqui é mister avaliar o decreto de 1941 e a sequência de decretos que cria reservas florestais, que Jânio retoma em 1957, em 1982 é criado o PECEB, inseridos no anexo 4).

Celso de Almeida principiou a trabalhar no carvão na década de 40 com seu pai e seguiu até o final do ciclo, na década de 80.

Os pais de Seu Celso de Almeida foram de Tietê para São Miguel como meeiros da Fazenda Pinhal (lembra-se apenas de como chamavam o filho do dono, o Tininga). Plantavam milho, feijão, algodão, o terreno era arado com animais (burro e boi). Tinha a administração da fazenda e uma escola em sua sede. Também havia uma fábrica de empacotamento de algodão e quem fazia o transporte para SP era o Alcidino França. Seu pai chamava-se Juvenal de Almeida Souza e sua mãe Maria Adélia da Silveira Diniz (família de Pilar do Sul).

Depois vieram para a cidade de SMA, e seu pai comprou um sítio na Graminha, no bairro Retiro, e a família morava na cidade. Lá tinha plantação de milho e feijão, isso na década de 40, e então surgiu o forno de carvão. Transportavam cinco caminhões por dia para a Siderúrgica JL Aliperti (que em 1932 começou a produzir aço) até a Água Funda em SP, pegado no zoológico de SP. Celso dirigia um caminhão e eram 12 horas de viagens diárias, 8 para ir e 4 para voltar e pouco depois já saía de novo para o trajeto. Saía de SMA e passava por: Pilar do Sul, Piedade, Ibiúna, Vargem Grande, Cotia, daí pelo chiqueirão (grande criação de porcos) e SP. Asfaltado era só 3 km em SP para chegar na Av. Vital Brasil, toda a outra parte do trajeto era estrada de terra. Eram por volta de 8 a 10 fornos na Graminha.

O pai de Celso deixou de trabalhar com carvão e ele então assumiu, por volta de 1955 até 1980. Chegou a ter 400 fornos. Na Vila Rica de Cima tinha 40 fornos, na Fazenda Tungal 30, na Fazenda Martucelli, 40 fornos – aonde era Fazenda Velha e ia até o Taquaral Abaixo; Mato Limpo em Capão Bonito, 40 fornos; Angatuba, Campininha Renato Miranda, comprou 30 alqueires e construiu 30 fornos; Capão, Fazenda Maieno, 30 fornos de eucalipto na década de 70, toda a lenha transportada por boi e burro até os fornos. No começo o corte era feito com machado, e foi Celso que introduziu a primeira motosserra, na década de 60. Trabalhava bastante, levantava as cinco da manhã e voltava 22h,23h. Na década de 70, 80 tinha máquina de esteira, caminhões, trator.

Comprou a Fazenda Tungal na década de 60 e começou com olaria e cerâmica moderna. Tinha então, entre 60 e 80: 18 caminhões, uma máquina de esteira D-14 Fiat, uma serraria completa, com oficina mecânica, lavadora de veículos, 6 automóveis. Chegou a produzir postes também.

Em Mato limpo, na década de 70, tinha 650 alqueires, desmatava e plantava eucalipto, deixou 1.200.000 pés de eucalipto (plantados com 5 a 6 m de distancia). Área onde está localizada a nascente do Rio Paranapanema. Para fazer o carvão o eucalipto se corta com 10 anos, para ser usado como madeira, de 20 anos ou mais.

Chegou a ter 100 funcionários, o que com família era umas 400 pessoas. Para cada um deles ajudou a construir uma casa. Moravam tanto nas propriedades como na cidade. Nunca teve uma ação trabalhista contra ele. O motorista ganhava por volta de 3 salários mínimos; o trabalhador braçal por volta de dois salários mínimos/mês. Provia também assistência social, no Hospital Santa Luzia em Sorocaba, o melhor médico, Cássio Rosa, sua esposa levava para

lá qualquer pessoa que precisasse. Tinha cozinheiro na fazenda em Angatuba, no Mato Limpo, Tungal.

Muitas pessoas em SMA foram carvoeiras: Nestor Fogaça, Argelino Rosa, Camilo Moisés, Naile Miguel, Romeu, Arif Miguel, Fuad Abrão, Jabur, Wadi Miguel Hakim, Adib Miguel. Eles faziam o carvão e nós comprávamos, diz o Celso.

2.3. Trigo

Como pudemos ver ao tratardas práticas de Tenente Urias, o trigo foi cultivado com relativo sucesso ao menos desde o século XIX em SMA, quando o Tenente recebeu um prêmio do governo imperial pela qualidade da colheita e extensão do cultivo. É provável que o trigo tenha continuado a ser plantado, em pequena escala, até o século XX. Em 1909 foi criado em Itapetininga o “Campo de Experiências para a Cultura do Trigo”, pelo governo do Estado de SP (Albuquerque Lins), pelo Decreto nº 1.412, de 17/10/1909. (BRUM, A. *et. al.*, 1962).

Já em 1929 São Miguel Arcanjo surgia, junto com Itapetininga, Buri e Capão Bonito, como um dos principais cultivadores de trigo do Estado de São Paulo. De acordo com artigo elaborado por engenheiros agrônomos em 1962, a cultura do trigo foi introduzida no Estado de São Paulo de maneira extensiva em 1947, no município de Caçapava por Barros de Alcântara e em São Miguel Arcanjo por Dante Carraro, geralmente em solos latossol vermelho-escuro orto (em definição da Carta de Solos de 1960). O autor fala que a “região tritícola” abrangia principalmente os municípios de Itapeva, Itaberá, Itararé e São Miguel Arcanjo, com extensão para Avaré e Botucatu. (BLANCO, H. G. *et. al.*, 1962).

Entre 1927 e 1936 o Brasil foi o quarto importador de trigo mundial, sendo um dos maiores gastos com divisas, e uma série de incentivos pelo governo federal foram tentados para alavancar a produção tritícola, que não tinha condições de competir com o trigo internacional em preço e qualidade. Foi chamada de “Campanha do Trigo”. Entre 1936 e 1938 foram criados alguns mecanismos legais que tornavam obrigatório a presença de ao menos 10% de trigo nacional da feitura do pão, e também tornavam obrigatória a presença de ao menos 10%, podendo chegar a 30%, de raspas de mandioca na feitura do pão, chamado de “pão misto”. Sendo que, caso não houvesse a farinha da mandioca poderia ser usada de milho e de arroz. (BRUM, A. *et. al.*, 1962).

Em 1940 houve redução das importações:

Tal redução era assinalada como resultado de duas causas: o aumento da produção interna em virtude da campanha e do fomento desenvolvidos, e a diminuição do uso da farinha de trigo

pura, conseqüência da adoção do “pão misto” ou feito de misturas com adição de farinhas sucedâneas nacionais. Ocorreram, entretanto, os efeitos das manobras econômicas dos trustes internacionais que, mediante elevação dos preços nos mercados fornecedores, quase que anularam, na balança de pagamentos, as vantagens da redução de nossas compras de trigo no exterior. Indubitavelmente, apenas com três anos de execução, o Decreto-Lei do “pão misto” promoveu um desenvolvimento vertiginoso da cultura da mandioca e da indústria de farinhas panificáveis nacionais, a despeito das limitadas percentagens aplicadas (p. 117-118). (*Ibidem*, p. 108)

Entretanto:

Por intermédio do Itamaraty e à revelia do Ministério da Agricultura, o governo federal firmou convênio com a República Argentina, em princípios de 1942, pelo qual durante dez anos ficava proibido, como de fato ficou, adicionar farinha de raspa ou qualquer outro sucedâneo à farinha de trigo do nosso consumo (Cunha Bayma, 1960, p. 118). Desapareceram milhares de hectares de cultura da mandioca. Fecharam-se muitas fábricas de raspa. Perderam-se fortunas particulares. O Banco do Brasil sofreu grandes prejuízos como órgão financiador. A safra de trigo nacional desceu para 100.000 toneladas e cresceu a importação do grão estrangeiro – os dois objetivos fundamentais do golpe do truste contra o Brasil, cuja profundidade se acentuou com a elevação dos preços do trigo em grão, imposta pelo vendedor daí por diante (p. 119). (*Ibidem*, 1962, p. 108).

No final da década de 40, São Miguel Arcanjo figurou como uma das maiores investidas do Estado a produção tritícola, feita pelo italiano Dante Carraro. Nascido em 1898 e formado como engenheiro mecânico, veio ao Brasil na década de 20, e seus investimentos foram na indústria, em trazer para o Brasil máquinas que produziam tubulações em cimento para saneamento básico. Também investiu em produção têxtil em sociedade com seu sogro. Conta-se no blog *Achegas à memória sãomiguelense* que tinha como hobby caçar aves e assim conheceu São Miguel Arcanjo. Em 1941 comprou a Fazenda do Moinho, antes pertencente ao Tenente Urias, a qual passou a ser denominada Fazenda Atlântida S.A., com dois mil alqueires, com topografia plana e suavemente ondulada. Inicialmente plantou o coquinho tungui, cujo óleo era usado para fazer verniz, mas não foi adiante. Então iniciou a produção de trigo, o que incentivou na cidade outros a produzirem. Segundo o blog: ²⁶

Contratando uma série de técnicos italianos, empenhou-se nos testes para plantio de trigo chegando a plantar, certa feita, seiscentos alqueires, obtendo a mesma produção da Argentina e do Uruguai, segundo o seu filho Arnaldo Carraro (...). No ano de 1.947, Dante plantou 40 alqueires de trigo. Em 1.948, foram 120 alqueires. Durante a colheita deste trigo, o governador Ademar de Barros visitou o fazendeiro para conhecer seu produto, pois o seu nome já começava a despontar como um grande empreendedor. No ano seguinte, mais de 300 alqueires de trigo foram plantados em terras são-miguelenses (...).

Com o apoio do Presidente da República Getúlio Vargas e do Governador do Estado Ademar de Barros, que muito o admiravam, dispôs-se a associar-se com os grupos italianos fabricantes

²⁶ <http://blogdaluzavalio-segundotempo.blogspot.com.br/2012/03/o-trigo-e-homenagem-dante-carraro.html>, acesso em 09/01/2016

de tratores Landini e de moinhos de trigo Utita, para dar ao Brasil a independência do trigo. Pretendia também transformar a sua fazenda localizada em solo são-miguelense numa Escola Agrícola.

Seu Aligio conta que Dante Carraro era o dono da fazenda, mas que ele mesmo não plantava e cultivava. Muitos moravam em sua fazenda, eram meeiros ou praticavam a renda em duplo. Também nos conta que ele recolhia colonos pela cidade, que tinham que pagar uma comissão para ele. Em 1949, Dante Carraro falece devido a um acidente de avião. Sua família não segue na produção do trigo e investe em agropecuária.

Do final da década de 60 ao final da década de 90 houve uma série de incentivos do governo federal, com subsídios à produção nacional, avanços na criação de sementes de trigo resistentes às pragas comuns no Brasil, e criação de linhas de crédito pelo PROAGRO. O Decreto-Lei nº 210, de 1967 confere monopólio estatal a toda produção nacional de trigo, que passa a ser comprado através do Banco do Brasil S.A. e monopólio sobre as operações de compra e venda de trigo estrangeiro, inclusive a farinha. Em 1987 o Brasil quase conquista a auto-suficiência em produção de trigo. (BRUM, A. *et. al.*, 1962).

Em 1990 é extinto este decreto, com fim de subsídios à produção nacional, e a partir de 1991 a criação do Mercosul abala ainda mais a produção nacional de trigo. Apenas em 2003 esta produção se recupera, “chegando a 5,4 milhões de toneladas, graças ao avanço da tecnologia (plantio direto e outros), clima propício e mercado estimulador quando do plantio”. (*Ibidem.*, 1962, p. 113).

Em São Miguel Arcanjo a produção de trigo praticamente acabou com a morte de Dante Carraro. Na década de 1970 houve algumas tentativas de plantio extensivo da cultura, que não seguiram muito adiante. É apenas a partir da primeira década do século XXI que a produção extensiva novamente se instala no município. Em 2005²⁷, SMA tem 1,08% de sua área plantada com trigo, chegando a 1.600 hectares plantados, e em 2007, 1, 72% de sua área total. Em 2010 atinge alta produtividade agrícola, sendo a média nacional de R\$468,80/ha e em SMA R\$1.165,85/ha.

²⁷ Dados recolhidos no site: <http://www.deepask.com/goes?page=Trigo:-Veja-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-seu-municipio>, acesso em 10/01/2010.

Capítulo 3 – Monocultivo de eucaliptos e produção de celulose

Este capítulo foi feito com base na iniciação científica realizada nos anos de 2013 e 2014 melhor descrita na introdução deste TGI, nela pudemos inserir pesquisas e entrevistas que fizemos posteriormente a conclusão da bolsa de pesquisa fornecida pelo CNPq e relacionar com a história e os processos analisados acima. Achamos que seria interessante analisar a silvicultura de eucalipto em larga escala implantada no município, com fins predominantemente industriais, para expor os processos de aprofundamento da divisão social do trabalho e da autonomização das categorias que estruturam esta sociedade (terra que rende renda da terra, trabalho que gera salário e capital que gera lucro e juros). Nosso foco foram os plantios da empresa Suzano Papel e Celulose S.A.

Apresentamos então um panorama do setor de papel e celulose no estado de SP (e brevemente um panorama do setor no país), com atenção a Região Administrativa de Sorocaba e aos municípios limítrofes a SMA (principalmente Itapetininga e Capão Bonito), para depois estudar como aconteceu a territorialização da empresa no município de São Miguel Arcanjo. O estudo acerca do setor em escala nacional e estadual nos permitiu compreender que o município se insere numa das mais produtivas e antigas áreas do país especializadas na produção de celulose para fins industriais. Assim, se no período colonial o local onde se insere SMA hoje esteve vinculado a prática dos bandeirantes e jesuítas num momento, e a dos tropeiros e fazendeiros em outro, ao longo do século XX SMA se insere com profundidade no setor de celulose e papel, ao mesmo tempo que não deixou de ser um município agrícola e diversificado, devido a sua história e suas dimensões territoriais.

A demanda mundial pelos produtos oriundos do setor de celulose e papel tem aumentado há décadas, sendo que a pasta de celulose é considerada uma *commodity* – mercadoria agrícola padronizada, produzida mundialmente e totalmente integrada à economia global, às suas oscilações e crises. Mesmo com a automação de uma série de procedimentos burocráticos e outros, que substituem o uso de papel, há muitos países que estão ainda incorporando o consumo de papel longe de atingir o nível de consumo de países europeus e EUA. Hoje o Brasil é o maior produtor mundial da “celulose de fibra curta de mercado”, o quarto produtor mundial de celulose e nono em produção de papel (BRACELPA, 2013; IBA, 2016). Devido às condições edafoclimáticas, tecnologia desenvolvida, grandes extensões territoriais e mão-de-obra barata, a produtividade dessas plantações alcança no Brasil níveis altíssimos, dos maiores mundiais. A

escolha do eucalipto como matéria-prima está ligada diretamente à produtividade alcançada nos termos de que as indústrias precisam.

O Estado de São Paulo apresenta densa malha de transportes e comunicação, que permite a otimização dos gastos e lucro para as empresas do setor, além de ser o principal mercado consumidor e estar próximo de portos para exportação de matéria-prima e outros produtos. São Miguel Arcanjo está localizado no principal polo de reflorestamento de SP, que é o segundo Estado do Brasil em área de plantio, apresentando 1.206.818 hectares em 2010 (ABRAF, 2012), ficando atrás de Minas Gerais, sendo Paraná e Bahia terceiro e quarto produtores. O município está inserido na Região Administrativa (RA) de Sorocaba – onde estão localizados 42,3% dos plantios do Estado (BACHA, 2008) – sendo que municípios limítrofes de São Miguel Arcanjo, e o próprio município, estão entre os dez maiores produtores de madeira de eucalipto do Estado de São Paulo. Atualmente a expansão de área plantada de eucalipto se dá principalmente em estados como Mato Grosso e Maranhão.

O monocultivo de eucalipto em regime de rotações intensivas²⁸ visando o abastecimento industrial se caracteriza como um agronegócio, baseado principalmente no modelo agroexportador, com agricultura mecanizada onde possível, alto consumo de insumos, uso de biotecnologia, produção em grandes propriedades, verticalização dos centros de decisão e vinculação com a indústria e com o capital financeiro. Assim, está associado ao domínio do capital estrangeiro e de grandes corporações que detêm o controle do comércio agrícola. (Oliveira *et al*, 2005).

Os investimentos públicos no setor se dão desde o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), com expressivo aumento no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), mas, é a partir de 1965, e até 1988²⁹, que são mais contundentes, visando à produção de papel e celulose para o mercado externo e ao pleno atendimento do mercado interno. Estes investimentos se deram principalmente através da criação de fundos de investimentos setoriais, de incentivos por meio de isenção fiscal³⁰ - que chegou a ser de 50% de 1964 a 1975 -, de associação com órgãos internacionais para o “desenvolvimento” do país (o capitalismo nos

²⁸ Onde a plantação pode ser cortada entre quatro e sete anos, dependendo da indústria de destino da mercadoria.

²⁹ 1965-1988 – PIFFR – Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e ao Reflorestamento; 2ª metade de 1970 – REPEMIR – Programa de Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais, dentre outros.

³⁰ Principalmente através da Lei Federal 5.106 de 1965 e de sua reformulação pelo Decreto-Lei 1.3766 de 1974.

países centrais se encontrava numa crise de superprodução, com necessidade de novas áreas de investimento).

Em 1988 estes incentivos são cortados pelo governo federal, voltando a ser aplicados a partir de 2002, após o lançamento do Plano Nacional das Florestas, em 2000, que previa a expansão da base de floresta plantada em 800.000ha até 2007 (PNF, 2000). O período sem políticas públicas nacionais que incentivassem especificamente estes plantios gerou um déficit de produção, com escassez de madeira de floresta plantada no país para empresas sem base florestal própria, como fábricas de móveis, pequenas serrarias e olarias e outros pequenos consumidores. As empresas de siderurgia e de papel e celulose mantiveram a expansão planejada de suas áreas de plantio visando o auto-sustento, sendo que em 2000 pelo menos 52,2% das florestas plantadas no país já estavam vinculadas a seus consumidores (papel e celulose, placas de madeira e siderúrgicas). (BACHA, 2008).

O monocultivo de eucalipto e *pinus* começou a crescer novamente a partir de 1998, sendo que de 2000 a 2008 num ritmo muito intenso, com plantios acima de 200 mil hectares ao ano (ABRAF, 2012), sendo o foco da produção a exportação. A partir de 2002 novos incentivos foram criados pelo governo federal, chamados de “fomento florestal”, sendo os mais significativos o PROPFLORA e o PRONAF Florestal, além do FNO Floresta, FCO-Pronatureza e o FNE-Verde, menos ligados ao plantio de *pinus* e eucalipto. Todos voltados principalmente aos pequenos e médios agricultores, sendo programas de crédito e/ou programas de isenção fiscal, mas que ainda não obtiveram resultados expressivos.

O Complexo Celulose-Papel é integrado por 220 empresas, com atividade em 540 municípios localizados em 18 Estados, tendo 2,2 milhões de hectares de florestas plantadas para fins industriais e com exportações em 2011 de US\$ 7,2 bilhões, e investimento de US\$ 12 bilhões nos últimos 10 anos, gerando 128 mil empregos diretos (indústria 77 mil, florestas 51 mil) e 575 mil empregos indiretos (BRACELPA, 2013). Em 2012, foram exportados US\$6,6 bilhões (70,7% em forma de celulose e 29,3% em papel), com saldo comercial de 4,7 bilhões. Em 2011, o país somava 6.515.844 ha destes monocultivos (74,8% de eucalipto e 25,2% de *pinus*) (ABRAF, 2012). De acordo com Filho (2006, p. 10), o mercado interno é fartamente abastecido (o autor considera o mercado interno como “ainda limitado”), não tendo o país um consumo aparente per capita de papel tão alto como outros países³¹.

³¹ Os dados para 2010 são: Brasil 48,6 kg/hab/ano, Chile 79,2 kg/hab/ano, Argentina 61,3 kg/hab/ano, sendo agora a Finlândia a líder mundial em consumo 280,6 kg/hab/ano, e tendo baixado no ranking, com a crise de 2008, os EUA, com 240,2 kg/hab/ano, Alemanha, com 242,6 kg/hab/ano e Canadá 148,9 kg/hab/ano. A China, potencial

Embora a crise de 2008 tenha derrubado o consumo e preços e atingido duramente algumas empresas brasileiras do ramo, especialmente a Aracruz, hoje a tonelada de celulose está acima do valor pré-crise – o que não significa que o mercado esteja bem, pois a crise³² assola países da União Européia (que em conjunto formam o maior consumidor de celulose brasileira) e EUA (individualmente, a China é a maior consumidora da celulose brasileira desde 2010). Essa crise mundial trouxe, no Brasil, isenções fiscais (com conseqüente geração de empregos) e redução de impostos, e a desvalorização do real impulsionou exportações. Mas, mesmo assim, empresas como a Suzano apresentam quadros negativos, com prejuízo há alguns semestres.

Este setor apresenta grande concentração produtiva, sendo que em 2006, 73% da produção total da celulose no Brasil pertencia a cinco grupos. Esta alta concentração, de acordo com MONTEBELLO (2006), está ligada às políticas públicas federais de incentivo, que buscavam construir um segmento de mercado exportador, forte e autossuficiente, no Brasil. Diz a autora:

Desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado ficou sujeito à política de escala mínima do BNDES, de forma que a indústria de celulose já nasceu oligopolizada. Conforme Hilgemberg (2000), a intenção primeira do governo era criar um segmento exportador de celulose de mercado e, para tanto, era necessário um volume de produção que capacitasse às empresas nacionais a enfrentar a concorrência externa. (*ibid.*, p.38)

Quanto às estruturas de governança, as empresas são verticalizadas desde a base florestal. Isto é decorrência da política pública implantada em 1965 através do artigo 21 do segundo código florestal, o qual estabelecia que as empresas que operassem à base de matéria-prima florestal seriam obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou formar florestas destinadas ao seu suprimento. (*ibid.*, p. 44)

Em meados da década de 1990 há um aumento do número de empresas produtoras de celulose, que passou de 10 em 1982 para 19 em 2005, mas, ao mesmo tempo, há novo aumento da concentração produtiva, com estas empresas apresentando um comportamento oligopolístico. De acordo com MONTEBELLO (*op. cit.*, p.38), “A concentração também reflete o movimento de fusões e aquisições no setor de celulose e papel no mundo, ocorrido desde a segunda metade da década de 1990”. Sendo que,

Tal fato reflete as expansões das unidades fabris, como forma de competir no mercado internacional; o processo de reestruturação patrimonial nos últimos anos, o qual se deu principalmente via aquisições; a existência de significativas economias de escala e o desenvolvimento tecnológico, o que dificulta a entrada de novas empresas no setor. (*ibid.*, p. 41)

consumidora, apresenta um consumo de 68,6 kg/hab/ano. A média mundial sendo 57 kg/hab/ano. (BRACELPA, 2013)

³² <http://www.valor.com.br/empresas/2861142/receita-com-exportacao-de-celulose-cai-9-no-ano>, acesso em 18/02/2013

BACHA (2008) trata da distribuição territorial do plantio de monoculturas de árvores no país. Estes plantios estão concentrados no Sul e Sudeste, além de Bahia, Mato Grosso, Pará e Amapá. O autor afirma que:

Os reflorestamentos feitos na Região Norte do Brasil, ou seja, no Pará e Amapá, são principalmente para a produção de celulose, em especial para o grupo Orsa. Em Minas Gerais, são destinadas tanto para a produção de carvão vegetal (usado em siderúrgicas) como de celulose. No ES, se destinam a produção de celulose e, madeira serrada. E os plantios de Mato Grosso do Sul não são totalmente utilizados no Estado, mas vendido em parte para as fábricas de celulose em São Paulo. Em todos os Estados supracitados também se usa esse tipo de madeira para a produção de lenha. (*ibid.*, p. 19)

3.1. Caracterização da RM de Sorocaba com foco na silvicultura

O plantio extensivo de eucalipto no Estado de São Paulo iniciou-se com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que utilizava a espécie para alimentar as caldeiras das locomotivas, construir dormentes, mourões e postes. A Cia. Paulista iniciou os plantios nas proximidades de SP e Sorocaba. Seu uso inicial está associado ao ciclo do café e aos seus desdobramentos, onde o capital acumulado pelos cafeicultores paulistanos permitiu a construção das ferrovias e expansão para o oeste do Estado, além de viabilizar ao crescimento das indústrias e da cidade de São Paulo (MONBEIG, 1984) e os hábitos urbanos, com aumento da demanda por papel.

A primeira fábrica de papel foi inaugurada em 1900 pela Companhia de Melhoramentos de São Paulo; em seguida foi inaugurada a fábrica da Klabin em 1909. A Suzano se estabelece como indústria em 1940, apesar de os negócios no ramo terem sido iniciados em 1923. A celulose utilizada (a de *pinus*) era em muito importada, mas havia produção de celulose nacional e era feita de modo integrado pelas fábricas, para produção de papel. Com a Segunda Guerra a importação foi dificultada e houve maior investimentos das empresas do setor para produção própria. Foi a empresa Suzano que encabeçou as pesquisas sobre a produtividade do eucalipto, elegendo-a como espécie mais adequada. As espécies de eucalipto utilizadas comercialmente hoje foram introduzidas pelo Horto Florestal de Rio Claro. A celulose de mercado só começou a ser produzida na década de 1940.

As plantações de eucalipto de então acompanhavam as demandas destas fábricas e de outras que foram sendo construídas, no setor de siderurgia, por exemplo; mas também a demanda paulista e paulistana por madeira. A região administrativa de Sorocaba se manteve

como base florestal para servir as áreas ocupadas com agricultura de exportação, no Oeste de SP, e para as cidades que se formavam, assim como base para as novas indústrias que surgiam e que precisavam implantar sua base florestal em terras mais baratas.

No Estado de São Paulo, de 1962 a 1971/1973 houve um aumento de 279.730 hectares de área plantada com madeira (incluindo outras madeiras que não eucalipto e *pinus*), de 1971/1973 a 1991/1992 houve um aumento de 171.968 hectares e de 1991/1992 a 1999/2000, onde apenas foram contabilizados plantios de *pinus* e eucalipto, a área deste se manteve estável, enquanto houve grande diminuição nas plantações de *pinus* (Kronka *et. al.*, 2003). Do total de 770.010 hectares de reflorestamento em 2000, 79,4% eram de eucalipto e 20,6% de *pinus*. “Deste total, 42,3% estão concentrados na Região Administrativa de Sorocaba, destacando-se que 58,5% da área total de *Pinus* pertence a esta região” (*ibid.*, p. 27). O valor da produção agropecuária e florestal do Estado de São Paulo, em 2011:

foi estimado em R\$59,6 bilhões, 13,6% superior ao do ano precedente. Para o cálculo do valor foram considerados 54 produtos, sendo 51 de origem agropecuária e 3 florestais (madeira de eucalipto, madeira de *pínus* e resina de *pínus*). (...) O valor dos produtos florestais atingiu R\$4,6 bilhões, participando com 7,8% do valor da produção agropecuária e florestal do Estado, em 2011. (Caser *et al.*, 2012, p. 1)

O plantio em extensas áreas contínuas é considerado logisticamente o melhor, de acordo com BAENA (2005, p. 8), “Recomenda-se a formação de Condomínios Florestais, visando a formação de povoamentos florestais de maior escala, reduzindo-se os custos de consultoria e tecnologia, proteção contra incêndios e formigas, exploração, e administração do empreendimento”. Segundo BACHA (2008, p.20):

Além dos reflorestamentos serem feitos em poucos estados eles se concentram em poucas áreas dentro de cada um deles, formando ‘manchas’ de florestas plantadas, como ocorrem no Estado de São Paulo nas regiões administrativas de Sorocaba (42,3% dos plantios existentes em 2002), Campinas (14,3%), Ribeirão Preto (12,9%), Bauru (8,7%) e Marília (1,2%). Isto acontece porque as empresas que demandam sua madeira para fins industriais ficam próximas às áreas de reflorestamento: VCP-Jacareí, Suzano e Lwarcel na região de Sorocaba; Ripasa e International Paper (ex-VCP Luiz Antônio) na região de Ribeirão Preto; e Eucatez e Duratex na região de Bauru. As empresas das três primeiras regiões dedicam-se à produção de celulose e as da última são produtoras de chapa de madeira.

O sudoeste do Estado, por influência histórica apontada anteriormente, tem uma base forte na pecuária de corte, sendo que, ainda hoje, o setor primário é o mais forte, mais do que os setores industrial e de serviço. Além da pecuária, a fruticultura é muito expressiva, assim como o setor florestal e a atividade de silvicultura. A agricultura familiar ainda é expressiva e parte do território é coberto pela Mata Atlântica. Cidades grandes do sudoeste do Estado,

particularmente Sorocaba, receberam grande população proveniente do êxodo rural a partir da expansão das monoculturas de silvicultura (SPDR/SP, 2012).

É a partir da década de 1970 que a RA de Sorocaba começa a desenvolver um setor secundário mais forte, com as políticas governamentais de desconcentração industrial e de desenvolvimento e melhoria da infraestrutura de transportes e comunicação, com intensificação na movimentação nos trilhos da FEPASA. Assim, investimentos industriais foram atraídos para a região, que se torna o maior parque da indústria madeireira do Estado. A agricultura, então, torna-se mais articulada com a indústria, havendo aumento da área plantada de cana-de-açúcar, soja e cítricos, dos monocultivos de eucalipto, além de também voltar-se para a exportação. De acordo com caracterização socioeconômica elaborada pela SPDR/SP:

A partir daí, a agricultura da RA se dinamizou e se encadeou com a produção agroindustrial, ganhando importância no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e expandindo a produção dos bens exportáveis, como soja, cana-de-açúcar e cítricos. Nesse período, aumentaram o cultivo do feijão, sobretudo na região de Itararé, a especialização hortifrutigranjeira das zonas próximas à RMSP e a proporção de pastagens cultivadas sobre as naturais, que contribuíram, juntamente com o reflorestamento, para incrementar o processo regional de urbanização. Daí, a população urbana regional – bastante concentrada ao redor de Sorocaba – ter crescido acima da média estadual. (*op. cit.*, p. 13)

À partir da análise de dados do Levantamento por Unidade Produtiva Agrícola (LUPA/CATI-SP) pudemos notar que, na Região Administrativa de Sorocaba, a área de monocultura de eucalipto teve um aumento entre 1995/1996 e 2007/2008 de 36%, enquanto no Estado de SP o aumento foi em média de 27% e em São Miguel Arcanjo de 57,2%, no mesmo período. Em todos os EDRs houve aumentos, mas os mais expressivos foram nos de Botucatu, Itapetininga (ao qual pertence SMA) e Itapeva.

Grande parte do setor terciário da RA de Sorocaba está concentrado na própria cidade de Sorocaba, assim como esta é das maiores produtoras das principais mercadorias da RA, com exceção dos produtos oriundos do SAG-Florestal e do SAG-Madeira, que se concentram nas proximidades de Itapetininga e Itapeva. De acordo com SPDR/SP:

O setor primário tem peso regional relevante, particularmente a produção florestal, que, de acordo com os dados da RAIS de 2008, responde por 48,6% dos empregos e 34,9% dos estabelecimentos da atividade florestal do Estado. O município de Itapeva responde, sozinho, por 12,8% dos empregos da produção florestal estadual, seguido de Itapetininga (4,2%), São Miguel Arcanjo (4,0%), Manduri (3,6%), Angatuba (2,2%) e Capão Bonito (1,9%). (*op. cit.*, p.35)

Estão instaladas na RA de Sorocaba as unidades industriais de várias empresas que demandam madeiras para sua produção: Klabin (Angatuba), Lwarcel (Lençóis Paulista), no

setor de celulose e papel, e Duratex (Itapetininga) e Eucatex (Salto) no setor moveleiro, produção de chapas de madeira e produtos para a construção civil, além de outras empresas de menor porte. Além destas, há duas unidades industriais importantes que se utilizam da base plantada na RA de Sorocaba: a Fibria (Jacareí), VCP-Jacareí e Suzano (Suzano). Particularmente no município de SMA são encontradas plantações das empresas Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Grupo Orsa (que mantém fazendas em nome da empresa Marquesa S.A.). Junto a isto, uma série de plantios de pequenos e médios produtores, que vendem para fábricas de papel e celulose, para o setor da construção civil, para o setor de móveis e para queima (em secagem de grãos, olarias etc.).

Capão Bonito, município vizinho de São Miguel Arcanjo, teve o início do monocultivo de eucalipto em seu território na década de 1930, com seus quase 40 mil hectares atuais de plantio alimentando principalmente a fábrica da Fibria, em Jacareí. Hoje é o município com maior área plantada de eucalipto do Estado de São Paulo e em 2003 o poder público de Capão Bonito buscou frear a expansão. De acordo com FACHINI *et al.* (2009, p.16),

Desde 2002 o plantio de áreas de florestamento ocupa aproximadamente 30% da área agricultável desse município. Devido a esse fato, as autoridades decretaram uma lei municipal em 17 de dezembro de 2003 que proibiu o plantio de eucalipto em novas áreas. Essa lei foi revogada por outra de 4 de janeiro de 2006, que proíbe o florestamento de espécies exóticas em áreas acima de 12 ha ou de 25% da área total por proprietário (SÃO PAULO, 2006). A justificativa apresentada fora pautada na diminuição das áreas agricultáveis que estariam disponíveis aos pequenos agricultores e a conseqüente insegurança alimentar; além do fato de os impostos resultantes do processamento do eucalipto para celulose e papel não gerarem receitas para o município.

Itapetininga destaca-se pela produção agropecuária e florestal e seu EDR tem apresentado o maior crescimento na participação do PIB da RA de Sorocaba. O município apresenta 17.530,3 ha de monocultivo de eucalipto, sendo o oitavo em área do estado. Por ele passa a Rodovia Raposo Tavares, via importante de articulação entre áreas produtoras com SP. Em 1958 foi instalada a Estação Experimental de Itapetininga, estadual, com 6.706 ha, cobertos quase totalmente com plantios de eucalipto e *pinus*, onde são realizadas pesquisas na área de silvicultura e também do uso comercial sustentado das plantações.

Ao longo das décadas que se seguiram uma série de indústrias do ramo da madeira e de celulose e papel se instalaram no município de Itapetininga. Em 1981 foi a 3M do Brasil, que trata papéis para o dorso de fitas adesivas (Durex é uma de suas marcas), adesivos, Post-it, entre outros. Em 1997, foi implantada a MGA, que fabrica móveis maciços de madeira reflorestada e estrutura para camas box. Em 2010 o Grupo Resinas Brasil inaugurou sua primeira fábrica, a

Itabox, localizada na Rodovia Raposo Tavares, que produz camas do tipo box. Tem previsão para instalar outras duas unidades de produção, para gerar Colofônia (resina vegetal proveniente da família Pineaceae) e Terebintina (solvente vegetal proveniente da resina de coníferas), e outra para Goma Base, matéria-prima para produção de chicletes. Em 2013 foi inaugurada nova fábrica da Duratex (que é a 2ª maior empresa de MDF do mundo).

Há também o Centro Técnico Florestal Suzano, que faz pesquisas em biotecnologia. Em 2011 a empresa Suzano comprou o escritório da FuturaGene, que tem uma de suas sedes também no município de Itapetininga. De acordo com matéria da Revista Pesquisa (FAPESP), a empresa busca cada vez mais se ver como “empresa de base florestal”, com investimentos altos em pesquisas biotecnológicas. De acordo com o site da Futura Gene, seu foco estratégico é o aumento da competitividade da biomassa produzida a partir de florestas plantadas, para suprir, sobretudo, a produção de celulose, papel, bioenergia (pellet para combustão e co-combustão) e biocombustíveis (celulose para etanol). As principais culturas em que a FuturaGene atua são o eucalipto e o álamo. A FuturaGene desenvolve suas principais tecnologias, desde a fase da descoberta de genes até a realização de plantios experimentais em larga escala e em locais com diferentes características. Isso a posiciona dentro de um seleto grupo de empresas a desenvolver uma nova característica, para uma nova cultura, por meio de modificação genética.

De acordo com Kronka *et. al* (2002), dentre os quatro principais pólos de reflorestamento no Estado estipulados, dois contemplam a área onde localiza-se São Miguel Arcanjo, que faz limite com Capão Bonito, Itapetininga e Pilar do Sul (vide tabela 1). De acordo com dados do LUPA (2007/2008), estes quatro municípios se inserem dentre os dez maiores produtores de madeira de eucalipto do Estado de São Paulo (vide tabela 2).

Principais Pólos de Reflorestamento no Estado de São Paulo em 1999-2000		
Pólo	Raio (km)	Área reflorestada (ha)
Itapeva/Capão Bonito/Buri	60	125.829
Itapetininga/Sorocaba/Pilar do Sul	75	95.589
Botucatu / Itatinga / Agudos	75	163.210
Salesópolis / Bragança Paulista / Campos do Jordão	95	149.821
Total Geral		663.032

Tabela 1 - Principais Pólos de Reflorestamento no Estado de São Paulo em 1999 - 2000.

Fonte: KRONKA *et al.*, 2002.

Eucalipto, por Município, Estado de São Paulo, 2007/08.						
MUNICÍPIO	UPAs		Área		Plantas Número	Ranking de Área
	Número	Percentual	Hectare	Percentual		
São Miguel Arcanjo	321	0.77	19,977.00	2.32	50,970,390	6
Capão Bonito	235	0.56	38,126.00	4.42	99,175,360	1
Pilar do Sul	272	0.65	16,712.20	1.94	35,688,384	10
Itapetininga	281	0.67	17,530.28	2.03	21,969,722	8

Tabela 2 - Eucalipto, por Município, Estado de São Paulo, 2007/08. Organizado pela autora.
Fonte: Levantamento de Unidades de Produção Agrícola 2007/2008

3.2. A chegada do eucalipto em São Miguel Arcanjo

O eucalipto começou a ser cultivado em SMA em monoculturas de grande extensão na década de 60. Anteriormente à produção em larga escala, era cultivado em associação com outras culturas, usado por agricultores e fazendeiros para construção e produção de lenha para o uso próprio, assim como para vendas eventuais ou sistemáticas. Seu Dito afirma que antes da Suzano o eucalipto era plantado mais por “curiosidade” do que para uso comercial. A produção era pequena (meio alqueire, uma quarta, um eito...) e era feito o corte de acordo com a necessidade, o restante da árvore sendo deixado para rebrota.

No “Blog de Luiza Valio”³³ consta que Vicente de Paula e Nohiyo Murakami, agricultores pioneiros na cultura da batatinha no município, foram os primeiros a investir com recursos próprios no plantio extensivo da espécie. De acordo com a autora do blog, tinham extensas monoculturas no município e em Capão Bonito, principalmente nos bairros do Gramadinho e Taquaral Abaixo, e que nos anos 60 já tinham por volta de 800 alqueires plantados. Entregavam, semanalmente, cerca de 3 mil metros cúbicos de madeira descascada para a Alplan S/A – Indústria de Madeira Aglomerada. A produção de madeira aglomerada em escala industrial no Brasil iniciou-se por volta de 1953, e é no final da década de 60 que as indústrias ganham força e ampliam sua produção. A Alplan foi uma das primeiras do Brasil a

³³ <http://blogdaluzavalio-segundotempo.blogspot.com.br/2012/02/reflorestamento-no-banco-dos-reus.html>

produzirem tal mercadoria, implantada em Itapetininga na década de 1970. Pertencia ao Grupo Peixoto de Castro, e em 1984 foi comprada pela Duratex. (MICHELON, 2011)

De acordo com Sr. Aldo, trabalhador de empresa de corte e venda de madeira na década de 70, compravam as árvores e entregam a madeira cortada, geralmente para construtoras que utilizariam a madeira para esteio, estaca e cimbramento. Comenta que na época faltava madeira na região, e tinham que comprar a mercadoria da região de Angatuba, onde a Nitroquímica tinha uma fazenda de eucaliptos para carvão. Podemos observar com este relato que as plantações de eucalipto e pinus existentes estavam mormente conectadas com seu destino industrial.

3.3. Territorialização da Suzano em SMA

Em meados da década de 60 a Cia Suzano de Papel e Celulose chega ao município e compra a Fazenda Santa Elisa. A primeira colheita se deu por volta de 69, de acordo com relato de trabalhadores da Suzano da época. Na década de 1980 as empresas Eucatex e Duratex se instalaram no município, comprando fazendas e sítios para implantação das monoculturas. É possível que a área plantada servente à Alplan S/A tenha sido incorporada pela Duratex quando esta comprou a indústria do Grupo Peixoto, pois parte considerável das terras da Duratex no município estão justamente no Taquaral Abaixo.

Pelos relatos obtidos em trabalhos de campo, todas as áreas principais adquiridas pela Suzano eram de grandes e médias fazendas já consolidadas com algum tipo de produção de alimentos, tendo havido incorporação de pequenas propriedades, mas estas não sendo o foco para implantação de sua base florestal.

Conta Francisco que a Suzano quando foi para São Miguel comprou muitas fazendas, por volta de 12 ou 13 das maiores, mas também comprou sítios de 20, 30 alqueires, com preferência a área superior a 50 alqueires. Pertenciam italianos, japoneses, alemães etc. e brasileiros. Conta que muitos destes foram trabalhar na silvicultura e outros mantiveram-se na roça. Todas as fazendas compradas pela Suzano tinham plantação e pecuária, produziam batata, milho, feijão, e além da área agricultável, tinham também muita mata. Francisco se lembra do nome de alguns donos de fazendas que a Suzano comprou: Seu Zico Neves, dono da Fazenda Santa Elisa, Valdebrito, o dono da Fazenda Boa Vista, e Zeca, o dono da Fazenda Paineiras; não se recorda do nome do dono da Fazenda Santa Rosa.

A história da família de Francisco ilustra muito bem os processos de expropriação e formação do trabalhador assalariado no município. Ele nos relata a formação de uma das primeiras fazendas compradas pela Suzano a partir da história de sua família.

Francisco nos conta que sua avó era descendente próximo de indígenas - neta de índio - , e que sua família morava no bairro do Rio Acima, num sítio que ficava atrás de onde hoje é a Fazenda Santa Elisa, pertencente a Suzano. Seu pai foi um dos primeiros empregados da empresa no município, onde trabalhou por 17 anos. Antes disso, seu pai trabalhava na roça de seu avô, plantavam subsistência, tinham porco, cabrita (e às vezes vendiam um porco, galinha...). A prática de cultivo era roçar, queimar e plantar, e também faziam carvão, cortavam a madeira. Tinha um monjolo no sítio, mas também acontecia de seu avô colher o milho, ir na fábrica de farinha levando um saco de milho para trocar por um saco de farinha; também produziam fumo para consumo e para venda. Eram seis irmãos no total e Francisco nos conta que não cabiam todos na propriedade. Os filhos então se dispersaram, e no sítio ficaram seus avós. Conta que seu pai também trabalhou na leiteira, com boi, e que seu pai foi morar na Fazenda Boa Vista como fiscal de campo em 1970.

A Fazenda Santa Elisa está localizada na beira da rodovia SP-250, onde se encontra um dos melhores solos do município (Latosolos Vermelhos e Latossolos Vermelho Amarelo). De acordo com Francisco, foi criada por Zico Neves, que teria grilado muita terra. Era um fazendeiro que plantava batata, feijão e milho na área. O que se conta é que quando Zico Neves chegou na fazenda esta tinha por volta de 220 alqueires e que no processo de grilagem chegou próximo dos 600 alqueires. De acordo com Francisco, ele tinha um capataz que falava para os agricultores que, se não vendessem a terra, eles seriam expulsos. E seu avô foi expulso, indo morar com um conhecido, num sítio de 50 e pouco alqueires, onde viveu como meeiro até que os donos se mudaram de lá. Conta Francisco que seu avô ganhou um pedaço de terra destes conhecidos. Sobre a expulsão de seu avô, ele não se lembra se ele optou por vender a terra ou foi expulso por não vender, mas considera que a pressão para a venda foi expulsão mesmo que ele tenha vendido, pois não era de seu interesse sair de lá.

De acordo com relatos de trabalhadores na época, houve muito desmatamento para implantação do monocultivo, e era feito com uma corrente grossa presa entre dois tratores de esteira, que ia derrubando as árvores de uma só vez (a Fazenda Boa Vista foi um dos palcos). Um dos relatos traz a memória de muitos animais fugindo das máquinas e correndo esconder-

se na mata mais longínqua. Devido ao alto impacto desta prática, esta forma de desmatamento está hoje proibida por lei.

Os desmatamentos eram incentivados pelo Governo do Estado, por meio da CAIC – fundada em 1928 como Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização; em 1958 seu nome sendo Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, mantendo a mesma sigla. É extinta em 1987. Seria interessante debruçar alguns parágrafos para este órgão do Estado, mas não teremos condições de fazê-lo nesta pesquisa, o que deixamos apontado para uma próxima.

Um dos relatos que obtivemos conta que a Suzano grilou e expulsou camponeses da terra, e que de 1975 a 1989 sofreu vários incêndios criminosos. Os focos de incêndio eram feitos com uma vela dentro de uma caixa de papelão, que pegava fogo e disseminava a queima pela plantação. Desde o início das plantações a empresa mantinha mecanismos para controle do fogo, como aceiros e as brigadas que, na época, iam a cavalo apagar incêndios.

De acordo com os relatos, os incêndios muitas vezes eram feitos quando as pessoas queriam acessar os açudes para pesca e lazer ou em busca de outros equipamentos presentes nas fazendas compradas pela Suzano, como capelas, e a Suzano não permitia; também acontecia quando os vizinhos queriam queimar em suas propriedades o pasto para broto novo e o fogo ia para os eucaliptos, e também foram feitos por trabalhadores que haviam sido demitidos injustamente. Francisco afirma que a exploração era muito maior na época dos gatos, pois a Suzano não era cobrada por legislação e certificadoras como é hoje. Isso causou desconfiança da população com a Suzano, e diz que houve entre 40 e 50 incêndios criminosos. Francisco afirma que dá para saber quando o incêndio é criminoso e quando é “obra da natureza” e também diz que a Suzano hoje permite a pesca seja feita em sua área, apenas orientando o uso; também fez acordos com os vizinhos para controlar a queima.

Seu Dito conta que um bairro inteiro de SMA desapareceu, pois as famílias venderam suas terras todas para a Suzano e foram morar em Sorocaba. Era o bairro da Rufinada, próximo ao Turvinho. Seu Dito acha que o eucalipto desagrega as pessoas, elas saem do campo para plantar o eucalipto. E muitos quando estão endividados ou já velhos para trabalhar na roça consideram lucro plantar a espécie.

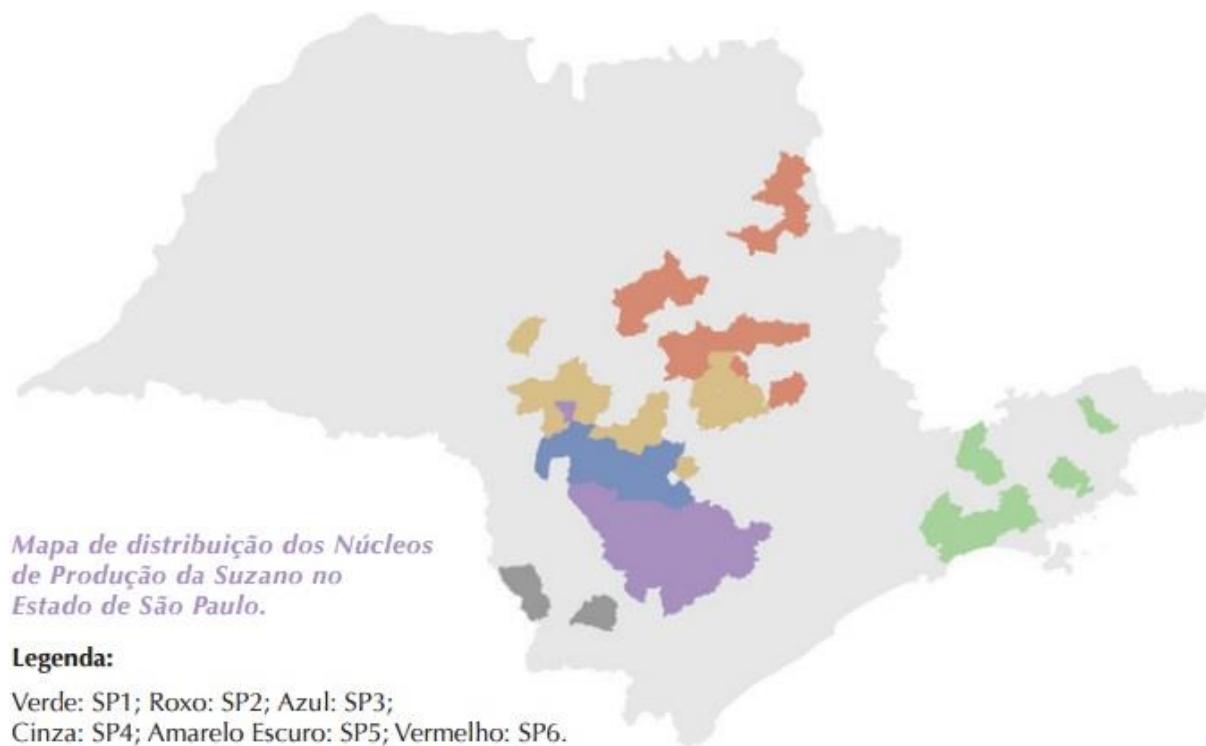
Diz ele que quando a Suzano entrou no município foi uma febre para comprar moto serra e montar empresa para trabalhar de empreiteiro, mas muitos não deram certo, pois já a partir de 1971 a empresa começou a modernizar e foi tirando o serviço das empresas. Seu Dito

disse que na chegada da empresa surgiu um boato de que ela iria trazer a fábrica para cá e gerar muitos empregos, isso deixou a população esperançosa.

Assim como a história da família de Francisco ilustra os processos de expropriação e formação do trabalhador assalariado no município, sua própria história de vida, já desde criança empregado da Suzano, mostra um trabalhador expropriado de sua terra, que trabalha para uma grande empresa instalada na fazenda em que antes ficavam suas terras. Francisco nasceu em 1960 e principiou a trabalhar aos oito anos nas Fazendas da Suzano, na informalidade. Participou da primeira colheita da empresa. A partir dos 10 anos já ganhava pelo seu trabalho, que era fazer o controle de formigas com formicida, a limpeza e o plantio. Trabalhou em empresas terceirizadas que faziam serviços para a Suzano e em 1981 foi contratado pela empresa, onde trabalhou até 2003. Cumpriu os seguintes cargos ao longo destes 30 anos, de acordo com registro em carteira de trabalho: trabalhador braçal, fiscal de campo, encarregado de campo, administrador de fazenda 1, administrador de fazendas 2 (como administrador cuidava das fazendas Santa Elisa, Paineiras...) e, por fim, supervisor florestal de SMA, Pilar do Sul, Capão Bonito e Tapiraí.

3.3.1. Localização dos plantios

A Suzano possui cinco grandes unidades industriais, sendo uma na Bahia, em Mucuri, uma no Maranhão, em Imperatriz, e as mais antigas (e não menos modernizadas) no Estado de SP, uma em Limeira e duas em Suzano. No Estado de São Paulo a empresa tem sua base plantada distribuída em 51 municípios, e se organiza a partir de seis Núcleos de Produção (ver figura 8), que fazem a gestão dos plantios nos municípios a partir da base administrativa de cada Núcleo. São eles e suas respectivas sedes: SP1 (Biritiba Mirim), SP2 (São Miguel Arcanjo), SP3 (Itatinga), SP4 (Itararé), SP5 (Lençóis Paulista), SP6 (Itirapina) e SP7 (Araraquara).



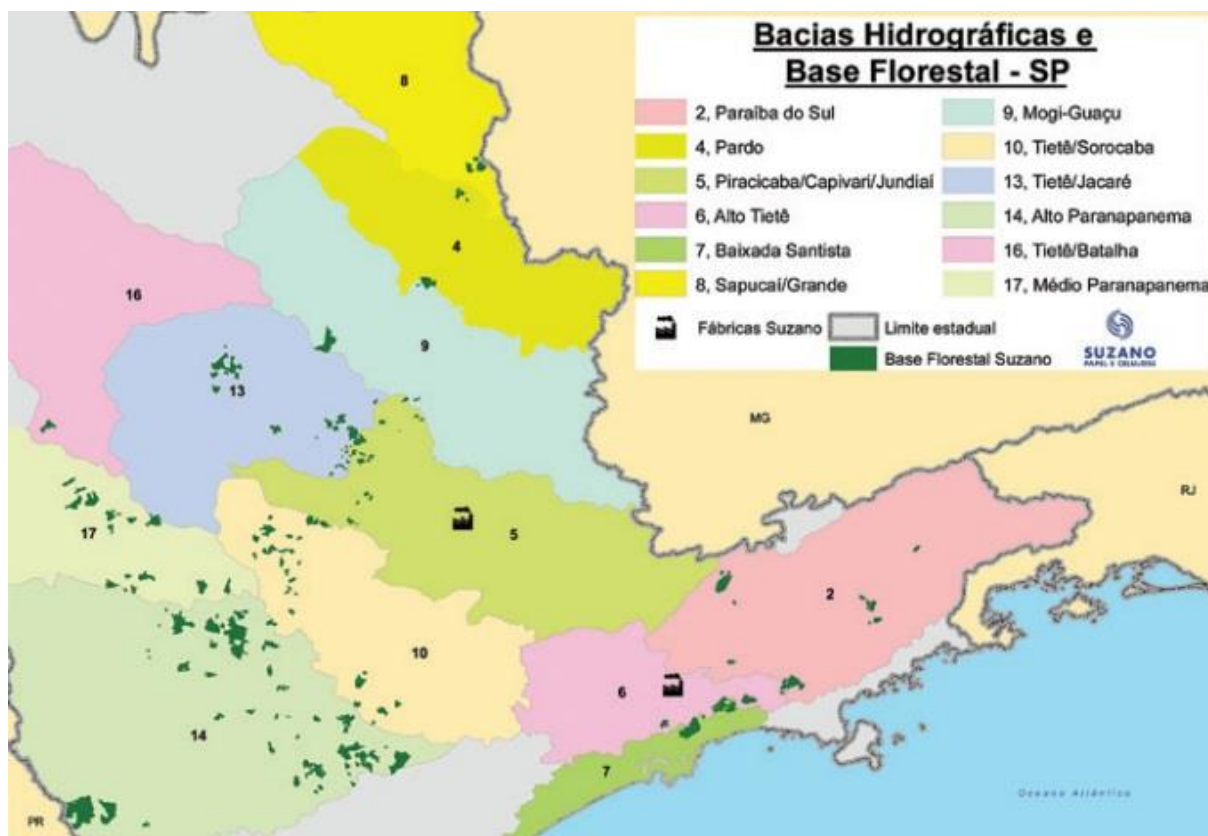
Plano de Manejo Florestal - Unidade São Paulo, 2016 - Resumo Público

Figura 8 – Mapa de distribuição dos Núcleos de Produção da Suzano no Estado de São Paulo. FONTE: SUZANO (2016)

Internamente³⁴ fala-se na divisão da Suzano Sul e Suzano Norte em SP, sendo Sul e Norte em relação a Rodovia Castelo Branco. A Sul é composta pelos Núcleos SP1, SP2, SP3 e SP4, que estão voltados para o abastecimento das unidades industriais em Suzano e Rio Verde (localizada no Embu, produz papel cartão e papel), e a Norte, formada pelos Núcleos SP5, SP6 e SP7, integrada à fábrica de Limeira.

Pudemos encontrar também um mapa (ver figura 9) no Resumo Público de 2016 com os plantios da Suzano de acordo com as bacias hidrográficas. SMA está na bacia do Alto Paranapanema.

³⁴ Obtivemos esta informação a partir de entrevista obtida com funcionário da empresa, em 2013.



Bacias hidrográficas e Núcleos de Produção da Suzano Papel e Celulose no estado de São Paulo.

Plano de Manejo Florestal - Unidade São Paulo, 2016 - Resumo Público

Figura 9 – Bacias hidrográficas de produção da Suzano e Papel e Celulose no estado de São Paulo.
FONTE: SUZANO (2016)

Em São Miguel Arcanjo os plantios da Suzano se concentram principalmente em três áreas (ver figura 10), ocupadas em diferentes momentos a partir da década de 60. Pelo que pudemos entender, a Suzano quando chegou ao município adquiriu muitas fazendas e ao longo dos anos foi plantando nelas, além de incorporar outras fazendas até a primeira década do século XXI.

Este mapa foi desenvolvido junto com um funcionário muito antigo da empresa, que nos indicou a localização e o limite das propriedades da Suzano em SMA. Não pudemos checar estas informações em cartórios ou a partir de e outras fontes, mas as informações com ele levantadas estão muito próximas do que pode ser verificado em campo em relação a localização das fazendas, e a área total de propriedade da Suzano a partir do mapeamento feito pelo funcionário está próxima da área total publicada no Resumo do Plano de Manejo de 2010 da Suzano. Este funcionário também nos informou qual foi a década de ocupação em que a

empresa ocupou mais efetivamente algumas áreas, mesmo não tendo sido necessariamente a década de compra destas.

A primeira área está na saída para Pilar do Sul, na beira da rodovia SP-250, englobando os bairros Rio Acima, Boa Vista, Colônia do Pinhal e Capela de São Roque. Lá estão localizadas as seguintes fazendas, por ordem de ocupação: Fazenda Santa Elisa, Fazenda Boa Vista, Fazenda Paineiras e Fazenda São Miguel (de aquisição recente, em 2005, e já próxima do bairro Ferreirada). O Núcleo de Produção SP2 encontra-se na Fazenda Santa Eliza.

A segunda área de ocupação está no bairro Turvo da Lagoa, com as fazendas São Roque I, Santa Rosa e Sítio Guararema, e em no bairro do Guararema (Fazenda Três Poderes) e no Taquaral Abaixo (Fazenda São Roque II).

A terceira área de ocupação está na região dos bairros da Justinada, Turvinho e Ferreirada e é hoje a maior área de expansão da empresa. A Suzano tem a propriedade da Fazenda Siomi, localizada na Ferreirada. Chegou na área em 1990 e sua última aquisição foi da Fazenda Vale Verde, em 2004, com área de 300 hectares de Mata Atlântica muito bem conservada. É aqui onde se concentram as áreas de arrendamento e fomento da empresa. Foi por volta de 2007 que fomentou algumas áreas no bairro do Turvinho e estabeleceu um contrato de arrendamento de uma propriedade há cinco anos. Aqui também é que se encontra a maior parte das terras da Klabim, encravadas em Mata Atlântica antiga.

Como dito anteriormente, na maior parte destas áreas encontram-se os melhores solos (Latosolos Vermelho Amarelo 35 e Latossolos Vermelhos). As áreas do município de Cambissolo Háptico (localizado mais na Serra e no PECB) e Argissolo Vermelho-Amarelo (norte do município) praticamente não estão ocupadas pela empresa. Geralmente, as plantações no norte do município são de pequenos e médios produtores que se aventuraram na “corrida do ouro” do eucalipto, sem embasamento técnico, e ficaram sem compradores para seu produto de baixa qualidade.

O Núcleo SP2, cuja sede está em SMA é o núcleo mais produtivo do Brasil, de acordo com funcionário administrativo entrevistado, tendo alcançado incremento médio anual (IMA) de 59,07 m³/ha/ano. Tanto o SP2 como o SP3 tem relevo plano, e o SP1 relevo acidentado. Além da proximidade das indústrias, São Miguel Arcanjo apresenta um dos mais altos índices de produtividade de biomassa de eucalipto das espécies *Eucalyptus grandis* e *E. saligna* no Estado, de acordo com SANTANA (et. al, 2002). Ao mesmo tempo, não apresenta sustentabilidade tão alta na produção florestal, pois tende para a exportação de nutrientes ao

invés de uma boa manutenção na relação solo-eucalipto, o que é resolvido com manejo adequado.

Em 2007 a Suzano compra uma máquina a mais para a fábrica da Suzano, o que aumentou muito a sua capacidade produtiva e gerou falta de madeira, o que, aliado ao alto preço da terra em SP, fortaleceu a prática da Suzano de arrendar terras e fomentar plantios. O arrendamento geralmente é feito para duas colheitas (14 anos) em fazendas com mais de 130 hectares, e acontece da Suzano comprar as terras depois que acaba o período de arrendamento. As práticas de arrendamento e fomento não foram bem sucedidas em SMA, mas em Itapetininga e Pilar do Sul existe quantidade grande de fomento, com áreas grandes, de aproximadamente 200 hectares.

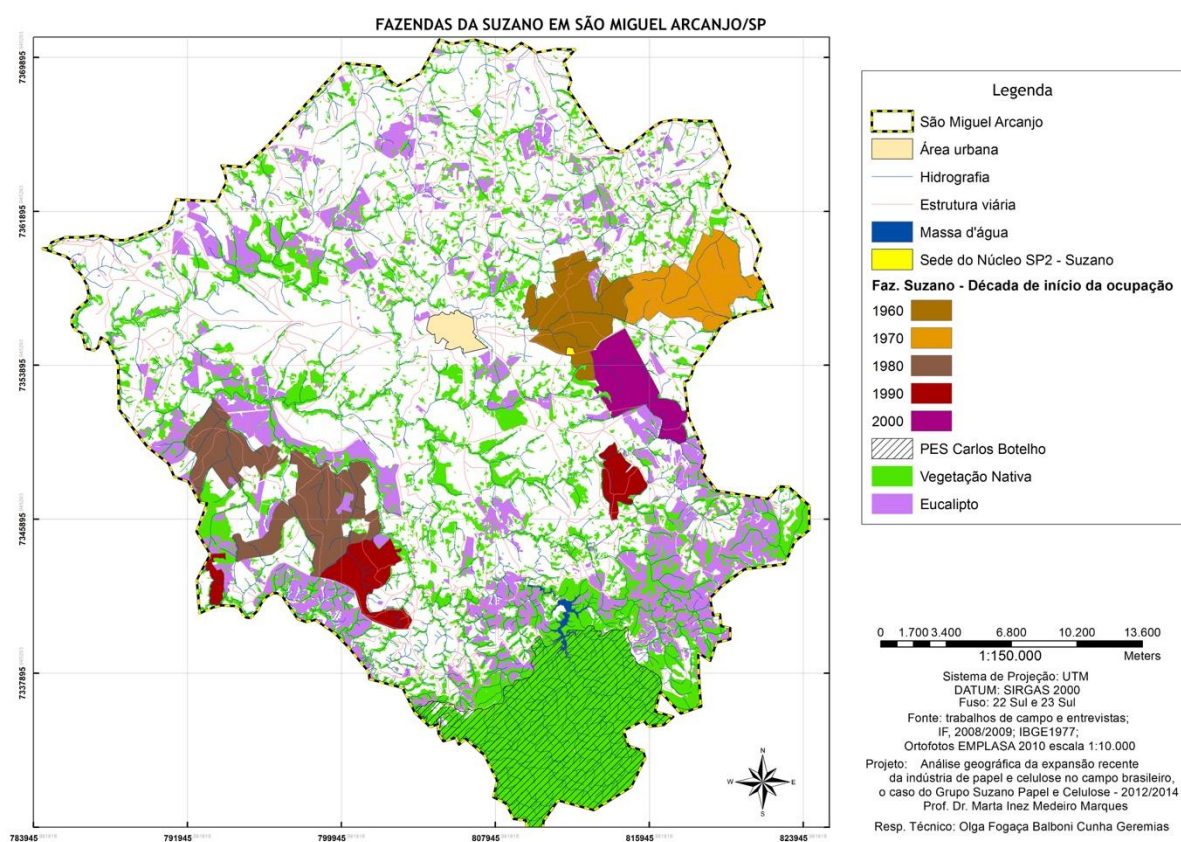


Figura 10 – Fazendas da Suzano em São Miguel Arcanjo/SP. Elaborada pela autora.

3.3.2. Estrutura produtiva da Suzano a partir das entrevistas

Francisco afirma que a empresa está constantemente se reorganizando e divide a empresa em três momentos.

O primeiro momento se dá a partir da chegada da Suzano na década de 1960 e vai até por volta de 1985. É um momento em que os trabalhadores eram contratados por gatos (empresas prestadoras de serviço que traziam trabalhadores do nordeste para trabalhar para a Suzano, eram elas que pagavam o serviço). Os cargos contratados diretamente pela empresa naquela época eram: engenheiro, encarregado, supervisor e capataz (era o feitor, segundo ele). Na fase da implantação um ou dois trabalhadores moravam em cada fazenda, e os outros vinham, de SMA, Pilar, Itapetininga e Bahia. O gato trazia por volta de 30, 40 famílias da Bahia para trabalhar, sendo que a maioria era prestador de serviço. Neste primeiro momento a terceirização ainda não estava tão incorporada formalmente em suas práticas. O trabalho ainda era feito manualmente, sendo a motosserra uma das únicas máquinas utilizada em campo.

As primeiras empresas de terceirização: Adiflor (fazia o Turvo da Lagoa), Reflor (Boa Vista, Paineiras e Santa Eliza) e Sopina (Pilar do Sul e divisa Pilar-SMA). Havia também Morro Azul – que pertencia a Dorival, que veio de Limeira, e fazia colheita de madeira e silvicultura, e a Soudimar – de Pilar do Sul, que ficou de 1974 a 1985, pertencia a Miguel Toledo, e fazia transporte e colheita.

O segundo momento vai de 1985 até 2001. É um momento em que a Suzano contrata diretamente funcionários para silvicultura, colheita, baldeio e também em que formaliza a terceirização excluindo a figura do gato. O auge de contratação vai de 1990 a 2000, segundo o entrevistado a Suzano chega a mobilizar quase 1000 pessoas entre contratados e terceirizados, sendo por volta de 250 os contratados. Também é o momento em que inicia-se a mecanização. Na década de 80 chegam as primeiras máquinas, na década de 90 chegam as Harvester e as Feller Buch, e também o uso maior de herbicidas e fungicidas (e quando começam a aparecer mais doenças, como a ferrugem e as largatas, embora em SMA o problema maior seja o vento e não as ditas pragas). Houve um período em que a Suzano montou uma vila na Fazenda Santa Elisa em que moravam 40 famílias. Isto acabou por conta de questões trabalhistas e reestruturação interna. Em 1998 a empresa começa a destruir as sedes das fazendas.

De acordo com Ciappina³⁵, na década de 1970 as mudas eram de semente e vinham em saquinhos plásticos e não em tubetes, e um funcionário plantava 200 mudas por dia; as covas eram feitas manualmente, entre 200 a 250 por dia por pessoa. Hoje a muda vem do viveiro já em tubetes, e uma plantadeira dirigida por uma pessoa planta 1.500 mudas em um dia, e o

³⁵ Amando Ciappina, dono de empresa terceirizada da Suzano, que nos cedeu entrevista em 2012 e 2013.

sulcador florestal faz em um dia 15 hectares de sulcos para plantio, sendo que em um hectare são plantadas 1.666 mudas. Ou seja, a plantadeira planta o que em média 7,5 pessoas fariam em um dia, e o sulcador trabalha em um dia o que em média 7,5 pessoas fariam em 15 dias, ou o que 112,5 pessoas fariam em um dia.

Na década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, com a facilitação das importações a partir do Plano Real, foi feito o processo mais ostensivo de mecanização no monocultivo do eucalipto, com muitas demissões em série. Não conseguimos ter acesso aos dados de quantos trabalhadores foram demitidos, mas sabemos que foram muitos. A mecanização se deu principalmente na colheita e no baldeio, mas também ocorreu no plantio. A colheita pela Suzano é feita com as máquinas Harvester, que cortam, desgalham, espalham as cascas no solo e empilham.

O terceiro momento aconteceu a partir de 2001 e se mantém até hoje. É o momento de reestruturação produtiva onde a empresa desenvolve um plano de terceirização, fomento e arrendamento e quando busca as certificações florestais. Aqui falamos apenas do que ocorre em SMA a partir da experiência deste trabalhador. Para a trajetória da Suzano ver MARQUES (2014).

A vinda da Suzano para o município trouxe uma série de técnicos especializados e formou outros, que mais tarde sairiam da empresa e se estabeleceriam no município e afora, além de fomentar a criação de empresas que fariam trabalho terceirizado para a própria Suzano. De acordo com Amando Ciappina, proprietário da Ciappina Empreiteiras S.A., em 1974 ele abriu sua empresa para oferecer serviços diretamente para a Suzano. Faz o serviço de manutenção do monocultivo e acompanhamento até um ano e meio do cultivo, com eventual manutenção até o corte; a implantação na região é feita por uma empresa chamada JFI e o estudo de produtividade da floresta é feita pela empresa DIMAFRAN.

Ao longo dos anos outras empresas foram se instalando no município, e sabemos que as seguintes estão presentes em seu território: Suzano, Eucatex, Duratex, Marquesa S.A., Klabin, além de plantadores fomentados ou independentes destas empresas (como Plácido Silva e Alves Silva). Uma grande área fomentada pela Suzano é a Granja Alvorada, que fica em Itapetininga.

Além disto, uma das estratégias de implantação destes monocultivo envolve a produção ideológica de uma “cultura do eucalipto” (DIESEL *et. al.*, 2006) onde todas as atividades em que é necessário o uso da madeira acabam tendo como fonte da matéria-prima o eucalipto, e seu uso é disseminado entre os pequenos agricultores, em detrimento do uso variado de

espécies. As indústrias que se utilizam da matéria-prima do eucalipto mantêm a base florestal que necessitam para sua produção industrial, e, a partir da década de 90, mas principalmente na primeira década do século XXI, tem fortalecido a política de fomento florestal para pequenos, médios e grandes produtores, que não sofrem a mesma fiscalização acerca do cumprimento da legislação ambiental e trabalhista. Assim, podemos reconhecer tanto a *territorialização do capital* como a *monopolização do território* (OLIVEIRA, 2007) no ramo produtivo que se utiliza da matéria-prima do eucalipto.

Em relação ao fomento florestal, existem alguns produtores fomentados em SMA, mas esta modalidade de acordo não foi muito aceita no município, possivelmente por ele ter uma produção diversificada consolidada. Há terras arrendadas pelas empresas que praticam a silvicultura, mas também não é um número expressivo no município. Um fenômeno que ocorreu no município foi uma certa “corrida ao ouro”, com uma série de pequenos produtores plantando eucalipto imaginando tirar uma alta renda, na espera de que grandes empresas comprassem sua mercadoria. Entretanto, pequenos plantios em áreas distantes não são rentáveis para essas empresas, tendo os produtores que vender a madeira por um preço muito mais baixo para queima.

3.4. Dados sobre SMA e sobre o monocultivo de eucaliptos

Como já exposto acima, SMA é o sexto município em área plantada de eucalipto do Estado de SP (LUPA 2007/2008). De acordo com os dados deste censo, 19.977,00 hectares do município são ocupados por plantações de eucalipto (ver figura 11) sendo que em 1995/1996 (LUPA) essa área era de 11.424,40 ha. Um acréscimo de 57,2% ou 8.553 hectares em 12 anos – uma média de 712,75 ha por ano, ou 4,8 campos de futebol por dia. A área ocupada por eucaliptos em 2008 representa 21,5% do território do município, incluindo áreas não agricultáveis, e 28,6% das terras excluindo-se a área de vegetação nativa. Em termos de extensão territorial, o eucalipto é a cultura que ocupa segunda posição no município, estando atrás apenas da pastagem, seguido pelos cereais (em particular milho transgênico), e em participação na economia ganham destaque a viticultura, a produção de batata e feijão, juntamente com a fruticultura e a plasticultura. De acordo com Torre (2010), cada município deveria ter apenas 5% de sua área agricultável ocupada com monocultivo silvícolas para garantir sua soberania alimentar.

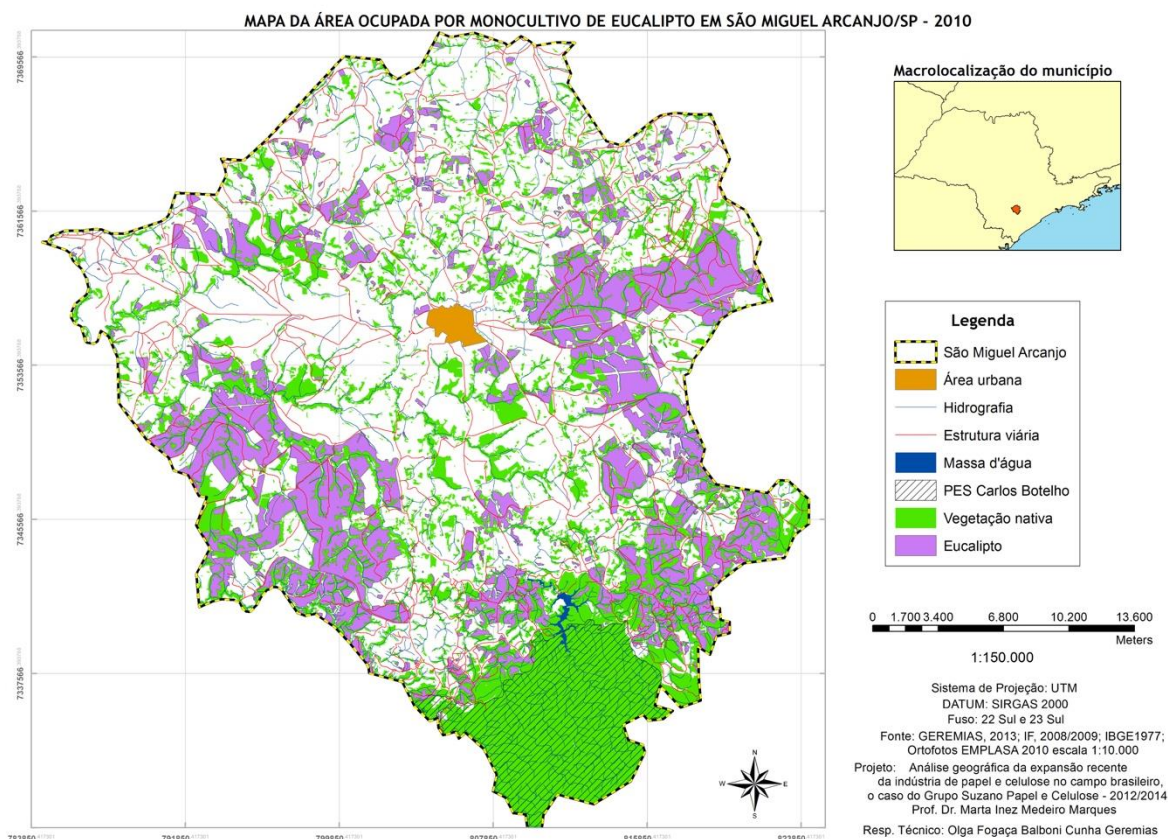


Figura 11 – Mapa da área ocupada por monocultivo de eucalipto de São Miguel Arcanjo/SP – 2010.
Elaborado pela autora

A partir de dados obtidos com os Censos do IBGE de 2000 e 2010, pudemos observar que em 10 anos a população total do município aumentou 681 pessoas, um valor não tão expressivo. Mas, a maior mudança foi a alteração no padrão que vinha se delineando desde a década de 1970, onde havia aumento gradativo da população rural e da população urbana; houve agora uma queda de 3.303 habitantes na área rural e aumento de 3.984 na área urbana.

Nestes dez anos identificamos a expulsão da população, onde aproximadamente 331 pessoas saíram do campo por ano durante 10 anos. Isto, como dito acima, paralelamente a um aumento da área de monocultivo de eucalipto de 712,75 hectares por ano em 12 anos (1996 a 2008). O mesmo ocorrendo com a área coberta com braquiária (pasto para pecuária extensiva ou pasto abandonado), num aumento de 867 hectares por ano no mesmo período. Não tendo havido alteração significativa na área ocupada por vegetação nativa nesta década – apesar de termos identificado via imagens de satélite áreas de desmatamento da Mata Atlântica.

Junto a isto, o PIB per capita do município aumentou em 2,4 vezes em uma década (2000-2010), passando de R\$ 4.328,44 em 2000 para R\$ 14.741,74 em 2010. Sendo que o maior

aumento dentro da composição do PIB foi o valor adicionado pela agropecuária, que aumentou 4,8 vezes, de R\$ 29 milhões em 2000 para R\$ 169,36 milhões em 2010. Vale lembrar que o trigo, por exemplo, que voltou a ser cultivado no município a partir dos anos 2000, em 2010 atinge alta produtividade agrícola, sendo a média nacional de R\$468,80/ha e em SMA R\$1.165,85/ha.

Considerando o exposto acima, e que neste mesmo período houve intenso êxodo rural no município, com aumento das extensões de monocultura de eucalipto e pasto, podemos concluir que houve aumento da concentração de renda e de terras. Isto pode ser notado no significativo aumento na área urbana com a construção de bairros e casas populares financiadas pelo governo, para populações de baixa renda. Ao mesmo tempo que houve aumento do índice de violência no campo e na cidade.

3.5. Impactos ambientais do eucalipto

O impacto ambiental do eucalipto é discutido há mais de dois séculos, em cada lugar em que esta espécie nativa do continente australiano é inserida. Por ser uma árvore que se apresenta útil e muito eficiente em relação a produção de madeira, ao óleo essencial e devido ao seu alto poder de absorção de água, ela sempre atraiu muita atenção em torno de si; junto a isto, por seu comportamento agressivo em relação aos aspectos supracitados, numa comparação com muitas espécies nativas nos países onde foi inserida, despertou sentimentos xenófobos em uma série de atores sociais, desde os que sofreram impactos diretos de seus cultivos em larga escala, a ambientalistas e outros formadores de opinião pública. Ver LIMA (1996) e VIANA (2004) para história de introdução da planta no país e na europa.

Consideramos importante salientar que a noção do que é “ambiental” é central, pois podemos compreender o ambiental enquanto um conjunto de condições e relações, tanto da ordem física, química e biológica, que permitem a reprodução ou não da vida (PNMA, 1981), ou então utilizar uma conceituação mais clara no que tange aos aspectos sociais e históricos, à partir das relações sociais e de seus conflitos – que interferem, interagem com, e agem a partir dos sistemas naturais e da produção do que se chama de “natureza” e de “natural”.

Compreendemos que a concepção de meio ambiente onde são considerados os aspectos físicos, químicos e biológicos no intuito de desvendar os processos “puros” da natureza, está geralmente atrelada à visão de dominação daquilo que se definiu como natureza na sociedade

moderno-colonial, onde aquilo que se opõe ao urbano se torna “recurso natural” e sua conservação se mostra necessária apenas para garantir a reprodução do sistema de produção degradante social e ambientalmente, sem demonstrar uma visão de integração com os que produzem e reproduzem a vida, na sincronia com a vida das comunidades e povos humanos. Esta dominação da idéia de natureza e dos recursos naturais tem gerado historicamente justamente a dominação dos territórios dos povos que vivem da floresta, do cerrado e de outros ambientes e o seu cercamento em unidades de conservação e terras indígenas – o que contraditoriamente acaba sendo um instrumento de luta das próprias comunidades garantir seus territórios demarcados.

Assim, consideramos que tratar dos impactos ambientais do eucalipto sem ressaltar a questão social envolvida no cultivo desta espécie, seria legitimar ainda mais o gesto colonizador e da mercantilização, ignorando o impacto desta visão na organização e vida das comunidades e sociedades que vivem com e desta natureza.

Apesar deste monocultivo ser comumente chamado por “floresta”, tendo sido inclusive estratégia dos produtores para ser mais aceito frente a todas as contestações quanto a seus impactos ambientais, consideramos que este cultivo deve ser compreendido como um tipo particular de cultivo agrícola.

Foi nos imposta historicamente a monocultura em larga escala, tanto de árvores como de pensamento e objetivos (SHIVA, 2003). Assim a árvore e seu plantio em larga escala são feitos de forma descontextualizada do local onde é implantado. Neste sentido, não há como não falar do sistema de produção que é utilizado, ao se tratar de impactos ambientais. Assim, a monocultura traz consigo a homogeneização da paisagem, o uso de insumos tóxicos para manutenção de um sistema não-sustentável, a produção em larga escala e em grandes latifúndios. O objetivo desta produção é o abastecimento industrial, que se utiliza, então, de espécies de alto crescimento, com alta absorção de nutrientes e de água, num regime intensivo de rotações e extensas monoculturas (LIMA, 1996).

Os impactos ambientais são geralmente acusados pelas comunidades afetadas pelo plantio intensivo desta monocultura, particularmente em relação aos seus efeitos nos recursos hídricos, com alto consumo de água, e na apropriação de terras comunais e/ou produtivas.³⁶ Em contrapartida, as grandes empresas do setor afirmam que estes empreendimentos tem serviços

³⁶ VER: MMA. Relatório Final de Consultoria: Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados. Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902, Brasília, 2002.

ambientais importantes a oferecer para o meio ambiente planetário, principalmente em relação a captação de carbono durante o crescimento das árvores, o que contribuiria para diminuir o aquecimento global, e em relação a substituição de uso de madeira nativa pela cultivada, diminuindo a pressão sobre as vegetações nativas.

Muita pesquisa vem sendo realizada ao redor do mundo, a fim de desvendar os impactos e a dinâmica dos monocultivos de árvores na relação com o lugar onde é implantado. O gênero eucalipto tem mais de 600 espécies, apresentando muita variedade na estrutura e fisiologia das plantas. No tocante ao eucalipto, são importantes os estudos acerca dos aspectos fisiológicos das espécies, ao balanço hídrico de microbacias hidrográficas, balanço hídrico de solos, e os impactos das práticas de manejo florestal. É importante:

entender como a floresta interage com os componentes florestais e o meio ambiente e se esta interação contribui para a conservação da biodiversidade. Dito de outra forma, não basta analisar os dados quantitativos de água dos eucaliptos para se obter conclusões, mas – acima de tudo – se as suas florestas se adaptam ou interagem, e contribuem para o equilíbrio do quadro ambiental crítico existente na região. (MATTES, TAGNIN, 2009)

Alguns impactos sociais que o monocultivo desta espécie traz consigo aqui no Brasil: conversão de terras dedicadas à produção de alimentos, seja a partir da agricultura familiar ou grandes produtores, cercamento de áreas comunais e grilagem de terras, envenenamento por uso excessivo de agrotóxicos, êxodo rural, concentração de terra e de renda, desemprego, perda de referencial cultural e paisagístico, inchaço das cidades etc. O que vemos é a silvicultura não como um problema *per si*, mas por reproduzir e endossar uma lógica produtiva que é degradante econômica, social e ambientalmente.

Outra questão que geralmente não é levantada pelas grandes empresas é o passivo ambiental de seus empreendimentos, pois podem, em alguns locais, seguir as leis ambientais e manter o que chamam de *boas* relações com as comunidades vizinhas, inclusive com a obtenção de certificados internacionais (Suzano carrega o selo FSC e o ISO 14001 em parte de seus cultivos), mas no início de sua implantação, como dissemos anteriormente, devastaram mata nativa, expulsaram comunidades tradicionais e rurais, dentre outros. Com o arrefecimento dos questionamentos feitos pelos ambientalistas e o aumento da pressão da sociedade civil, as empresas tiveram de adaptar suas práticas de modo a não causar tantos impactos negativos onde se instala (ou de esconder sua atuação degradante ecológica e socialmente). A pressão gerada pela população, seja enquanto consumidora ou enquanto sociedade civil articulada, levou as empresas a buscar as citadas “certificações florestais” que pudessem atestar o cumprimento de

algumas metas ambientais e sociais. E a construção ideológica a partir destes certificados parece apagar a história de grilagem de terras e os danos ambientais irreversíveis.

É importante notar que apesar da paisagem implantada ser o mesmo acumulado monótono de extensas linhas de árvores de apenas uma espécie, em cada lugar em que é implantada se relaciona com uma história e com pessoas específicas e com biomas e ecossistemas específicos. Cada bioma está relacionado diretamente com um clima e assim como uma disponibilidade de água para o sistema. A introdução do eucalipto em áreas de Mata Atlântica, Cerrado ou nos Pampas gaúchos gera diferentes consequências nas comunidades e na natureza. Ainda são diferentes as consequências quando é implantado removendo a vegetação nativa ou se implantado em áreas improdutivas ou produtivas.

No geral, os impactos são (Jayal, 1985; Reynolds & Wood, 1977 *apud* OLIVEIRA *et. al.*, XXXX):

- Alta demanda de água, esgotando a umidade do solo, diminuindo a recarga, de modo que desestabiliza o ciclo hidrológico;
- Elevada demanda de nutrientes, criando um elevado déficit anual, descontrolando esse ciclo;
- Plantação na forma de monoculturas extensas, as quais são caracterizadas por apresentar baixa diversidade ecológica, podendo causar instabilidade ou vulnerabilidade a mudanças climáticas, assim como ao ataque de pragas e doenças.

LIMA (1996) em seu livro “O impacto ambiental do eucalipto”, que é referência no tema, trata amplamente dos possíveis impactos bio-físicos e faz extensa revisão bibliográfica acerca do tema. Elaboramos três quadros como resumo de seu livro (Ver Quadros 1, 2 e 3). Cada quadro se refere a uma das linhas para avaliação desenvolvidos no livro, com alguma alteração na estrutura para adequação ao quadro: Quadro 1. Hidrologia das plantações de eucalipto (regime de chuvas, interceptação das chuvas, escoamento superficial e erosão, qualidade da água, água do solo e água subterrânea, resposta estomática ao estresse hídrico: implicações para a transpiração e produção de biomassa, escoamento dos rios); Quadro 2. Solo e eucalipto (propriedades químicas do solo, propriedades físicas do solo, ciclagem de nutrientes); Quadro 3. Flora, fauna e eucalipto (diversidade do sub-bosque, fauna: necessidades, diversidade e adaptações). Tecemos algumas considerações acerca do explicitado por LIMA, por vezes no intuito de esclarecer a informação e por outras a apresentar uma avaliação crítica.

Os quadros estão organizados a partir de duas colunas-chave para a análise: plantios de curta rotação (com corte até sete anos) e plantios de 30-50 anos. Existem algumas importantes diferenças de impacto entre plantios de curta rotação para abastecimento industrial e plantios de longa duração, para extração de madeira e óleos essenciais.

Quadro 1 - Hidrologia das plantações de eucalipto		
	Plantação em rotação curta (corte em até 7 anos)	Plantação antiga (30 - 50 anos)
Regime de chuvas	Devido ao mecanismo de captação de neblina, onde as condições forem propícias para tanto, pode influenciar o balanço hídrico local, em nível pequeno. *Importante notar que se o plantio é implantado onde antes havia Mata Atlântica, a produção e a captação de neblina cairão drasticamente. Em outras áreas onde não há tanta água disponível no sistema isto não se aplica	
Interceptação das chuvas	é menor ou igual a florestas tropicais no BR e maior que no cerrado	tem interceptação parecida com a da floresta de Mata Atlântica
Escoamento superficial e erosão	não fornecem proteção adequada da superfície e o solo geralmente é compactado, o que dificulta a absorção de água pelo solo e a recarga hídrica, aumento escoamento superficial, erosão e assoreamento dos rios, além de gerar empobrecimento do sub-bosque e aumento da temperatura do solo	protege o solo mais do que outras culturas temporárias
Qualidade da água	as atividades silviculturais normalmente intensivas envolvidas no preparo do solo, na fertilização mineral, no regime de corte raso e outras formas de perturbação do solo, tais como o uso do fogo, são, normalmente, responsáveis por significativas alterações da qualidade da água (assoreamento, poluição por insumos químicos etc)	Em relação a uma área degradada, "o uso do eucalipto parece promover, com o devido tempo, um adequado controle dos processos de escoamento superficial, erosão e ciclagem de nutrientes, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade da água produzida pela bacia." P. 73
Água do solo e água subterrânea*	O eucalipto apresenta um déficit hídrico anual de 200-250mm, enquanto que em outras culturas anuais o valor é por volta de 170 mm (gerando um deflúvio anual na bacia 70 mm menor). Em locais, como no cerrado, com precipitação anual de 800 mm a recarga no lençol freático não repõe a água utilizada, gerando inclusive secamento de leitos. O eucalipto absorve mais água nos primeiros sete anos de crescimento, que é o período onde tem um acréscimo anual de biomassa muito maior.	O impacto é um pouco suavizado devido a melhoria das condições do solo para captação de água e devido ao aumento do sub-bosque, mas continua sendo um plantio de alta demanda de água.

<p>Resposta estomática ao estresse hídrico: implicações para a transpiração e produção de biomassa</p>	<p>Florestas de eucalipto são esclerofíticas – devido a adaptação a solos com baixo conteúdo de nutrientes, mais do que a condições de clima seco. P. 102. São mesófitos tolerantes à seca. P. 103 Isso significa que são sensíveis a oferta de nutrientes e de água, mais do que resistentes à falta de nutrientes e de água. O que permite que se desenvolvam rapidamente com as condições adequadas. O autor se pergunta: "Seria a taxa de alto crescimento, com consequente taxa de transpiração, responsável por consumo de água alto relativamente a outras espécies?" P. 117</p>	<p>"A transpiração da maioria das espécies vegetais, incluindo o eucalipto, é determinada primariamente por (Calder, 1986b): a) demanda climática relacionada com a radiação solar, o déficit de saturação de vapor da atmosfera, a temperatura e a velocidade do vento; b) mecanismos fisiológicos relacionados com a resposta estomática a fatores ambientais; c) índice de área foliar (IAF); d) disponibilidade de água no solo." p. 89 A alta taxa de crescimento geraria um consumo alto de água quando disponível, o que diminuiria ao longo de seu crescimento estabilizado, com menor consumo de água em relação aos anos iniciais.</p>
<p>Escoamento dos rios</p>	<p>O corte de uma plantação de eucalipto aumenta a produção de água na bacia, enquanto a recíproca, ou seja, o plantio na bacia diminui a produção de água, devida a alta taxa de absorção e as condições do ecossistema na monocultura. LIMA (1996) afirma que isto se dá com qualquer floresta. Neste ponto discordamos do autor, pois o plantio de árvores de espécies variadas (especialmente nativas) em áreas de recarga pode ser produtor de água.</p>	
<p>* as espécies de eucalipto usadas comercialmente apresentam um sistema radicular superficial, chegando no lençol freático apenas quando são plantadas em áreas ripárias ou nas margens de reservatórios. Seu impacto maior é no déficit de recarga hídrica causado, por não permitir a recarga no lençol freático.</p>		

Quadro 1 – Hidrologia das plantações de eucalipto. Organizado pela autora. FONTE: LIMA, 1996.

Quadro 2 - Solo e eucalipto		
	Plantação em rotação curta (corte em até 7 anos)	Plantação antiga (30 - 50 anos)
Propriedades físicas, químicas e biológicas do solo	O autor afirma que não há estudos que comprovem a alelopatia, mas que "o desequilíbrio na microbiologia do solo é, em geral, mais resultante de outros fatores" p. 141. Alguns fatores impactantes provêm basicamente do sistema produtivo, que gera compactação do solo resultante da mecanização, alteração microclimática etc.	Estrutura, capacidade de armazenamento de água, infiltração, aeração, agregação do solo etc. é melhor sob as plantações florestais do que sob a cultura agrícola ao longo do tempo. A melhor condição, todavia, foi verificada sob floresta natural.
Ciclagem de nutrientes	Neste período ocorre a maior retirada de nutrientes do solo, pois a taxa de absorção de nutrientes por uma plantação florestal atinge seu máximo ainda num estágio inicial do período de rotação, em associação com a ocorrência da máxima taxa de acumulação de biomassa foliar (Miller, 1989, apud LIMA, 1996). Assim, não há tempo para o período de estabilização, onde parte dos nutrientes retirados seria devolvida ao solo. O corte raso é uma perturbação severa que desarranja o sistema e desfavorece a mineralização adequada dos nutrientes, assim como estes se tornam escassos.	Após o estágio inicial, "a demanda de nutrientes pode ser normalmente suprida pela translocação ou ciclagem interna. A absorção de nutrientes, então, será altamente dependente da taxa de crescimento, como o será, também, a transferência de nutrientes ao solo pela deposição de folheto, independentemente da espécie." P. 168
* eucalipto apresenta característica esclerofítica, resultado de adaptação evolucionária a solos com baixa fertilidade, principalmente baixo teor de fósforo. Considera-se que isto foi fator essencial para que o eucalipto tenha alta eficiência em absorção de nutrientes de solos pobres e ciclagem de nutrientes. Isso significa que as espécies são muito sensíveis à fertilização, e sobrevivem (com menor desenvolvimento) em solos de baixa fertilidade.		

Quadro 2 – Solo e eucalipto. Organizado pela autora. FONTE: LIMA, 1996.

Quadro 3 - Flora, fauna e eucalipto		
	Plantação em rotação curta (corte em até 7 anos)	Plantação antiga (30 - 50 anos)
Flora		
Diversidade do sub-bosque	<p>Há muito manejo do solo e controle do crescimento de outras plantas no ano de implantação do cultivo, para garantir o crescimento das árvores. Isto inibe o crescimento de uma série de plantas e acaba também incentivando outras. Com o crescimento das árvores e o sombreamento do solo algumas espécies não resistirão enquanto outras encontrarão melhores condições. Ao longo do tempo de crescimento da floresta o solo vai se restabelecendo e permitindo um maior crescimento do sub-bosque, com espécies do ecossistema original retornando, mas sempre considerando que o eucalipto tem alta demanda de água e nutrientes e que nem todas as plantas conseguirão se estabelecer. Em relação ao efeito alelopático, não existem estudos definitivos para o eucalipto, mas algumas espécies parecem ter mais substâncias inibidoras do que outras, embora em ambientes úmidos essas substâncias sejam lixiviadas tornando desprezível o efeito.</p>	
Fauna		
Necessidades, diversidade e adaptações	<p>Monoculturas são sistemas pouco capazes de suportar alta diversidade de fauna, principalmente porque “a quantidade e diversidade de espécies animais que podem ser encontrados num dado ecossistema florestal dependem do número de nichos disponíveis do hábitat” p. 176. Desta maneira, a implantação de monoculturas em áreas de vegetação nativa consiste numa diminuição drástica da biodiversidade. Entretanto, se implantada em áreas degradadas, pode implicar num aumento pequeno de diversidade. As folhas do eucalipto, devido a alta concentração de taninos, são indigestas, e com o uso de agrotóxicos e máquinas pesadas no cultivo do solo, isso diminui ainda mais a presença de animais e pedofauna. Geralmente em plantios mais antigos podem ser encontrados tatus, alguns pássaros, cobras e aranhas, dentre outros animais, que sofrem impacto muito grande com o corte raso. Algumas estratégias que podem contribuir para a conservação da fauna: “a) prever a existência de um número razoável de árvores adultas ao longo das plantações; b) aumentar o período de rotação; c) prever a retenção de reservas de florestas naturais sem perturbação.” P. 179, além de plantio em mosaico de talhões (Unidades Produtivass), que são positivos para a fauna.</p>	

Quadro 3 – Flora, fauna e eucalipto. Organizado pela autora. FONTE: LIMA, 1996.

No Brasil, os gêneros comerciais plantados demoram entre 5 e 7 anos para ser colhidos para produção de celulose de mercado, enquanto que para uso na lenha e construção civil o tempo é mais curto, sendo o corte feito entre 2 e 4 anos, dependendo do produto utilizado. Para movelaria, muitas vezes o corte é mais demorado, também na dependência do objetivo final – se for para produção de placas de madeira e MDF o tempo de corte é curto.

A avaliação dos monocultivo mais antigos está sendo feita para explicitar que alguns dos argumentos apresentados pelos industriais e empresários do eucalipto acerca dos benefícios

trazidos por este tipo de plantio, na verdade diz respeito a plantios antigos, que permitem em parte a recuperação e proteção do solo e recuperação de alguma biodiversidade (como qualquer outra espécie). Os plantios com espécies de rápido crescimento, em regimes de rotações intensivas para fins de abastecimento industrial de madeira, com “atividades silviculturais normalmente intensivas envolvidas no preparo do solo, na fertilização mineral, no regime de corte raso e outras formas de perturbação do solo, tais como o uso do fogo” (LIMA, 1996, p. 73) são altamente impactantes.

O eucalipto, além do impacto na biodiversidade e funcionamento do ecossistema, também altera o ciclo hidrológico das sub-bacias, diminuindo o nível do lençol freático enquanto cresce, e aumentando bruscamente a disponibilidade de água quando realizado o corte raso, gerando erosão com o afloramento de cursos d'água. (LIMA, 1996)

Outra questão é o impacto realizado nas estradas construídas dentro das propriedades para manutenção dos plantios, corte e retirada das madeiras. Ali é onde ocorre grande parte da erosão, causando assoreamento de rios próximos e destruição de solo. Também o transporte de caminhões pesados pelas vias municipais danifica as estradas causando transtorno aos moradores e agricultores locais.

Logo abaixo a Figura 12, disponível no Resumo Público da Suzano de 2015, onde atesta alguns de seus impactos por município:

Relative Relevance of Regional Impacts, by Municipality

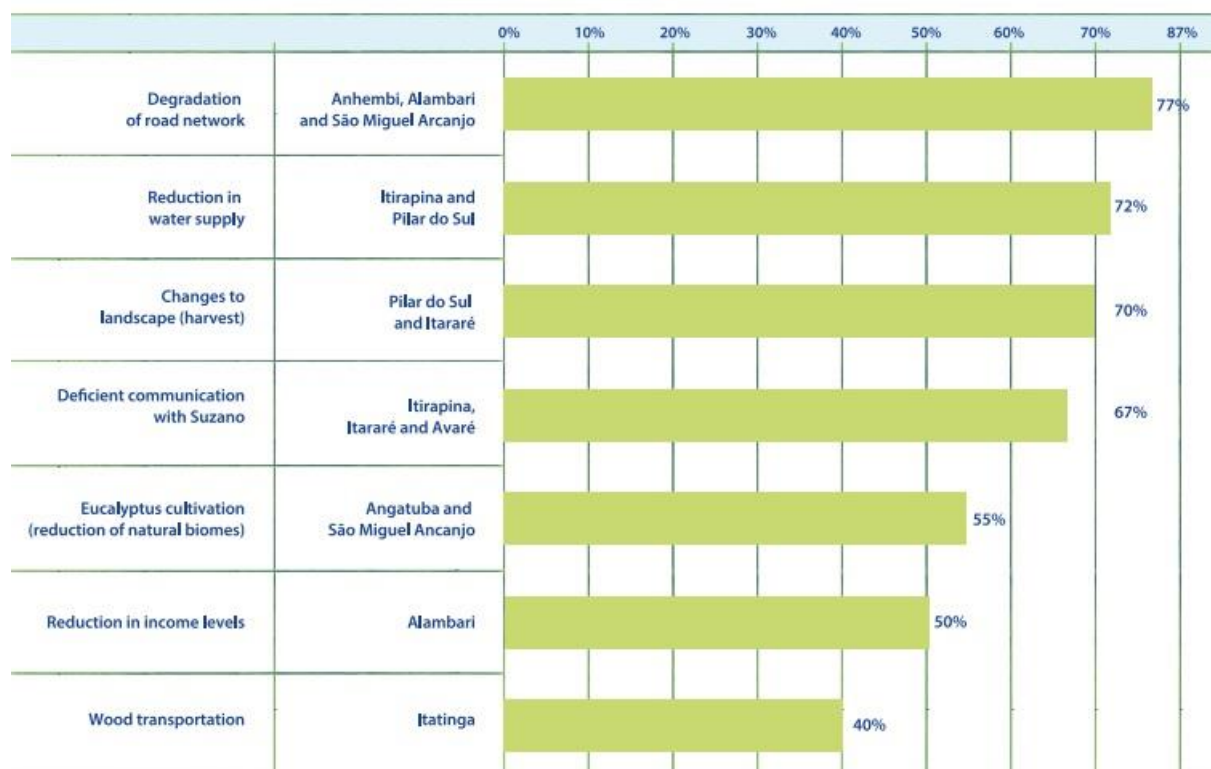


Figura 12 – Relative relevance of regional impacts, by municipality. FONTE: SUZANO (2015)

Considerações finais

Estudar um período histórico tão longo dentro de um TGI é um desafio imenso, e é fácil tornar rasa a reflexão e pouco precisa a informação, por não ser possível debruçar sobre as tantas questões que se insinuam ao longo do trabalho. Buscamos, entretanto, ressaltar os nexos lógicos e históricos que permitem olhar para o estudado enquanto um *processo de modernização*. Também são poucas as fontes escritas acerca de São Miguel Arcanjo, e muitas vezes são causos e não estudos acadêmicos, o que nos coloca diante dos mais variados desafios.

Assim, consideramos que é uma pesquisa de graduação que traz apontamentos e achegas acerca do processo de formação do município de São Miguel Arcanjo; esboça uma caracterização e procura explicitar contradições, e pode ser considerada um caderno de estudos.

Identificamos que a *territorialização colonial* (Toledo, 2008) se deu através da tomada do território indígena, e da pressão para que os que ali viviam se tornassem trabalhadores e produtores de mercadoria – a “coisa” que é relação social e não mero objeto. E este processo de expropriação gestou os pressupostos para a formação da propriedade privada e do trabalhador, com o aprofundamento da *autonomização*, citada na introdução, ao longo dos séculos XIX e XX.

A colônia ali se territorializa até o século XVIII a partir de bandeirantes e jesuítas enquanto mobilizadores de mão-de-obra e na expansão e manutenção do território. Os mineradores paulistas (que também eram os bandeirantes e os jesuítas) tiveram parte importante no avanço sobre as terras indígenas, e na construção de primeiros arraiais e roças. A partir do XVIII temos no sul de MG uma prática estruturada de agricultura comercial para abastecimento interno, mineiros esses que depois iriam povoar SMA trazendo e reforçando as relações que ocorrem a partir da *fazenda*. É no XVIII em que se firma também a atuação dos tropeiros – contribuindo para a consolidação e expansão da ocupação do território, do comércio e do urbano, que em suas rotas geram vilas e comércio estruturado para lhes servir, geram agricultura plantada para o abastecimento de suas demandas (milho para os animais, comida, vestimenta, utensílios e outros para tropeiros).

A formação e emancipação do município no século XIX está então diretamente relacionada com o abastecimento do mercado interno e com o crescimento da população paulista. Já num contexto em que o Brasil não mais é colônia. Entretanto, estudar o período colonial nos permitiu compreender o contexto que as vilas próximas surgem e também o contexto de onde vieram e por que vieram os migrantes e os imigrantes. Nos permitiu olhar para

o intenso processo de expropriação da população originária, de modo que o *sertão* nunca foi vazio ou “terra de ninguém”.

Ao olhar para o século XX identificamos que os imigrantes árabes, principalmente enquanto mascates e por seus ofícios urbanos, e os japoneses, por suas práticas agrícolas, tiveram papel central para o aprofundamento do processo de modernização que ali decorreu. De alguma maneira, sua presença, junto a chegada dos monocultivos de eucalipto, se sobrepuseram a figura do *caipira* antigo, cujas práticas e meio de vida foram sendo transformados principalmente a partir da década de 1950.

Ao longo do século XX o município se estrutura também enquanto integrante do expandido cinturão-verde da região metropolitana de SP, fornecendo legumes, frutas e outros. Assim, ao mesmo tempo em que cresciam as áreas de extensas monoculturas ao longo do século XX, também se consolidaram algumas áreas ocupadas por pequenos e médias propriedades.

O estudo acerca do setor celulose e papel em escala nacional e estadual nos permitiu compreender que o município se insere numa das mais produtivas e antigas áreas do país especializadas na produção de celulose para fins industriais. Assim, se no período colonial o local onde se insere SMA hoje esteve vinculado a prática dos bandeirantes e jesuítas num momento, e a dos tropeiros e fazendeiros em outro, ao longo do século XX SMA se insere com profundidade no setor de celulose e papel, ao mesmo tempo que não deixou de ser um município agrícola e diversificado, devido a sua história e suas dimensões territoriais.

SMA hoje apresenta uma realidade diversa, com 20% de seu território ocupado por monoculturas de eucalipto para o abastecimento industrial, integrando uma extensa área do Estado especializada na produção de celulose para exportação e de papel; também com a presença de parques de proteção à Mata Atlântica (sendo o principal o Parque Estadual Carlos Botelho); com a produção em larga escala de cereais; com a pecuária extensiva; e com alta presença de propriedades produtoras de alimentos a partir da agricultura familiar – a empresarial e a de subsistência.

A chegada dos cultivos industriais baseados no agronegócio e no mercado mundial de commodities ocupam as melhores terras do município e ao mesmo tempo muitos agricultores tornam-se cidadãos urbanos. Os agricultores que são expulsos de suas terras sofrem pressão de fazendeiros e de grandes empresas e, quando possível, se direcionam a outras e piores terras no município, ou vão morar na cidade.

A população que sai do campo muitas vezes o faz em busca de melhores condições de vida, ou devido a endividamento e consequente perda da terra. Ela vai para a cidade sem garantia de emprego digno e de moradia digna. Neste processo, ocorre grande mudança no seu modo de vida e nas práticas ligadas a reprodução de seu dia-a-dia, nisso muitas práticas são esquecidas ou negligenciadas frente aos hábitos urbanos.

Os mecanismos que levam à lucratividade e à acumulação de riquezas são os mesmos que geram desigualdade, violência e desequilíbrios ecológicos. Compreendemos o processo de territorialização do agronegócio que se deu em São Miguel Arcanjo como um momento de particularização do capital global, onde a relação cidade-campo se altera, pois o município se insere num espaço diferente da divisão social do trabalho, fornecendo matéria-prima para a produção de *commodities*, em particular para o ramo produtivo industrial de papel e celulose, e também do mercado de cereais, num vínculo mais direto com a reprodução do capital global.

A territorialização dos cultivos segue a lógica do capital, buscando a otimização dos gastos e maior lucratividade para sua reprodução ampliada, buscando captar a renda da terra. Pode-se verificar a terceirização de quase todos os serviços, diminuindo assim os gastos e responsabilidades social e ambiental. A espacialização dos plantios se adequa também às pressões da sociedade, então cada vez mais as empresas buscam uma imagem social e ambiental que não corresponde à sua ação concreta, construindo discursos para mascarar suas ações de alto impacto.

Com as fábricas de celulose e papel tendo pouca área para expansão e em muito saturadas em sua produtividade, somado ao preço cada vez mais alto da terra e da mão-de-obra no Estado de SP, as empresas buscam outras localidades para sua expansão (Maranhão, Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas são outras frentes). Mas a alta e crescente demanda de madeira para móveis e para queima - pois cada vez menos pode ser utilizada a madeira das matas nativas -, mantém a expansão no município viável para o mercado, inclusive por conta da rede já estruturada pelo setor na região e do parque florestal implantado, junto com o conhecimento técnico adquirido. Pudemos verificar em São Miguel Arcanjo a diminuição do interesse da Suzano em lá expandir suas terras, enquanto a Duratex continua comprando terras e buscando relações de fomento e arrendamento.

De acordo com Netto (2008), a especialização produtiva de uma área ao mesmo tempo em que traz melhorias de transporte e comunicação e aumenta a circulação de produtos e pessoas, causa a homogeneização dos lugares, com impactos negativos ao meio ecológico e

social. No caso de uma atividade como o plantio de eucaliptos em extensas monoculturas, causa diminuição de espécies de fauna e flora regional, grande diminuição de pequenas áreas de cultivo policultor para produção de alimentos básicos, e êxodo rural, contribuindo para o inchaço das cidades, que geralmente não têm infraestrutura para receber esta população. Também pode afetar de maneira significativa outras cadeias produtivas que caracterizam a região, para além da agricultura familiar. Coloca também que a especialização expõe a fragilidade de pequenos e médios agricultores, não raro endividados, que se encontram cercados pelo eucalipto e que geralmente há pouca presença do Estado na figura do poder público municipal nesta transição de cultivos, ficando os pequenos agricultores desamparados de políticas públicas que viabilizem sua produção.

Identificamos no município, no final do século XX e início do século XXI, o êxodo rural e a concentração de terra e renda, gerando um inchaço da cidade com conseqüente aumento da violência e do uso de drogas. Consideramos que a expansão dos monocultivos mecanizados nos últimos anos, aliado com as dificuldades diversas encontradas pelo pequeno agricultor para manutenção da vida no campo, contribui para esta condição socioeconômica do município.

Podemos também nos perguntar o quanto de cidade e qual cidade a monocultura da agricultura autonomizada e do agronegócio produziu ao longo do século XX. O quanto a financeirização e a dívida externa brasileira definem a dinâmica do agronegócio, e o quanto estas são inerentes ao Estado capitalista e, assim, ao brasileiro.

Bibliografia

ALMEIDA, R. F. T. de; MURA, F. Guarani Kaiowá. Histórico do contato. IN: *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental, 2003, disponível apenas online em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/549>, acesso em 12/10/2016.

ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF 2012 - ano base 2011. ABRAF, Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>, acesso em 18/02/2013.

ABUÁZAR, H. *Um adeus em cada esquina – recordações de nossa gente. História de Itapetininga*. São Paulo: Editora Cupolo. 1974.

ALMEIDA, V. F. de. *Memórias de Vital Fogaça de Almeida, o Nhô Zico*. Organizadas por sua sobrinha Thereza. Acervo familiar, impresso em 2008.

ARAÚJO, A. S. *Resgate – São Miguel Arcanjo*. SMA: Gráfica Regional, 2003.

BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2001

BACHA, C. J. C. Análise da evolução do reflorestamento no Brasil. In: *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 55, n2, p. 5-24, jul./dez. 2008.

BACHA, C. J. C.; BARROS, A. L. M. Reflorestamento no Brasil: evolução recente e perspectivas para o futuro. In: *SCIENTIA FORESTALIS*, n. 66, p. 191-203, dez. 2004.

BAENA, E. de S. A rentabilidade econômica da cultura do eucalipto e sua contribuição ao agronegócio brasileira. In: *Conhecimento Interativo*, São José dos Pinhais, PR, v. 1, n. 1, p. 3-9, jul./dez. 2005

BARBAS, M. V. *Da Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo – A saga do Tenente Urias (Tte. Urias Emygdio Nogueira de Barros)*. Indaiatuba, SP: Rumograf, 1998.

BLANCO, H. G.; IGUE, K.; GARGANTINI, H.; WUTCKE, P. Competição de fertilizantes fosfatados para o trigo. *Bragantia – Boletim técnico do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo*. Vol. 21. Nº 51. Campinas, novembro de 1962. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0006-87051962000100051&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 09/01/2016

BOECHAT, C. A. *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia (FFLCH/USP) sob orientação de Heinz Dieter Heidemann, 2009.

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. A. Região e formação contraditória da superpopulação relativa numa realidade capitalista periférica. In: 12o. Encontro de Geógrafos da América

Latina, 2009, Montevideo. *Anales del 12o. Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: Easyplanners, 2009.*

BRACELPA. Dados do Setor – janeiro de 2013. Bracelpa, São Paulo:2013. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf> , acesso em 18/02/2013.

BRUM, A. L.; HECK, C. R.; LEMES, C. L. As políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo: uma revisão histórica. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí. Ano 2, n.3, jan/jun 2004. P. 95-117. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/91/48>, acesso em 09/01/2016.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil 1500-1531*. RJ: Objetiva, 1998. Coleção Terra Brasilis 2.

CAMACHO, R. S. A insustentabilidade social e ambiental do agronegócio: a territorialização do complexo celulose-papel na região leste e Mato Grosso do Sul. IN: *VIII Fórum Ambiental da Alta Paulista*, v. 8, n. 7. SP: 2012, p. 29-45.

CASER, D. V. *et. al.* Valor da Produção Agropecuária por Região, Estado de São Paulo, 2011. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, IEA, v. 7, n. 6, junho 2012.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. Apresentação. In: *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP,1998.

COUTO, E. As normas e o mercado da horticultura: inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais. IN: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 138-161, 2008.

CUNHA, M. F. da. Mineiros em terras paulistas: população e economia. IN: *Seminário UFMG – CEDEPLAR*, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A127.pdf

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIESEL, V.; FROEHLICH, J, M; NEUMANN, P. S.; RODRIGUES, I.; FREITAS, L. A. DOS. S. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIII, Jan – Dez de 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art5ed13.pdf> , acesso em 13/02/2014.

FACHINI, C. *et. al.* Viabilidade econômica das culturas de feijão, abóbora e mandioca para indústria em consórcio com eucalipto, região de Capão Bonito, Estado de São Paulo. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.39, n. 5, maio 2009.

FILHO, A. C. A estrada da mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional. In: *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 15, n.2, p. 111-138, jul/dez 2012.

FILHO, E.P. C. Eucalipto: demanda crescente. In: *Florestar Estatístico*. Fundo Florestar; São Paulo, v.9, n.18, p.9-13, nov. 2006.

_____. Consumo aparente, cotação e valor da produção de madeira de florestas plantadas no Estado de São Paulo: uma visão das últimas décadas. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*. São Paulo, IEA, v.3, n.4, abril de 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de. A.; BOECHAT, C. A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de formação e sua crítica. In: *Estudos Avançados* 28 (81), 2014. p. 55-67.

JOSÉ, F. S. *A saga dos libaneses e sírios em São Miguel Arcanjo e região*. São Paulo: Editora Método. 2003.

KRONKA, C. *et. al.* Mapeamento e quantificação do reflorestamento no Estado de São Paulo. In: *Florestar estatístico*. Fundo Florestar. São Paulo, vol. 6. n. 14, jan 2003.

LIMA, W. de P. *Impacto ambiental do eucalipto*. SP: EDUSP, 1996.

LUZ, R. C. *Santo Antonio das Minas de Apiaty*. Apiaí, SP: Gráfica Regional Scudeler, 1996.

MARQUES, M. I. M. *Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq em resposta à Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011.

_____. *Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso da Suzano Papel e Celulose*. Relatório de pesquisa, apresentado em 28/02/2014, ao CNPq referente ao Processo: 401680/2011-8. Edital/Chamada CNPq/CAPES N ° 07/2011.

MARX, K. *O capital*. Crítica da Economia Política. Nova Cultural. 1985. (vol. 1 capítulos I, II, III, XXIII, XXIV, XXV e vol 3. Capítulo XLVIII)

_____. *Introdução*, In: Para a Crítica da Economia Política (Gründrisse). Os economistas. SP: Abril Cultural, 1982. p. 1-21.

MEDICCI, A. P. De. *Capitania a Província: o lugar de São Paulo nos projetos de Império, 1782-1822*. ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1096.pdf>, acesso em 15/01/2017.

- MICHELON, A. L. da S. *Estudo comparativo de dois tipos de painéis de MDP: com adição de papel impregnado e lâminas de bambu* / Anderson Luiz da Silva Michelin - - UNESP. TCC. Itapeva 2011.
- MONTEBELLO, A. *Análise da evolução da indústria brasileira de celulose no período de 1980 a 2005*. Dissertação de Mestrado. ESALQ/USP, 2006.
- MONTEIRO, R. R. *Territorialidade e memória tropeira em São Paulo: o caminho paulista das tropas*. Tese de doutorado em Geografia apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP – Rio Claro, 2003.
- NETTO, S. P. G. de C; SILVA, S. B. de M. e. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia? In: *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008.
- NOGUEIRA, O. Parte I – O tempo da escravidão. In: *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 39-130.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. SP: FFLCH/Labur edições. 2007.
- OLIVEIRA, A. U. de.; STÉDILE, J. P. *A natureza do agronegócio no Brasil*. Via Campesina Brasil, DF. 2005.
- PETRONE, P. Introdução. Primeira parte. IN: *Os aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica*. Tese de livre-docência, DG/FFLCH – USP. 1964.
- _____. *A Baixada do Ribeira*. Estudo de Geografia Humana. (Boletim 283) São Paulo: FFLCH – USP. 1966.
- SANTANA, R. C.; BARROS, N. F.; NEVES, J. C. L. Eficiência de utilização de nutrientes e sustentabilidade da produção em procedências de *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus saligna* em sítios florestais do Estado de São Paulo. SIF – Sociedade de Investigações Florestais. *R. Árvore*, Viçosa-MG, v.26, n.4, p.447-457, 2002
- SILVA, N. S. da. *Arquitetura da maior à menor escala. Vivências, projetos e reflexões sobre os lugares marinhos catarinenses*. Tese de doutorado pela FAU-USP, SP, 2005.
- SPDR/SP. *Caracterização socioeconômica das regiões do Estado de São Paulo – Região Administrativa de Sorocaba*. SP: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de sp. SP: 2012.
- SPOSATTI, Y.C.C. Arrolamento das fontes históricas de Itapetininga e Região circunvizinha. In: *Revista de História*, FFLCH/USP, nº 51, jul-set 1962.

SUZANO. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal – São Paulo. São Paulo: 2009.
<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/plano-de-manejo.htm>

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. Kaingang. Histórico do contato. IN: *Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental, 2001. Disponível apenas online em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/287>, acesso em 08/10/2016.

VIANA, M. B. O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala. Brasília, Biblioteca Digital Câmara, 2004. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1162>, acesso em 13/02/2014

Outros sítios eletrônicos utilizados na pesquisa:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/06/14/florestas-imbativeis/>

<http://www.futuragene.com/pt/overview.aspx>

<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/invista/industrias>

ANEXOS

ANEXO 1. A Estrada de Xiririca a Paranapanema

Jornal A Província de São Paulo – 2 de agosto de 1877 – Ano III – Geral, Seção Administrativa, página 1³⁷

A população das comarcas de Iguape, Xiririca, Faxina e Itapetininga há muitos anos que empenhadamente procuram ligar-se por estradas que ofereçam meios cômodos de transporte. A expensas próprias, por vezes, reunidos alguns lavradores, ora deste, ora daquele município, tem tirado veredas, a facção, à guisa de trilhos de caçada, devassando as matas, abrindo clareiras até chegarem ao ponto que intentam.

Tais trilhos mais tarde abertos ou alargados á foice tomam o pomposo nome de estradas.

Eis as vias de comunicação que o Juquiá, por exemplo, tem para Itapetininga, Piedade e Sorocaba, e quase como estas é a que há entre Xiririca e Paranapanema. Começou-se a abrir uma estrada entre Sete Barras e Itapetininga ligando a Ribeira a esta última localidade, e mal a população de Paranapanema teve notícia de que o picadão aberto ia ser convertido em estrada e que para ali tinham ido engenheiros americanos, logo alguns homens ativos fizeram uma picada a entroncar naquela das Sete Barras.

O povo da Ribeira alimentou gratas esperanças; o ponto das Sete Barras tornou-se um pequeno Cubatão, erigiram-se ali boas casas de morada e negocio, fundaram uma capela, e tudo prometia bons resultados.

O que afinal sucedeu foi que o governo dispendeu grandes somas, em puro prejuízo, porque os engenheiros e trabalhadores americanos, não tendo interesse algum e vendo seus compatriotas reemigrarem para os Estados Unidos, pouco se importaram com os trabalhos de que haviam sido incumbidos.

Por exemplo do modo porque se gastava o dinheiro da província, basta lembrar que expedia-se um camarada, pago à custa da província, em canoa alugada por bom preço, afim de vir a Iguape trazer um par de botas de engenheiro ou do feitor, para consertar-se. O camarada ficava em Iguape a espera que o sapateiro concertasse o par de botas, e quando as recebia e retornava para Sete Barras era com demora de 15 dias e mais.

Como não convinha perder de todo o trabalho começado e as somas dispendidas, foi encarregado o capitão Amador Goulart de ultimar a estrada; ali esteve este cidadão alguns meses, e teve de tudo recommençar, porque a picada já pouco se conhecia.

Após este cidadão foi incumbido J. C. Toledo Junior de continuar as obras, e conseguiu preparar o leito da estrada desde a capela das Sete Barras na barranca da Ribeira até a 1ª seção da Serra do Quilombo, onde as despesas deviam avultar, porque, sendo o traçado para de futuro dar-se à estrada condições apropriadas à rodagem, levou-se o leito pela encosta da a serra, custa de cortes altos e profundos.

O governo provincial mandou suspender os trabalhos, e lá está tudo perdendo-se, apesar de ter o engenheiro Trigo de Loureiro, em sua exposição, dito que não convinha perder-se o trabalho

³⁷ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18770802-739-nac-0001-999-1-not/busca/Itapetininga>, acesso em 28/12/2016

feito e que a parte realizada por Toledo Junior estava se levando a efeito com bastante economia, e satisfatoriamente.

Mal esta picada foi roçada, afluíram transeuntes e notou-se na Ribeira mais vitalidade.

O mesmo que se deu com a estrada das Sete Barras realizou-se com a que de Paranapanema vai direto a Vila de Xiririca.

A população dos dois municípios tem por muitas vezes, cansada de recorrer aos poderes provinciais, sem resultado, se cotisado não para construir estradas mas para roçar o picadão existente, alegrar a passagem, como ali se diz. Enquanto não cresce o mato e não sobrevêm as chuvas, para ali encaminham-se tropas carregadas, boiadas e manadas de cevados para corte e exportação para Iguape, Cananéia, Paranaguá, etc.

A Ribeira é navegada a vapor desde 1858. O frete de Iguape para Xiririca regula 100 rs por arroba, e para Sete Barras 80 rs.; o frete do Rio a Iguape regula 2 a 4\$ por fardo de 4 arrobas, variando conforme o número de embarcações a expedir para Iguape, e a concorrência de carregamento.

Como para o povo de Paranapanema e Itapetininga é mais comodo e barato o preço do transporte pelo porto de Iguape, sobretudo o transporte do sal, pois que apesar das dificuldades existentes a exportação do sal é feita pelo Apiahy, Paranapanema, Rio Verde, S. Sebastião, Porto de Apiahy pela Ribeira até o ponto de desembarque. A população destas localidades, quer do vale da Ribeira, quer além da serra, instam pela abertura de uma via de comunicação regular que ligue as comarcas de Xiririca, Faxina e Itapetininga.

Variam as opiniões sobre qual dos traçados existentes deve ser preferido.

Parece que a estrada de Paranapanema deve ser preferida porque, além de ligar as duas povoações (Xiririca e Paranapanema), as terras que corta são de excelente qualidade, e tem-se reconhecido que muito apropriadas para a cultura do café.

A assembleia provincial vota uma ou outra vez uma verba muito diminuta para esta estrada, mas à exiguidade da soma acresce que ela não é aplicada.

Somos informados que no intervalo de 15 anos, apenas, há 5 anos, o tenente-coronel Zeferino pode receber 2.000\$ que mal deram para remover as árvores que entrancavam a vereda, roçar, fazer ligeiros concertos em alguns pontilhões.

As matas altas, o terreno acidentado, e a vegetação forte fazem com que por ocasião das chuvas as aguas cavem o leito da estrada, e impedida a ação do sol nos planos, formam-se pantanais e lagoas.

Quaisquer dos picadões existentes é suscetível de grandes desvios, e diminuição de extensão.

Os tropeiros, quando viajam por estes trilhos, andam munidos de machado para cortar as árvores que caem, foice e enxada para fazerem desvios quando as tranqueiras são de muito difíceis remoção.

--

Uma estrada boa entre Xiririca e Paranapanema é uma necessidade que não pode ser adiada por mais tempo.

A sua utilidade justifica-se mais com esta vantagem: um homem a pé sai de manhã das Sete Barras e vai jantar nos campos de Itapetininga; sai de Xiririca e vai ao Paranapanema fazendo

a viagem deste modo ainda mesmo conduzindo malas; pousa no alto da serra e no dia seguinte chega a esta vila. Gasta-se regularmente de povoação a povoação menos de dois dias.

É conveniente e justo que uma via de comunicação como esta não fique de todo esquecida. Os cômodos e os interesses dos povos daqueles lados da província merecem atenção.

ANEXO 2. Mestres fumeiros.

Texto do jornal O Estado de São Paulo, encontrado através do blog “Acheugas à história de São Miguel Arcanjo”, o texto é do historiador Almeida, do dia 06/04/1947:

MESTRES FUMEIROS

Em São Miguel Arcanjo, além Itapetininga e, hoje, à beira da estrada de rodagem São Paulo - Curitiba, a cultura do fumo foi introduzida pelos seus primeiros povoadores, aí por volta de 1.840.

Eles eram em grande parte originários do Sul de Minas, uns e outros paulistas das fronteiras com Minas, parentes do fundador Tenente Urias, os Nogueiras, os Terras, os Galvão, os Ribeiros e Carvalho, estes de São João del Rey, descendentes de uma das três famílias ilhoas.

Os netos desses povoadores contam que os sulmineiros trouxeram da terra os seus métodos e, tudo o indica, as primeiras sementes de fumo maependi, de Baependi, o município mineiro que desde o século 18 repartia com o de São Sebastião, paulista, a honra de produzir o melhor fumo. Se um dia o leitor escrever um romance histórico do século 18, pode por na boca de seus personagens uma cachimbada de maependi e um cigarro de fumo da Ilha.

A Ilha é de São Sebastião, mas o fumo é do Continente: uma figura de retórica nos domínios do tabaco.

São Miguel Arcanjo, e muito menos Itapetininga, não eram sertões desconhecidos há um século. E, pois, já conheciam outra variedade de fumo, a que chamavam ituano, na falta de outra indicação.

Essa questão de onomatologia é uma encrenca.

É possível que não haja fumo ituano, ou deles não saibam os "fidelíssimos".

Mas em São Miguel Arcanjo, fumo que não é maependi, é ituano.

Ainda hoje.

Bem sabemos haver por aí muitas variedades, fruto do saber de experiências, feito Brasil-Bahia, Sumatra, Herzegoviana, Sansum, Porsucian, e não muito popularizadas, mas não escrevemos para botânicos e agrônomos e, sim, assinalamos os costumes mais usuais.

E muitas vezes os nomes de Rio das Pedras e Tietê não indicam mais que uma variedade de técnicas, de terras, etc.

Os fumadores que se prezavam, antigamente, e talvez até hoje, davam a vida por um goiano legítimo ou um baiano.

Diziam guiano, como os bandeirantes diziam guaianos.

A esta vaga de populações em êxodo para o Sul de São Paulo corresponde, pelos meados do século e na guerra do Paraguai, uma outra de mineiros e paulistas dos limites, na Camanducaia, todos alcunhados de braganceiros.

O fumo de Bragança Paulista é, ainda, apreciado.

Tudo leva a crer que as técnicas do plantio e fabrico fossem os tradicionais do sul de Minas, por base Baependi.

Enfim, outra vaga será exagero, mas outros indivíduos mineiros abandonavam suas terras exaustas e vinham vindo para os sertões de Piracicaba.

Aí, em bairro que depois se fez o município de Rio das Pedras, surgiu a indústria do fumo hoje estimado.

Eram sertões, em parte, mas povoados de ituanos, entre outros, pois já se conhecia a técnica, digamos, paulista.

Pessoa de toda confiança julga, porém, que no início os fumeiros de Rio das Pedras eram pobres sitiantes que aproveitavam a feracidade das terras (de pedra de fogo e barro preto) para fumarem sem comprar.

Os colonos italianos, que vieram com a marcha do café, perceberam o lucro que teriam e entraram de rijo na lavoura de fumo.

Para prova, os italianos e seus filhos e netos são os atuais fumeiros em Rio das Pedras.

Então, são noções de tradição, sem os números exatos que exigiria um trabalho de economia, científico.

Será curioso se um exame mais aprofundado dos fatos e estatísticas (se existirem, mesmo incompletas), comprovar a nossa hipótese de que o fumo acompanhou também a marcha do café, como uma tentação de ganhar dinheiro fácil e uma consequência: a fixação de elementos que, doutra sorte, seguiriam a viagem da rubiácea.

Neste pensamento está exposto não em hipótese mas em números eloquentes por Sérgio Milliet, quanto ao algodão, à laranja, à industrialização que foi ficando atrás do café, devassador dos sertões.

Seria também para notar que os colonos italianos eram consumidores, e famosos os seus cachimbos.

Isto foi principalmente próximo da Abolição, na zona de Piracicaba.

É desde aí que o pito de barro - com seu longo canudo - cede lugar ao de madeira estandardizado, sem a feição de arte individual do primeiro.

Começaremos, porém, a descrever rapidamente as técnicas observadas atualmente pelos sitiantes de São Miguel Arcanjo, e que representam, lá, um século e, no Brasil, talvez dois ou três, de tradições e "ne varietur".

Em agosto e setembro, após as queimadas e as primeiras chuvas, faz-se a sementeira em canteiros frescos.

Qualquer terra dá fumo; a melhor é a vermelha, contanto que as chuvas ajudem, pois é muito seca.

Dois meses depois de semeadura, faz-se o transplante para as covas.

Preferem terra nova, recém-queimada e roçada; ainda não estão usando o arado, nem mesmo o enxadão para revolvê-la.

As covas de uma mesma fila ou carreira, feitas a enxada, distam quatro palmos uma da outra, e cada fila observa o intervalo de cinco palmos para com as vizinhas.

Para facilitar as limpas e a colheita.

Dois meses depois do plantio em covas, o fumo atingiu a altura necessária e faz-se a capação, que lá se diz mais, "despontar" e imediatamente é preciso "desolhar".

Despontar é tirar as pontas onde viriam as flores, o que tira a força às folhas; naturalmente, reservando alguns pés para semente.

Desolhar é tirar os olhos ou brotinhos no vão das folhas, os quais os prejudicariam tanto como os "ladrões" a outros vegetais.

Tudo à mão, muito moles os talos.

Um mês depois, completou-se a formação da planta, que amarela ou amadurece.

Faz-se a colheita, mas então, o serviço é apurado, faz-se o pequeno muxirão com os vizinhos oficiais do mesmo ofício, ou pagam-se trabalhadores de jornal, mocinhas, meninos, o que não é lá muito encontrado.

Num rancho coberto de sapé, faz-se o estaleiro ou prateleira, em volta das paredes e no meio a bolandeira, e espaço para trabalhadores em comum.

As folhas colhidas ficam penduradas nas taquaras, com uma ponta menor firme entre elas e as prateleiras também de bambus, ou melhor, entre duas taquaras, e prateleiras do chão ao teto, para secarem.

Antes de pendurá-las, é preciso "destalar", tirar os talos, à mão.

Toda a família e vizinhos trabalham até tarde da noite.

Esses talos vão imediatamente (ou iam) para o forno do tabaco.

O cambito é uma tábua chata com dois furos nas pontas para receberem dois pauzinhos, um destes com um gancho para prender as folhas.

Com a ajuda dele, formam-se as cordas de fumo, ligando as folhas entre si. Estas cordas, alcançando aí um metro de comprimento são cochadas entre si em três cordas e enroladas na bolandeira. Esta é um pau girando por dois braços exteriores, entre dois esteios. Nele se adapta o pau de fumo.

Os rolos de fumo ficam quarenta dias ao sol, sempre enrolando-os e desenrolando-os todos os dias o fumeiro.

Enrolar de modo que uma camada não coincida na mesma direção da anterior, mas quase em diagonal e com espaço maior para entrar o ar e, assim, curar o fumo e gradear, e isso se faz nesses dias até o enrolamento definitivo.

Cobre-se, então, o rolo com folha de bananeira, palha de milho amarrada em embiras e vai para a cangalha do burro ou o caminhão.

Atualmente, 500 arrobas por ano, outrora mais de 1.000, eis a produção de São Miguel Arcanjo.

Um alqueire de chão corresponde a 30 mil pés, de que um só homem pode cuidar, se tiver ajudantes para a colheita e o fabrico.

A plantação é o fuma; o fumo ponteiro, o melhor, vem das folhas de cima; o fumo baixeiro, o pior, das folhas de baixo, baixeiras.

Vejamos agora o processo em Rio das Pedras.

Quanto à sementeira, tudo igual. À transplantação, idem. Mas usam também fazer as carreiras de covas entre os pés de milho pardejando, donde se vê que a sementeira é feita, então, muito mais tarde, em novembro.

Capação, colheita, folhas ponteiras e baixeiras, idem. Distância menor entre as covas e maior entre as filas.

O fumeiro ao desolhar, vê as folhas se não tem bichos. Aliás, já as plantinhas nos canteiros são atacadas pelo pulgão. Nas folhas, a taturana e o mandarová.

Quanto ao fabrico, não há o cambito, cocham-se na perna, na mesa, as folhas, para constituírem as cordas ou tripas.

A bolandeira chama-se grade.

Estas duas diferenças podem provir de tradições paulistas anteriores às técnicas, comprovadamente mineiras de São Miguel Arcanjo.

Diferenças pequenas.

Da grade, saem "cavacos" que, socados em gomos de taquaruçu, e não torcidos, dão o bom fumo "piocué".

Nos quarenta dias ao sol, o fumo está "melando".

Guarda-se em garrafas esse mel, que é remédio aprovado para uso externo de gente e de gado.

Mel "melado", o fumo azeda.

A gente do centro conhece ainda o fumo jorginho, o jorge grande, o gambá, o orelha de burro.

O goiano vem em caixas e não é torcido, justapõem-se as quatro cordas.

Será bom lembrar que das sequeiras se obtém fumo ruim.

Uma enciclopédia italiana, a LEXICON VALARDI, calcula em cerca de 50 as espécies de gênero NICOTIANA TABACCUM, família das solanáceas, sendo quase todas americanas.

Informou-nos sobre a técnica usada em São Miguel Arcanjo, o revmo. pároco HUMBERTO GHIZZI.

ANEXO 3. Zonas carvoeiras.

Texto retirado do blog Achegas à memória de SMA e reproduzido integralmente:

Mário Augusto de Medeiros nos legou todo um apanhado sobre as zonas carvoeiras e seus proprietários - contribuintes.

Na década de 40, as zonas carvoeiras estavam assim divididas:

- a) 1a. Zona - era composta pelos Bairros: Retiro, Tombo d`Água, Rio Acima, Fazenda do Moinho, Capela do Matão, São Roque, Fazenda do Pinhal e Estiva;
- b) 2a. Zona - era composta pelos Bairros: Guararema, Lajeado, Campinho, Taquaral e Sítio do João Paulo;
- c) 3a. Zona - era composta pelos Bairros: Pinhalzinho, Fazenda do Turvo, Capão Rico, Perobas, Facão, Serrado e Faxinal dos Almeidas;
- d) 4a. Zona - era composta pelos Bairros: Rincão e Boa Vista.

Os contribuintes da 1a. Zona:

1. Do Bairro do Retiro: João de Almeida Monteiro, Virgílio Carlos Noronha, Juvenal de Souza, Jorge Alois Seabra, Antonio Gomes Fogaça, Reinaldo (não há sobrenome) e Isaltino A. Camargo.
2. Do Bairro do Tombo D`Água: Francisco Lopes, Antonio B. Albuquerque e José Gomes Munhoz.
3. Da Fazenda do Moínho: José Arantes Galvão, João B. Brisola, José de Paula, Belarmino Vieira Machado, José Vieira Machado, Licínio Pinto, Leonildo de Deus, Abílio Vieira, Benedito Garcia, Isaltino de Matos, Agenor Neto, João Rosa, Salvador Rosa, Rufino Neto, Brasília Francisco, Pedro Neto, Quintino Bueno, Antonio Vieira Machado, Lauzário de Almeida, Camilo Neto, Paulo Teobaldo, José Pereira, João José da Silva, Laurindo S. Almeida, Alfredo Isaias, Pedro Marques de Almeida, José Pereira da Silva, João Antonio da Cruz, Gregório Vieira Machado, Delfino Pereira da Silva, Miguel Pereira da Silva, Damiro Bueno, João Vieira Machado e Abílio Roque.
4. Da Estiva: Manoel Tomaz Sobrinho.

5. Da Fazenda do Pinhal: Mario Hyrano, Benedito Queiroz, Tamário Cirino, João A. Nunes, Camilo N. Ribeiro, Paulo Silveira, José Cesário e Agropecuária Paulista S/A.

Os contribuintes da 2a. Zona:

1. Do Bairro Lajeado: Benedito Oliveira Antonio, Alcidino França, Waldemar Kruser e Henrique Kruser

2. Do Bairro de Guararema: José Teodoro, Antonio Rosa e Nestor Fogaça.

3. Do Campinho: José Ferreira de Proença

4. Do Sítio João Paulo: José Carriel Filho e Narlir Miguel.

Os contribuintes da 3a. Zona:

1. Do Bairro Capão Rico: Joaquim A. de Sales, Pedro Ramos Oliveira, Antonio Brandão e Gregório dos Passos

2. Do Serrado: Antonio Pereira

3. Da Fazenda do Turvo: Sociedade Sericícola São Miguel

4. Do Pinhalzinho: Domingos dos Santos Terra, Benedito Terra e Joaquim Alves

Os contribuintes da 4a. Zona:

1. Do Bairro do Rincão: Antonio Vieira Demétrio

2. Do Perobas: Arthur Galvão Noronha e Pedro Pereira Filho

3. Do Bairro Boa Vista: Justin Araujo

ANEXO 4. Legislação referente a fundação do Núcleo Colonial Carlos Botelho e a sequência de Reservas Florestais até chegar ao Parque Estadual Carlos Botelho (PECB)

Criação do Núcleo Colonial Carlos Botelho e do Parque Estadual Carlos Botelho

Pelo Decreto Nº 12.271, de 27 de Outubro de 1941, o Governo do Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, cria o Núcleo Colonial "Carlos Botelho" e dá outras providências.

Pelo Decreto Nº 12.276, de 29 de outubro de 1941, o Governo do Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz, de Sete Barras, Município e Comarca de Xiririca (atual Eldorado), necessário à conservação da flora e fauna do Estado, com área aproximada de 15.004,00 hectares. Este Decreto foi alterado pelo Decreto Nº 1.268, de 13 de março de 1973 e aumentou a área para 15.505 ha.

Pelo Decreto Nº 12.277, de 29 de outubro de 1941, o Governo do Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz, Município e Comarca de Capão Bonito, necessário à conservação de flora e fauna do Estado de São Paulo - área aproximada 6.534 ha.

Art. 1º : "Fica criado nas terras devolutas do primeiro perímetro do Município de São Miguel Arcanjo, de propriedade do Estado, o Núcleo Colonial "Carlos Botelho" destinado à localização de colonos agricultores de qualquer nacionalidade constituídos em famílias".

Pelo Decreto Nº 13.251, de 26 de fevereiro de 1943, o governo do Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, converte em Reserva Florestal o Núcleo Colonial "Carlos Botelho".

Art. 1º: "Fica convertido em Reserva Florestal, o Núcleo Colonial "Carlos Botelho" situado no primeiro perímetro de Terras Devolutas do município de São Miguel Arcanjo, como necessário à conservação da flora e da fauna estadual, com a área de 7.189,82 hectares (sete mil, cento e oitenta e nove ares e oitenta e dois centiares)".

Pelo Decreto Nº 28.862, de 03 de julho de 1957, o Governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, declara de utilidade pública, para serem desapropriados, três imóveis necessários à ampliação das reservas florestais criadas pelos Decretos Nºs 12.276, de 29 de outubro de 1941, 12.277 de 29 de outubro de 1941 e 15.251 de 26 de fevereiro de 1949.

Pelo Decreto Nº 34.079 de 28 de novembro de 1958, o governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriada uma área com 141,57 ha. nos distrito, município e Comarca de Registro.

Pelo Decreto Nº 19.499, de 10 de setembro de 1982, o governador do Estado de São Paulo, José Maria Marin, cria o Parque Estadual "Carlos Botelho" com área de 37.644,36 ha.

